CÂMARA DOS DEPUTADOS

TVR
N.º 69, DE 2016
(Do Poder Executivo)
MSC 588/2015
AV 676/2015

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.495, de 15 de junho de 2015, que renova a permissão outorgada à Colinhalfin Empresa de Radiodifusão Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Joinville, Estado de Santa Catarina.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO: ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, renovações, por dez anos, das permissões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

- 1 Portaria n^{o} 2.441, de 10 de junho de 2015 Rádio FM Princesa Ltda., no município de Itabaiana SE;
- 2 Portaria nº 2.452, de 10 de junho de 2015 − Rádio FM Niquelândia Ltda., no município de Niquelândia − GO;
- 3 Portaria nº 2.495, de 15 de junho de 2015 − Colinhalfin Empresa de Radiodifusão Ltda., no município de Joinville SC; e
- 4 Portaria nº 2.496, de 16 de junho de 2015 Rádio Concórdia FM Ltda., no município de Concórdia SC.

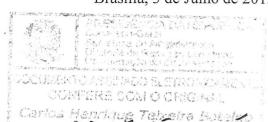
Brasília, 29 de dezembro de 2015.

Danssell

PORT. 2495/15.

EM nº 00143/2015 MC

Brasília, 3 de Julho de 2015



Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº53000.008986/2011-93, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos a partir de 22 de maio de 2011, a permissão outorgada à COLINHALFIN EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA., para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Joinville, estado de Santa Catarina.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223,§ 3°, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

PORTARIA Nº 2495/2015/SEI-MC

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5° da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6° inciso II, do Decreto n.º 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.008986/2011-93, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 22 de maio de 2011, a permissão outorgada à COLINHALFIN EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA., para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Joinville, estado de Santa Catarina, serviço esse outorgado originariamente à Rádio Colon Ltda., por meio da Portaria nº 76, de 20 de maio de 1981, publicada no Diário Oficial da União de 22 de maio de 1981, transferida posteriormente à permissionária em referência, mediante os termos da Portaria nº 311, de 5 de dezembro de 1991, publicada no Diário Oficial da União de 13 de dezembro de 1991.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3ºdo art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

Ministro de Estado das Comunicações



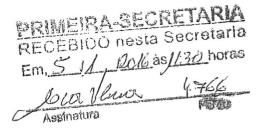
Documento assinado eletronicamente por **RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI**, **Ministro de Estado das Comunicações**, em 15/06/2015, às 12:43, conforme art. 3°, HI, "a", da Portaria MC 89/2014.

Nº de Série do Certificado: 1237855



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.mc.gov.br/verifica.html informando o código verificador 0546281 e o código CRC E5D27BA6.

Criado por denielle silva, versão 2 por denielle silva em 10/06/2015 15:19:59.



Aviso nº 676 - C. Civil.

Em 29 de dezembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor Deputado BETO MANSUR Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem da Excelentíssima Senhora Presidenta da República na qual submete à apreciação do Congresso Nacional os atos que renovam permissões para exploração de serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada constantes das Portarias nos 2.441, 2.452, 2.495 e 2.496, de 2015.

Atenciosamente,

Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

da Presidência da República

itaria-Geral da Mesa SEPRO 05/Jan/2016 11:54

PRIMEIRA SECRETARIA Em () S / O1 / 2016

De ordem, ao Senhor Secretário-Geral da Mesa, para as devidas providências.

> uiz César Lima Costa Chefe de Gabinete

NOTA 2600

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS COORDENAÇÃO-GERAL DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE ÁUDIO COORDENAÇÃO DE REVISÃO E RENOVAÇÃO DE OUTORGA



Despacho:

495 /2011

TVR 69/2016

Referência.: Nº 53000.008986/2011 Assunto: Renovação de Outorga

Tendo em vista a documentação anexa, tratando do assunto em tela, relativamente à COLINHALFIN EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA, opino no sentido de que seja providenciada a abertura do competente processo administrativo.

Brasília, 23 de Fevereiro de 2011.

MARIA SALETE BORGES DE ALMEIDA LEONARDO

Chefe de serviço

De acordo. Proceda-se a abertura de processo conforme proposto.

Em 28/1/2 2011

VANEA RABELO

COORDENADOR(A) -GERAL GRUPO DE TRABALHO - PORTARIA № 158, DE 20/06/2008

PSO/SEDAP/CGLO/DEOC/SC

10.6

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS CÓMUNICAÇÕES OU A QUEM DE DIREITO,

MINISTÈRIO DAS COMUNICAÇÕES BRASÍLIA - DF

53000 008986/2011-93

SEPRODILOG/COLOG/CGRL/SPO

21/02/2011-10:24

SERMO

Ref.: REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA



COLINHALFIN EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA.,

com sede e foro na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, na Rua Dr. João Colin, nº 362, 1º Andar, Centro, CEP 89201-300, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 85.221.208/0001-93, inscrita na Agência Nacional de Telecomunicações — ANATEL sob o n. 0633119, por sua representante legal, MARIA TERESA COLIN HALFIN, brasileira, viúva, empresária e historiadora, portadora da Cédula de Identidade RG nº 11.816.087-4 — SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº 152.982.131-20, com endereço profissional na sede da sociedade representada, vem, respeitosamente, requerer a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora, para tanto anexando a esta solicitação o rol de documentos exigidos pela legislação.

Termos em que,

Pede deferimento.

De Joinville para Brasília, 16 de fevereiro de 2011.

MARIA TERESA COLIN HALFIN

4º Tal

VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE SEM EMI

Declaração de conhecimento e adesão às cláusulas que regulam as relações da concessionária ou permissionária com o Poder Concedente, caso o pedido de renovação seja atendido (art. 3°, § 1°, a, Dec. 88.066/1983, de 26/01/1983)



DECLARAÇÃO

Declaro, sob as penas da lei e para fins de instrução de processo de renovação de outorga de serviço de radiodifusão, na qualidade de representante legal de COLINHALFIN RADIODIFUSÃO LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 85.221.208/0001-93, sediada na cidade de Joinville - SC, na Rua Dr. João Colin, nº. 362, 1º andar, Centro, CEP 89201-300, que a outorgada conhece o respectivo teor e adere às cláusulas padrão que regulam as relações entre a outorgada e o Poder Concedente, nos termos do art. 3, § 1º, do Decreto 88.066/83.







Certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregador (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos)

				3
-400	A005	355	100,457	
	M	100	100	60 TO
B	42.20	- 200	A5354	AND WATER

GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana

Nome da Entidade SINDICATO DAS EMPRESAS DE RÁDIO E TEI	LEVISÃO DO ESTADO DE SO	Complemento		000.800.01329-8 CNPJ da Entidade		
Endereço RUA SALDANHA MARINHO	374	ED. ZIGURATE	E	75,304.725/0001-	72 LUF	4
Bairro/Distrito CENTRO	CEP 88010-450	Cidade/Municip FLORIANÓPO			SC	
Dados do Contribuinte Nome/Razão Social/Denominação Social COLINHALFIN EMPRESA RÁDIO DIFUSÃO LT	TDA.			CPF/CNPJ/C 85.221.208/0	ódigo do Contribuinte 001-93	
Endereço DR. JOÃO COLIN	Número 362	Complemento 1º ANDAR	,		7	
CEP Bairro/Distrito 89201300 CENTRO		Cidade/Municí JOINVILLE		UF SC	Código Atividade 601	
Dados de Referência da Contribuiça Categoria Patronal/Empregador Empregados		Autônomos	(=) Valor do	Contribuição Documento),66
Capital Social - Empresa 112,500.00	Nº Empregados Contribuli	ntes		/ Abatimento		1 0
Capital Social - Estabelecimento 0.00	Total Remuneração - Con 0.00	tribuintes	(-) Outras D			
	Total Empregados - Estab	pelecimento	(+) Mora / N	Multa	460,9	8
Guia com encargos calculados para pagamente	The state of the s		(+) Outros A	Acréscimos	214,8	36
	icias da CAIXA.		(=) Valor Co	obrado	1.066,5	50
Após vencimento pagável apenas nas Agên						100
	7.785224 12080.0010	014 6 30380	00003906	6	Exercício	THE TA

tempo, providencie copia do documento.

Confira os dados contidos nó recibo de aposta, pois ele é o único comprovante que o habilita a receber o prêmio. O prazo para receber o prêmio é de 90 días, a contar da dota de apuração do concurso. Para sua segurança, adquira somente bilhetes de lotéricas autorizados pela CAIXA.

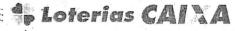
ESTE RECIBO E UM TÍTULO AO PORTADOR. PARA TORNA-LO PESSOAL E INTRANSFERÍVEL, ESCREVA NO VERSO O SEU NOME COMPLETO E NUMERO DO CPE

SAC CAIXA: 0800 726 01011/informações reclamações, sugestões e elogias!/ 0800 726 2192 (Atendimento a pessoas com deficiência auditiva).

高岛的

1.10

Ouvidoria: 0800 725 7474 (Situações não solucionadas e denúncias).



A vida útil dos dados impressos neste comprovante é de 5 anos, mas é preciso lomar alguns cuidados: evite expor o papel à luz do sol, lampadas fluorescentes, fontes de calor; à umidade excessiva e ao contato com óleos ou outros produtos químicos. Se precisar manter o recibo por mais tempo, providencie cópia do documento.

Confira os dados contidos no recibo de aposta, pois ele é o único comprovante que o habilita a receber o prêmio. O prazo para receber o prêmio é de 90 dias, a contar da data ae apuração do pois ele é o único comprovante que o habilita a receber o prêmio. O prazo para receber o prêmio é de 90 dias, a contar da data ae apuração do concurso. Para sua segurança, adquira somente bilhetes de latéricas gutorizados pela CAIXA.

ESTE RECIBO É UM TÍTULO AO PORTADOR: PARA TORNÁ-LO PESSOAL E INTRANSFERÍVEL, ESCREVA NO VERSO O SEU NOME COMPLETO E NÚMERO DO CPE



TAIXA ECONÓMICA FEDERAL

QUINA; sorteios de segunda-feira a sábado. Ap

243-378059595-0

31/AGO/2010

HORA DF 14:36:18

TERM: 013339

LGT 20.12729-2 LCCALIDADE: JOINVILLE AG, VINCULADA: 1897

COMPROVANTE PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

DATA DE VENCIMENTO: 31/01/2006 VALOR DO PAGAMENTO: 1.066,50

> 29617785224 1049970138 12080001014 6 303830000039066

Disque CAIXA - 0800 726 0101

Ouvidoria da CAIXA: 0800 725 7474 Reclamações, sugestões e elogios

www.caixa.gov.br

243-378059595-0

VIA DO CLIENTE

notorius Colon

Moreor for Salar



GRCS - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical

Vome da Entidade SINDICATO DAS EMPRESAS DE RÁDIO E TEL	.EVISÃO DO ESTADO DE	SC		Código da Entic 000.000.01329-			
Endereço RUA JERÔNIMO COELHO SALA 406	Número 280	Complemento ED. SUDAME		CNPJ da Entida 75.304.725/000			
Bairro/Distrito CENTRO	CEP 88010-030	Cidade/Município			U S		
Dados do Contribuinte Nome/Razão Social/Denominação Social COLINHALFIN EMPRESA DE RADIODIFUSAO I	LTDA			CPF/CNPJ 85.221.208	Código do Contribuin		
Endereço RUA DR JOAO COLIN	Número 362	Complemento					
CEP Bairro/Distrito 89201300 CENTRO		Cidade/Munic JOINVILLE	lpió .	UF SC	3		
Dados de Referência da Contribuição Categoria Patronal/Empregador Empregados	Prof. Liberal	Autônomos	Dados da (=) Valor do	Contribuiçã Documento	39		
Capital Social - Empresa 112,500.00	Nº Empregados Contribu	uintes	(-) Desconto	/ Abatimento	- 1		
Capital Social - Estabelecimento	Total Remuneração - Co	ntribuintes	(-) Outras De	duções			
	Total Empregados - Esta	belecimento	(+) Mora / Mu	ılta			
APOS VENC. COBRAR MULTA 10% NO PRIME SUBSEQUENTE, JUROS MORA 1% A.M. E COR	RO MES, ADICIONAL 2% RECAO MONETARIA. (Ar	MES rt. 600 da CLT).	(+) Outros Ad	100000	LANCAD		
APOS VENC. COBRAR MULTA 10% NO PRIME SUBSEQUENTE, JUROS MORA 1% A.M. E COR	RECAO MONETARIA. (Ar	t. 600 da CLT).	(=) Valor Cob	100000	LANCAD		
104-0 10499.70138 29017.7 Código do Cedente Nosso Número	785220 12080.001	113 7 340300 ento 69	(=) Valor Cob	orado Constitui	Exercício 2007		
104-0 10499.70138 29017.7 Código do Cedente 000.000.01329-3 Nosso Número 85221208000	785220 12080.001	nt. 600 da CLT). 113 7 340300 nto D Autenticac 2 OFICIO DE PRidrigo Liberato, erpandes narles Sobjickmann illeen Peraela Duve	(=) Valor Cot 000039469 rata Vencimento 31/01 cão Mecânica	orado Constitu	Exercício		



GRCS - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical

Dados da Entidade Sindical			31/01/20	008 2009
Nome da Entidadê SINDICATO DAS EMPRESAS DE RÁD	NO E TELEVISÃO DO ESTADO DE SO		Código da Entidade S 000 000 01329-3	Sindical
Endereço RUA JERÔNIMO COELHO SALA 105	Número / 280	Complemento ,	. CNPJ da Entidade 75 304 725/0001-72	
dairro/Distrito ENTRO	CEP 88010-030	Cidade/Municipio FLORIANÓPOLIS		UF SC
Dados do Contribuinte Jome/Razão Social/Denominação Soci COLINHALFIN EMPRESA DE RADIO D	and the second s		CPF/CNPJ/Códig 85.221.208/0001	go do Contribuinte -93
indereço RUA DOUTOR JOAO COLIN	Número 362	Complemento		
CEP Bairro/Distrito 09201-300 CENTRO		Cidade/Município		Código Atividade
Dados de Referência da Cont Categoria			da Contribuição odo Documento	402.
Capital Social - Empresa	Nº Empregados Contribuint	tes (-) Desco	onto / Abatimento	
Capital Social - Estabelecimento	Total Remuneração - Contr	ibuintes (-) Outra	s Deduções	-
	Total Empregados - Estabe	elecimento (+) Mora	/ Multa	*
Código do Cedente Nosso Nú	29917 785221 12080.00122	o Data Vencin	1 1	(erčicio 2008
WILLIA	ABELIONATO DE NOTAS - 2º OFÍCIO N GARGIA DE SOUZA-TABELIÃO Charles Sept da Zanetta de Souza-Tab.Subst. Kattegam Péte no Silveira - Tab. Subst Hayana Xaes	Ickmann - Esc. Not. aela Duve - Esc. Not. aner Araŭjo - Esc. Not.		das C
	Joinville -SC 0 7 FEV. 2011 Teste da verdade.	<i>f</i> -		Rubnea A
	ENTICAÇÃO - Confere com o original a álido some transference dos includos some conference dos Dona Francisco 440 - Sone Canada 34	presentado, dou fé. froidede 5-3423-0457 a R\$ 3,17		
	BZL 12339			

Exercício

Vencimento

GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana

INDICATO DAS EMPRESAS DE RÁDIO E TELEVI Indereço IUA SALDANHA MARINHO	Número 374	Complemento ED. ZIGURATE		CNPJ da En 75.304.725/			
airro/Distrito	CEP 88010-450	Cidade/Municípi FLORIANÓPOL					UF SC
o <mark>ados do Contribuinte</mark> Iome/Razão Social/Denominação Social COLINHALFIN EMPRESA DE RADIO DIFUSÃO LTI	DA	*			NPJ/Cóc .208/000	ligo do Cor 11-93	ntribuinte
ndereço DR. JOÃO COLIN	Número 362	Complemento 1° ANDAR					
		Cidade/Municipi	in . 1'		UF	Código A	lividade
Bairro/Distrito CENTRO		JOINVILLE			sc	601	``
p201300 CENTRO Dados de Referência da Contribuição Categoria Patronal/Empregador Empregados [☐ Prof. Liberal ☐ Au N° Empregados Contribuint	JOINVILLE	Dados d (=) Valor d	a Contribu o Documento to / Abatimen	uição	601	424,39
Dados de Referência da Contribuição Categoria Patronal/Empregador Empregados Capital Social - Empresa 112,500.00 Capital Social - Estabelecimento		JOINVILLE utonomos	Dados d (=) Valor d	o Documento to / Abatimen	uição	601	424,39
Dados de Referência da Contribuição Categoria ✓ Patronal/Empregador Empregados Capital Social - Empresa 112,500.00 Capital Social - Estabelecimento 0.00	Nº Empregados Contribuint	JOINVILLE utonomos es ibuíntes	Dados d (=) Valor d (-) Descon	to / Abatimen	uição	601	424,39
Dados de Referência da Contribuição Categoria ✓ Patronal/Empregador Empregados Capital Social - Empresa 112,500.00 Capital Social - Estabelecimento 0.00	№ Empregados Contribuint Fotal Remuneração - Contr 0.00 Fotal Empregados - Estabe 31/08/2010	JOINVILLE utonomos es ibuíntes	Dados d (=) Valor d (-) Descon (-) Outras (+) Mora /	to / Abatimen	uição	601	

424,39

A vida útil dos dados impressos neste comprovante é de 5 anos, mas é preciso tomar alguns cuidados: evite expor o papel à luz do sol, lâmpadas fluorescentes, fontes de calor; à umidade excessiva e ao contato com óleos ou outros produtos químicos. Se precisar manter o recibo por mais tempo, providencie cópia do documento.

000.800.01329-8

Confira os dados contidos no recibo de oposta, pois ele é o único comprovante que o habilita a receber o prêmio. O prazo para receber o prêmio é de 90 días, a contar da data de apuração do concurso. Para sua segurança, adquira somente bilhetes de lotéricas autorizados pela CAIXA.

1.03

.:1:

ESTE RECIBO É UM TÍTULO AO PORTADOR, PARA TORNA-LO PESSOAL E INTRANSFERIVEL, ESCREVA NO VERSO O SEU NOME COMPLETO E NÚMERO DO CPF.

SAC CAIXA: 0800 726 0101(Informações reclamações, sugestões e elogios)/ 0800 726 2192 (Atendimento a pessoas com deficiência auditiva).

Ouvidoria: 0800 725 7474 (Situações não saluciónadas e denúncias).



A vida viil dos dados impressos neste comprovante e de 5 anos, mas é preciso tomar alguns cuidados: evite expor o papel à luz do sol, làmpadas fluorescentes, fontes de calor; à umidade excessiva e ao contato com óleos ou outros produtos químicos. Se precisar manter o recibo por mais tempo, providencie cópia do documento.

Confira os dados contidos no recibo de aposta, pois ele é o único comprovante que o habilita a receber o prêmio. O prazo para receber o prêmio é de 90 dias, a contar da data de apuração do





ONINA: sorteios de segunda-feira a sábado. Ap

243-378059596-8

31/AGO/2010

36

31/01/2009

Autenticação Mecânica

HORA DF 14:38:19

LOT. 20.12729-2 LOCALIDADE: JOINVILLE AG. VINCULADA: 1897

COMPROVANTE PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

31/01/2009 DATA DE VENCIMENTO: VALOR DO PAGAMENTO: 700,24

> 1049970138 23617785224 12080001014 7 41340000042439

Disque CAIXA - 0800 726 0101

Ouvidoria da CAIXA: 0800 725 7474 Réclamações, sugestões e elogios

www.caixa.gov.br

243-378059596-8





ONALO

TABELIONATO W. SOUZA

WVILLE







GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana

Indee de Entidade Cindical							ento 11/2010	Exerc 2	010
Dados da Entidade Sindical Nome da Entidade SINDICATO DAS EMPRESAS DE RÁDIO E TE	ELEVISÃO D	O ESTÁDO DE S	sc -		_	da Entida 0.01329-3	de Sindica	al .	
ndereço RUA SALDANHA MARINHO		Número 374	Complemento ED. ZIGURA		1	da Entidad 725/0001			
Bairro/Distrito CENTRO	CEP 880	10-450	Cidade/Munic FLORIANÓP				N	1	UF
Dados do Contribuinte Nome/Razão Sociál/Denominação Social // COLINHALFIN EMPRESA DE RADIO DIFUSA	O LTDA				1	PF/CNPJ/0 .221.208/0		Contrib	uinte
ndereço RUA DR JOAO COLIN		Número 362	Complemento)			,	1	
DEP Bairro/Distrito 09201300 CENTRO			Cidade/Munic	ipio		UF SC	Códig 601	o Ativid	ade
oados de Referência da Contribuiç ategoria ✔ Patronal/Empregador ☐ Empregados		. Liberal	Autônomos	Dados d (=) Valor d			7.		424,
Capital Social - Empresa 112,500.00	Nº Empre	egados Contribui	ntes	(-) Descon	o / Abat	mento			
Capital Social - Estabelecimento	Total Rer 0.00	muneração - Con	ntribuintes	(-) Outras I	Deduçõe	S /			
	Total Em	pregados - Estat	pelecimento	(+) Mora / Multa					1
APOS VENC. COBRAR MULTA 10% NO PRIM UBSEQUENTE, JUROS MORA 1% A.M. E CO	MEIRO MES, ORRECAO M	ADICIONAL 2% ONETARIA. (Art	MES t. 600 da CLT).	(+) Outros	Acréscir	nos			
Após vencimento pagável apenas nas Agên			14.2.44000	(=) Valor C					
							2.11		
000.000.01329-3 852212080	0001	alor do Docume 424,	nto 39	Data Vencime	nto 01/2010		Exercic	io 2010	
Código do Cedente 000.000.01329-3 Nosso Número 852212080 DCC00098-1063 LB:104997013	. TABELIONA LIAN GARCIA DE LIAN GARCIA DE LIANG SIlveira	/alor do Documei 424, /2010 424,39RC /4120800010142 TO DE NOTAS - SOUZA-TABELIÃO R SOUZA-TABELIÃO R SOUZA-TABELIÃO R	2º. OFICIO DE la correction de la correc	Data Vencime 31. anão Mecânica PROTESTO dos fab. Subst. n - Esc. Not.	nto 01/2010		Exercic		

das Co Fis 40 Rubrica A Certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregado (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);

CAI A GRO	CS - Guia de Rec	olhimen	to de Cont		al
		:		Vencimento	Exercício
Dados da Entidade Sindical				28.04.	
Nome da Entidade Sin. Radialista P	rofissionais Empreç erte Nordeste Est. SC	g. Empresa	s Radiodifus	ão Código da Entid	
Endereço	rte Nordeste Est. 30	Número .	Complemento	CNPJ da Entida	09.019.89721-2
RUA ABDON BATIST	Α	298	,	79.3	70.797/0001-79
Bairro/Distrito	CEP		Cidade/Municipio		UF
CENTRO		9201-010	JOINVILL	E	SC
Nome/Razão Social / Denominação Social COLINHALFIN EMPRE	SA DE RADIODIF	FUSÃO L	TDA .		digo do Contribuinte
Rua: Dr. João Colir	1	Número 8 D	Complemento		
89.201-300 - (centro -		Cidade/Municipio Joinvil	le S	Código Alividade
Dados de Referência da Contribuição Categoria				Dados da Contr	
Patronal / Empregador X	Empregados	Prof. Liberal	Autói	nomos	391.67
Capital Social - Empresa		N° Empregados	Contribuintes	(-) Desconto / Abatin	
Capital Social - Estabelecimento		7.15)	
- London Combinento		Iotal Renumeraç	ão - Contribuintes	(-) Outras Deduções	5, , ,
MENSAGEM DESTINADA AO CONT	TRIBUINTE	Total Empregado	s - Estabelecimento	(+) Mora Mulla	
Solicitamos o env	in a cota circ		- 10° / 1	(+) Outros Acréscim	os
deste poleto, co	ntendo a relac]][Caro	de copia		
empregados .		gao mom	,	(=) Valor Cobrado	,
00023			1		
104-0 10499.78	974 21917.7689	76 2100	0.023222 7	000	
Agência/Código do Cedente No	sso Número	Valor do De		Vencimento	Exercício
0419 / 009.019.89721-2	689721000023	3	17,10	28.04.2006	2006
	BSE	3 1533 17A	BR2006 0173	Autenticação Meca 391,67R009E	041.0DN
					gas
					FIS
					LLI Rubnca
			-	J. W. W.	
		Total	LANGAD	0	
	1	Contain Contain Contain	The last to the same		
39 TABELIONATO DE NOTAS - 2º. (OFÍCIO DE PROJESTO	b.			

WILLIAN GARCIADE SOUZA-TABELIAO

WILLIAN GARCIADE SOUZA-TABELIAO

Eduarda Zanetta de Souza-Tab.Subst.

Charles Schlickmann - Esc. Not.

Katleana Rafaela Divo - Esc. Not.

Joinville - SC.

Joinville - SC. 0 7 FEV. 2011 Em Testº. da verdade.

AUTENTICAÇÃO - Confere com o original apresentado, dou fé.

Válido somente son à velocid seutentid.

Rua: Dona Francisca, 14 - Pajes per 1, 142 - 175 - 23 14.7

Emolumentos R\$ 2 17 9 Seio R\$ 1, 8 - Total

BZL 12343

-	STE STE

GRCS - Guia de Recolhimento de Contribuição Sindical

				Vend 3 D	04.200	Exercicio 2007
Pados da Entidade Sindical						
	rofissionals Empre		as Radiodifus	ão Códi	go da Entidiade S	·
Telev. Regiao No	rte Nordeste Est. S	I Número	1 Complemento	I CNP.	da Entidade)19.89721-2
RUA ABDON BATISTA	À	298				797/0001-79
Bairro/Distrito	CEP		Cidade/Município		10.010.	UF
CENTRO	8	9201-010	JOINVILL	E .		So
Dados do Contribuinte Nome/Razão Social / Denominação Social	ESA DE RADIO	D" FITS%	L+DA.		CNPJ / Código do	o Contribuinte
Endereço	2000 12.00	Número -	Complemento	1 1 1	gap fore that the light first t	14.14 Car 16.14 Car 17.14 Car
DR. JAAA CHAN		363				
CEP Bairro/Distrito	Yar Yar		Cidade / Municipio		UF	Código Atividade
29201300 CENTRO		, v		ΛE.	SU	
ados de Referência da Contribuição ategoria Patronal / Empregador Apital Social - Empresa	Empregados	Rrog Liberal		(=) Valor	da Contribuiç do Documento nto / Abatimento	337,34
Capital Social - Estabelecimento		I Total Renumero	cão - Contribuintes	11 \Outen	Deduções	
- Jane State		1		1 1	Daudyces	
		Total Empregad	Total Empregados - Estabelecimento			
MENSAGEM DESTINADA AO CONT	TRIBUINTE		22			
		•	Chair Pear	(+) Outro	Acréscimos	
				(=) Valor	Cobrado	
		7				
10008		1		<u> </u>		
00008						
	074 24047 7794	075 0400	0 000000 4		0	
104-0 10499.78	974 21917.7789			O(00	I Exercicio
104-0 10499.78 géncia/Código do Cedente No	osso Número	Valor do E	Documento	0(Vencimento 30.04.20	11/1/	Exercício
104-0 10499.78		Valor do E		Vencimento	11/1/	
gência/Código do Cedente No	789721000008 32. TABELIONATO DE NO WILLIAN GARCIA DE SOUZA-TABEL Eduarda Zanetta de Souza-Tab. Su Juliano Silveira - Tab. Su Jolino	Valor do D Normalia de la companya	DE PROTESTO Femandes Tab. Subst. ckmann - Esc. Not. pbr Araujo - Esc. Not.	Vencimento 30.04.20	11/1/	

CNPJ: 85.221.208/0001-93

MOVIMENTOS

Competencia: 03/2007

Código Nome Referência Valor Calculado Valor Informado P/D Tipo Informado 994 - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL Empregados 13 ANTONIO VIANA NEVES 03/2007 1,00 D 3;11 Dias 61 ARNALDO LEANDRO JAGER SOBRINHO 16,99 1,00 Dias 03/2007 D 1009 CHEILA WIEST 03/2007 14,16 1,00 D Dias 23 CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO 1,00 D Dias 03/2007 2.04 47 CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO 1.00 D 03/2007 11,64 Dias 1004 CLEVERSON CORREA 1,00 03/2007 16,81 D Dias 34 HELENA MARIA TURATTO RODRIGUES 1,00 03/2007 13,18 D Dias 60 JOAO CARLOS DURIEUX 1.00 D 03/2007 76,47 Dias 66 JOSE ARNALDO JAGER 03/2007 15,54 1.00 D Dias 45 JOSE DE SOUZA ANDRADE 03/2007 10,72 1,00 D Dias 1003 JOSIAS MARCELLINO 03/2007 17,17 1,00 D Dias 1,00 D 10 LUIZ VERISSIMO PIRES MOTTA FILHO 03/2007 2,32 Dias 53 MARCELO CRECENCIO DOS SANTOS 1,00 D 03/2007 0.87 . Dias 1 MARILISE EUNICE FRITZKE 03/2007 0,92 1,00 D Dias 16 MARILISE EUNICE FRITZKE 03/2007 113,57 1,00 D. Dias

03/2007

03/2007

03/2007

Total da empresa:

Total do Evento:

353 39. TABELIONATO DE NOTAS - 2º. OFÍCIO DE PROTESTO WILLIAN GARCIA DE SOUZA-TABELIAO Charles Schlickriand Souza-Tab Subst. Charles Schlickriand Souza-Tab Subst. Thayana Kaestner

Dias

Dias

Dias

BZI

Joinville - SC

1,00 D

1,00 D

1,00 D

18,00 -

0 7 FEV. 2011.

COLINHALFIN EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO LTD

9 NILSON GONCALVES DE SOUZA

1006 ROBERTO DOS SANTOS

1008 SANDRO DA SILVA GOMES

85.221.208/0001-93

Competencia: 03/2007

MOVIMENTOS

2,32 14,40

21,60

353,83

Em Testº. da verdade. AUTENTICAÇÃO - Confere com o original apresentado dou fe.

Válido somente com o selo de autentado de.

Rua: Ocna Francisca, 444 - Fones: (47) 3422-9975

Emolumentos RS 2,17 -> Selo RS 1,00 = Total RS 3,17

Código Nome

Referência Valor Calculado Valor Informado P/D Tipo Informado

3º. TABELIONATO DE NOTAS - 2º. OFICIO DE PROTESTO
WILLIAN GARCIA DE SOUZA-TABELIÃO Rodingo Liberas Femancies Tab Subst.
Charles Schlickmann - Esc. Not.
Juliano Silveira - Tab. Subst. Thayana Kaestner Araújo - Esc. Not.

Joinville - SC

07 FEV. 2011

Em Teste.

_da verdade.

-					1
1			100	-	
	# B	<i>100</i>	14		
		. i	47		

GRCS - Guia de Recolhimento de Contribuição Sindical

•					30.04	2008	2008
ados da Entidade Sindical ^{ome da Entidade} Sin. Radialista I	Profissionals Emp	oreg. Empr	esas Radiod	ifusão	/	ntidiade Sind	9.89721-2
Telev. Região N	orte Nordeste Est	. SC.	1 Complement	to	/ CNPJ da Ent		9.09121-2
	T *		Complement				7/0001 70
RUA ABDON BATIS		298 CEP	_ Cidade/Mun	inínio	19.	3/0./8	7/0001-79
airro/Distrito							
CENTRO		89201-010) JOIN'	VILLE		,	SC SC
ados do Contribuinte lome/Razão Social / Denominação Social				~	CPF/CNPJ/	Código do C	ontribuinte .
CCLINHALPIN EMPRE	ESA DE RÁDICO	DIFUSÃO	ITDA.		27.00	21.30	0/0001-03
ndereço	1	Número . 3 7 2	Complement	to			
EP Bairro/Distrito			Cidade / Mui	nicípio		UF I	Código Atividade
10201300 UT TIC			e 0 e c	HVILLE		SC	922
-				and the state of t	Dados de		322
ados de Referência da Contribuiçã ategoria	0			V. 1	(=) Valor do Disc	umento:	The state of the s
Patronal / Empregador	X Empregados	Prof. Liber	al	Autónomos	(=) Valor do Disc	Trong the f	的符合的概
		, , ,	egados Contribuintes		(-) Desconto / A	batimento	11 791
capital Social - Empresa		IN Empre	gados Contribuintes	23	(-) Desconto / A	Jamie III	A STATE OF STREET
Capital Social - Estabelecimento		Total Renu	umeração - Contribuin		(-) Outras Dedu	ções	<u> </u>
			10.001,2				
	\	Total Emp	regados - Estabelecim		(+) Mora Multa	*	
MENSAGEM DESTINADA AO CO	NTRIBUINTE			0.3			* **
220711224 40 00					(+) Outros Acrès	scimos ·	
					-		
	8974 21917.7				000		I Exercício
gência/Código do Cedente	Nosso Número		or do Documento	Vencim	14 • 2008		2008
0419 / 009.019.89721-2	889721000	062	562,04	30.	Autenticação		2000
			REAL1533 \3				18007E0410DN
	3º. TABELIONATO DI WILLIAN GARCIA DE SOUZA Eduarda Zanetta de Souza Juliano Silveira - Tab	A-TABELIÃO Rodrigo Charle -Tab.Subst. Katlan	Liberato Fernandes-Tato. es Schlickmann / Esc. nn Rafaela Duye - Esc na Kaestner Araújo - Esc na Kaestner Araújo - Esc	Subst/			Rubrica A
	0	1.	011/	2			
	Em Testº.	da verdade.	1				- * ;
	AUTENTICAÇÃO - Cor Válido sometis Rua: Dona Frances Emolumentos R	CAST METERS THE PERSON	de autenticidad	de			
		CHILAGO	tal R\$ 3	,17 1	·		

GRCS - Guia de Recolhimento de Contribuição Sindical

				30/04/2004 2009
ados da Entidade Sindical	ofissionais Empreg	Empress	s Radiodifusão	Código da Entidiade Síndical
Telev. Região Nor	te Nordeste Est. SC	Lilipiesa	3 Radiodilusao	009.019.89721-2
dereço		Número	Complemento	CNPJ da Entidade
RUA ABDON BATISTA		298		79.370.797/0001-79
irro/Distrito	CEP		Cldade/Município	UF
CENTRO	89	201-010	JOINVILLE	S
idos do Contribuinte ome/Razão Social / Denominação Social COUNHALAN EMP. 1	Æ RÁDIO DIFUS	ÃO LIDA	7	CPF/CNPJ / Código do Contribuinte 35721 208 0001 - 93
R. DR. JOAG COLIN		Número Z	Complemento	
9201-300 Bairro/Distrito			Cidade / Municipio Cidade / Municipio	Código Atividade 922
dos de Referência da Contribuição				Dados da Contribuição
Returned / Empressed or V	Empresados	Prof. Liberal	Autônomos	(=) Valor do Documento
Patronal / Empregador X	Empregados		, ———	(-) Desconto / Abatimento
apital Social - Empresa		N° Empregados	Continuintes	(7) Describer Andaminento
Capital Social - Estabelecimento		Total Renumerat	ção - Contribuintes	(-) Outras Deduções
april about Estabologillono				
		Total Empregado	os - Estabelecimento	(+) Mora Multa
MENSAGEM DESTINADA AO CONT	RIBUINTE			
menoadem bedinably its con-				(+) Outros Acréscimos
				(=) Valor Cobrado
	974 21917.7989			000
	sso Número		20cumento Veni	cimento Exercício
0419 / 009.019.89721-2	989721000015) \ \ \ \ \	209,02	Autenticação Mecânica
REAL (533 30ABR2009 0188	60-	4,02k009E0410DN	
		- /		His 15
	and the same of th	Subst. Charles S Kalleenn F ubst. Thayana K Ville -	eraio periandes-Tab. Subst. Reflackmann - Esc. Not. Reflacela Duvo - Esc. Not. Restner Araújo - Esc. Not.	
		FEV. 201	1	
	AUTENTICAÇÃO - Confere Válido somento con Rua: Dona Francisca, 184 Emolumentos R\$ 2,17		10 dou fé. 11 diade 12 de 123-0457	
	State	IEE A	2 3,17	



Bradesco Net Empresa

Comprovante de Pagamento Boleto de Cobrança

10499.78974 21917.708972 21000.001228 1 00000000000000

Favorecido Informado:

CONTR. SINDICAL

Debitado da:

Conta Corrente

30/04/2010

Data: Valor do Pagamento R\$: 1.011,07

Data do Pagamento:

30/04/2010

Data de Vencimento:

30/04/2010

A cobrança acima foi paga através do Bradesco Net Empresa, dentro das condições especificadas.

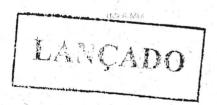
O lançamento consta no extrato do(a) cliente Colinhalfin Empr. Rádio Difusão Ltda. Agência 2232 - Conta Corrente 28770, da data de pagamento, sob o número de protocolo 0000166.

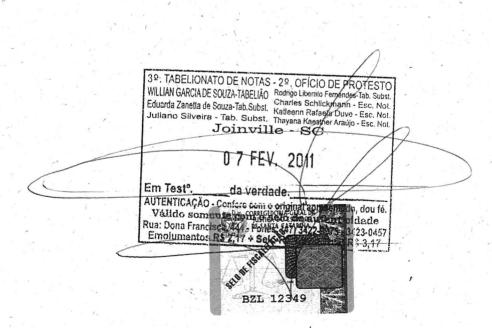
Nº de Controle: 444536569076242377

Banco Bradesco S.A. www.bradesco.com.br

AUTENTICAÇÃO

HPiIz#*Z tUC3QePV i5SLo9dV qdGozDka r8u#24Qo crtGhemS Ed?xf3yV rtdaCUpr djz3q8cJ KbfWpREb URaV5pfr wYOGuCag flDdZp?A S6803vwp HF#?9tTE OCFz65Yo @CZnaJ*b 6rNfCi28 qwS@Cqc# jMxBloKF hsksNbkU sWh7EsJA 10491000 00000000







GRCS - Guia de Recolhimento de Contribuição Sindical

Lados da Ertitlade Sindical.

Sin. Radialista Profissionais Empreg. Empresas Radiodifusão Telev. Região Norte Nordeste Est. SC.

MAPACINA MAI CADAS

X.

30.04.2010 2010

009 019 89721 2

RUA VELICON BALLS LA

79.370.797 0001-79

CENTRO

163 40 4 . 6 . 17

JOINTOLL F

Dados do Contribuinte

COLIMHALFIA

39.221.208/0001-43

89.201-300

Cadas de Referencia da Contolunção strop, de.

Dados da Contobução

1,011,07

2:

30.232,01

MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE

10499.78974 21917.708972 21000.001228 1

0419 / 009 019 89721-2

089721000001 - 13 1.011,07

30.04.2010

CAI 104-0 10499.78974 21917.708972 21000.001228 1 000

PAGAVEL PREFERENCIALMENTE NAS CASAS LOTÉRICAS, AGENCIAS DA CAIXA E TODA REDE BANCARIA

Sin. Radialista Profissionais Empreg Empresas Radiodilusao Telev. Regiao Norte Nordeste Est. SC.

26/01/2010

EXERC 2010 SIND

089721000001

26/01/2010

0419 / 009.019.89721-2

089721000001

13 1.011,07

30.04.2010

BLOOK TO BE CONTRIBUTED AND ALLERSAND

the attained by eletinate characteristic and result by

Multarde 10st and professors and of princesors to the assessment de 2st and reis been apperent adisposable. In the states of the bounded of the interpret Libraria Arabia

CITETIFY MAPAGUA DE COIG DIMENTO TODA Jan 55.2 1.206/0001-93

Fiena de Compensação Amondo





Laudo de ensaio do(s) transmissor(es)

LAUDO DE ENSAIO

Transmissor de Radiodifusão em Frequencia Modulada



1 - INTERESSADO

COLINHALFIN EMPRESA DE RADIO DIFUSAO LTDA

RUA DR. JOAO COLIN, 362 - CENTRO, JOINVILLE / SC CEP 89201-300

2 - ENSAIO

- a) Motivo; RENOVAÇÃO DE OUTORGA
- b) Endereço onde foi realizado; RUA PASTOR GUILHERME RAU S/N, BAIRRO SAGUAÇU, CEP 89221-020, JOINVILLE - SC
- c) Data em que foi realizado; 14-01-2011.

3 - FABRICANTE

TELAVO IND COM EQUIP P/TELECOMUNICACOES LTDA

AV. TEOTÔNIO BRANDÃO VILELA, 800, JD. TRIÂNGULO - TABOÃO DA SERRA - SP CEP: 06783-005

4 - FUNÇÃO DO TRANSMISSOR

TRANSMISSOR PRINCIPAL

5 - MEDIÇÕES

5.1 - Frequência:

a) nominal; 89,500,000 Hz b) medida em ambiente normal; 89,500,022 Hz

c) variação máxima da frequência na unidade osciladora observada durante 60 minutos de funcionamento na temperatura ambiente. 45 H 2

5.2 - Resposta de audiofrequência para estereofonia: (Pre-en fase: 75 ys, sem canal secundoirio)

Para 25% de modulação:

Frequencia (Hz)		100	400	1000	5000	7500	10000	15000
Canal esq. (db)		-0,15	0,0	0,30	7,40	10,60	12,80	15,70
Canal dir. (db)	-0,25	-0.18	0,0	0,28	7,80	10,90	12,70	15,60

Para 50% de modulação:

Frequencia (Hz)	50	100	400	1000	5000	7500	10000	15000
Canal esq. (db)	-0,25	-0,10	0,0	0,35	7,30	10,40	12,70	15,60
Canal dir. (db)	-0,30	-0,15	0,0	0,30	7,50	10,50	12,85	15,80

Para 90% de mo	uulaçau.				, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,			
Frequencia (Hz)	50	100	400	1000	5000	7500	10000	15000
Canal esq. (db)	-0,17	-0.80	0,0	0,28	7,40	10,50	12,80	15,70
Canal dir. (db)	-0,20	-0,22	0.0	0,25	7,35	10,55	12,80	15,75

5.3 - Distorção harmônica para estereofonia: (modo mono sem o uso de canal secundário)

Para 25% de modulação:

I did 2070 de filo	aaiagao.							
Frequencia (Hz)	50	100	400	1000	5000	7500	10000	15000
Canal esq. (%)	0,20	0,10	0,05	0,10	0,18	0,20	0,22	0,25
Canal dir. (%)	0,25	0,15	0,10	0,10	0,14	0,23	0,25	0,25

Para 50% de modulação:

I ala 50 /0 de Illo	uulação.							
Frequencia (Hz)	50	100	400	1000	5000	7500	10000	15000
Canal esq. (%)	0,23	0,20	0,10	0,15	0,20	0,22	0,25	0,30
Canal dir. (%)	0,25	0,15	0,05	0,12	0,18	0,20	0,22	0,25

Para 90% de modulação:

Frequencia (Hz)	50	100	400	1000	5000	7500	10000	15000
Canal esq. (%)	0,25	0,20	0,10	0,20	0,22	0,25	0,25	0,23
Canal dir. (%)	0,22	0,18	0,08	0,15	0,20	0,23	0,23	0,25

5.4 - Nível de ruído da portadora (FM), em relação a 100% de modulação, com 400 Hz:

-6416

5.5 - Nível de ruído da portadora (AM), em relação a 100% de modulação em amplitude.



- 5.6 Atenuação de harmônicos e espúrios.
- 5.6.1 De 120 a 240KHz: 38 d6
- 5.6.2 De 240 a 600KHz: 65 d
- 5.6.3 > 600KHz: > 86 d6
- 5.6.4 Segundo harmônico: 84 d.6
- 5.6.5 Terceiro harmônico: 98 36
- 5.7 Potência de saída: 4,95 kw

Método: Elemento medidor passivo instalado entre salda de potência e cabo de antena.

6 - INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS PARA ESTEREOFONIA

- 6.1 Gerador de estéreo:
- a) fabricante: AEV
- b) modelo: EXCLUSIVE FM
- 6.2 Medições.
 - 6.2.1 Frequência de subportadora piloto;
 - a) medida; <u>19000 Hz</u>
- b) variação máxima da frequência em 60 minutos de funcionamento na temperatura ambiente:
- **6.2.2** Limites das variações das percentagens de modulação da portadora principal pela subportadora piloto: 990

6.2.3 - Separação estereofônica:

Frequencia (Hz)	50	100	400	1000	5000	7500	10000	15000
Esq. > Dir. (db)	52	50	48	50	50	53	55	55
Dir. > Esq. (db)	50	47	45	48	50	50	53	57

As Con N. Fls. 20 Rubrica A

Jorg

6.2.4 - Diafonia para 90% de modulação, no canal principal e nos canais estereofônicos.

Frequencia (Hz)	50	100	400	1000	5000	7500	10000	15000
Ch Princip. (db)	65	62	58	.55	50	53	58	60
Ch Stéreo (db)	62	60	55	53	51	55	57	61

6.2.5 – Modulação residual da portadora principal pela sub-portadora stéreo 38KHz em relação a 90% da modulação a 400Hz: _____6006_

7 - CANAIS SECUNDÁRIOS - Não Utilizados

8 - OBSERVAÇÕES VISUAIS NO TRANSMISSOR

8.1 - Placa de identificação:Transcrição dos dizeres constantes da placa.

Telavo Ind e Com de Equip p/ Telecomunicações Ltda R José Benedito Salinas, 120 C. Gde. Sto. Amaro CEP 04674 Fone PBX – 522-3233 São Paulo CGC 48.869.358/0001-81 Ind Brasileira São Paulo

Modelo: RDFM 5000°

Data: 20-01-94

Potência: 5,0 KW

N°- 53

Frequencia: 89,5 MHz Consumo: 8,2 KVA

Dentel: 0264/88 Transmissor Trifásico 220V

m	8.2 - Medidores do estágio final de RF. Verificar a existência e indicar a escala dos seguintes nedidores:
, "	a) de corrente contínua de placa ou coletor; Existente: Sim Escala: 50 dio de 0 a 5 A b) de tensão contínua de placa ou coletor; Existente: Sim Escala: 50 dio de 0 a 10 kg c) de potência de saída (incidente e refletida). Existente: Sim Escala: 12 dio de 0 a 15 kg c) a 15 kg
	8.3 - Existência de tomadas de amostras de RF, para: a) modulação; parte superior b) frequência. parte superior
	8.4 - Existência de dispositivos de segurança do pessoal:
	a) de descarga de capacitores depois de desligada a alta tensão (descrição sumária);
32	Sim recistores de sanavia linados diretamente aos capacito
	b) gabinetes metálicos encerrando o transmissor, com todas as partes expostas ao contato
d	os operadores, interligadas e conectadas à terra;
	c) de interruptores de segurança, em todas as portas e tampas de acesso a partes do
tr	ansmissor onde existam tensões superiores a 350 Volts, que automaticamente desliguem
е	ssas tensões quando qualquer dessas portas ou tampas forem abertas;
	d) possibilidade de serem feitos, externamente, os ajustes dos circuitos com tensões
s	uperiores a 350 volts, com todas as portas e tampas fechadas. 5 im
	지원의 가격은 이번에는 그렇게 나가면 살린을 존길을 막게 하는 이번 때문에 되었다.
	8.5 - Existência de dispositivos de proteção do transmissor:
	a) descrição sumária dos dispositivos de proteção da fonte de alta tensão;
	Proteção de sobre-corrente por queda de lou aumento
۷.	la tonigio em vesistor. Protecto de sobre-tensão idem.
	b) proteção contra a falta de ventilação adequada, no caso de sistema forçado.
	Sensor de pressão de ar instalado no sistema

Ho Rubrica A. S.

Lours 2

3

9 - DECLARAÇÕES

9.1 - Declaração do profissional habilitado:

"Declaro serem verdadeiras todas as informações constantes deste laudo, obtidas mediante ensaio por mim realizado, pessoalmente, no transmissor a que se refere. O presente laudo consta de OH. (QUATRO.)...folhas, todas numeradas e rubricadas com a rubrica.......de que faço uso".

Joinville, 14 de janeiro de 2011

linge & freelings
(assinatura)

Jorge Fernando Freiberger Engenheiro de Telecomunicações CREA-SC 076825-2 Has Co

Nome: Jorge Fernando Freiberger Nº de Registro no CREA: 076825-2

9.2 - Parecer Conclusivo:

"Para os fins previstos no Regulamento Técnico para o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, DECLARO que o transmissor de frequência modulada, a que se refere este laudo de ensaio, na data em que foi realizado, atendia à regulamentação aplicável.

Joinville, 14 de janeiro de 2011

(assinatura)

Jorge Fernando Freiberger Engenheiro de Telecomunicações CREA-SC 076825-2

Nome: Jorge Fernando Freiberger Nº de Registro no CREA: 076825-2

9.3 - Declaração do interessado:

Endereço da realização do ensaio:

RUA PÁSTOR GUILHERME RAU S/N, BAIRRO SAGUAÇU, CEP 89221-020, JOINVILLE - SC

Joinville, 15 de Janeiro de 2011

Janateria C. Mall

Nome: MARIA TERESA COUN HALFIN

Cargo que exerce na entidade: SociA - ADMINISTRADORA

4

LAUDO DE ENSAIO



Transmissor de Radiodifusão em Frequencia Modulada

1 - INTERESSADO

COLINHALFIN EMPRESA DE RADIO DIFUSAO LTDA

RUA DR. JOAO COLIN. 362 - CENTRO, JOINVILLE / SC CEP 89201-300

2 - ENSAIO

- a) Motivo; RENOVAÇÃO DE OUTORGA
- b) Endereço onde foi realizado; RUA PASTOR GUILHERME RAU S/N, BAIRRO SAGUAÇU, CEP 89221-020, JOINVILLE - SC
- c) Data em que foi realizado; 14-01-2011.

3 - FABRICANTE

TELAVO IND COM EQUIP P/ TELECOMUNICACOES LTDA

AV. TEOTÔNIO BRANDÃO VILELA, 800, JD. TRIÂNGULO - TABOÃO DA SERRA - SP CEP: 06783-005

4 - FUNÇÃO DO TRANSMISSOR

TRANSMISSOR RESERVA

5 - MEDIÇÕES

5.1 - Freqüência:

- a) nominal; 89500000 Hz b) medida em ambiente normal; 89500010 Hz
- c) variação máxima da freqüência na unidade osciladora observada durante 60 minutos de funcionamento na temperatura ambiente. 70Hz
- 5.2 Resposta de audiofrequência para estereofonia: (Pré ênfase 75us, sem uso de canal secundário)

Para 25% de modulação:

Fala 23/0 UE 1110	dulação.		- PA					
Frequencia (Hz)	50	100	400	1000	5000	7500	10000	15000
Canal esq. (db)	-0,32	-0,18	0,10	0,25	7,20	10,70	12,95	15,60
Canal dir. (db)	-0,28	-0,15	0,05	0,20	7,35	10,65	12,90	15,55

Para 50% de modulação:

Frequencia (Hz)	50	100	400	1000	5000	7500	10000	15000
Canal esq. (db)	-0,20	-0,10	0,05	0,18	7,25	10,55	12,50	15,40
Canal dir. (db)	-0,15	-0,05	0,10	0,25	7,40	10,70	12,85	15,60

Para 90% de mo	dulação.							
Frequencia (Hz)	50	100	400	1000	5000	7500	10000	15000
Canal esq. (db)	-0,30	-0,20	0,05	0,25	7,42	10,35	12,45	15,55
Canal dir. (db)	-0.35	-0,20	0,10	0,30	7,55	10,40	12,65	15,65

5.3 - Distorção harmônica para estereofonia: (modo mono sem o uso de canal secundário)

Para 25% de modulação:

	au.ugua.							
Frequencia (Hz)	50	100	400	1000	5000	7500	10000	15000
Canal esq. (%)	0,25	0,10	0,0	0,10	0,14	0,17	0,20	0,22
Canal dir. (%)	0,30	0,20	0,10	0,15	0,18	0,22	0,25	0,30

Para 50% de modulação:

					-			
Frequencia (Hz)	50	100	400	1000	5000	7500	10000	15000
Canal esq. (%)	0.35	0,15	0,05	0,10	0,13	0,18	0,21	0,27
Canal dir. (%)	0,40	0,30	0,15	0,15	0,17	0,22	0,26	0,30

Para 90% de modulação:

Frequencia (Hz)	50	100	400	1000	5000	7500	10000	15000
Canal esq. (%)	0,45	0,35	0,10	0,16	0,20	0,22	0,27	0,27
Canal dir. (%)	0,45	0,30	0,15	0,19	0,23	0,27	0,28	0,29

5.4 - Nível de ruído da portadora (FM), em relação a 100% de modulação, com 400 Hz:

-6106

5.5 - Nível de ruído da portadora (AM), em relação a 100% de modulação em amplitude.



5.6 - Atenuação de harmônicos e espúrios.

5.6.1 - De 120 a 240KHz: 42dG

5.6.2 - De 240 a 600KHz: 5 7 d6

5.6.3 - > 600KHz: > 88 d6 (88)

5.6.4 - Segundo harmônico: 8816

5.6.5 – Terceiro harmônico: 100 d6

5.7 - Potência de saída: 980 W

Método: Elemento medidor passivo instalado entre saída de potência e cabo de antena.

6 - INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS PARA ESTEREOFONIA

6.1 - Gerador de estéreo:

a) fabricante; AEV

b) modelo: EXCLUSIVE FM

6.2 - Medições.

6.2.1 - Frequência de subportadora piloto:

a) medida; 19000 Hz

b) variação máxima da freqüência em 60 minutos de funcionamento na temperatura ambiente: OH 7

6.2.2 - Limites das variações das percentagens de modulação da portadora principal pela subportadora piloto:

6.2.3 - Separação estereofônica:

Frequencia (Hz)	50	100	400	1000	5000	7500	10000	15000
Esq. > Dir. (db)	50	47	44	45	49	53	54	56
Dir. > Esq. (db)	48	47	46	48	50	54	56	57



Jors

6.2.4 - Diafonia para 90% de modulação, no canal principal e nos canais estereofônicos.

Frequencia (Hz)	50	100	400	1000	5000	7500	10000	15000
Ch Princip. (db)	58	60	62	58	5.5	51	47	44
Ch Stéreo (db)	56	59	60	57	53	49	45	41

6.2.5 – Modulação residual da portadora principal pela sub-portadora stéreo 38KHz em relação a 90% da modulação a 400Hz: _ - 5 9 d 6 ___

7 - CANAIS SECUNDÁRIOS - Não Utilizados

8 - OBSERVAÇÕES VISUAIS NO TRANSMISSOR

8.1 - Placa de identificação: Transcrição dos dizeres constantes da placa.

Telavo Ind e Com de Equip p/ Telecomunicações Ltda R José Benedito Salinas, 120 C. Gde. Sto. Amaro CEP 04674 Fone PBX – 522-3233 São Paulo CGC 48.869.358/0001-81 Ind Brasileira São Paulo

Modelo: RDFM 1000A	Data: 11 / 2 / 85
Potência: 1000 W	N° 075
Frequencia: 89,5 MHz	Dentel: 83/438
TRANSMISSOR de FM	220V Monofásic

8.2 - Medidores do estágio final de RF. Verificar a existência e indicar a escala dos seguintes	
medidores:	
a) de corrente contínua de placa ou coletor; Existente: Sim Escala: 500 0 - 1 A	
b) de tensão contínua de placa ou coletor; Existente: 5 im Escala: 50 div., 0 - 3 KV	· ,
b) de tensão contínua de placa ou coletor; Existente: 5 im Escala: 50div., 0 - 3 KV c) de potência de saída (incidente e refletida). Existente: 5 im Escala: 12 div., 0 - 450°	20
of de potential de salida (moldente o ronolida).	
8.3 - Existência de tomadas de amostras de RF, para:	
a) modulação; 5, m	
b) frequência.	
8.4 - Existência de dispositivos de segurança do pessoal:	
a) de descarga de capacitores depois de desligada a alta tensão (descrição sumária);	
Simi resistores de sangua ligados diretamente nos capacitores	
b) gabinetes metálicos encerrando o transmissor, com todas as partes expostas ad contato	
dos operadores, interligadas e conectadas à terra;	
c) de interruptores de segurança, em todas as portas e tampas de acesso a partes do	
transmissor onde existam tensões superiores a 350 Volts, que automaticamente desliguem	
essas tensões quando qualquer dessas portas ou tampas forem abertas;	*
d) possibilidade de serem feitos, externamente, os ajustes dos circuitos com tensões	
superiores a 350 volts, com todas as portas e tampas fechadas.	
superiores a 500 voite, com todas de portas e tampas issuados	1
8.5 - Existência de dispositivos de proteção do transmissor:	V
a) descrição sumária dos dispositivos de proteção da fonte de alta tensão;	\wedge
Protecas de sobre-corrente, por auncoto de tensão	
em resistor. Proteção de sobre tenção idem.	. i
em 18313101. 18478640 01 3001	•
b) proteção contra a falta de ventilação adequada, no caso de sistema forçado.	
Sensor de pressão do ar do sistema de	9
avreferimento forçado en funcionamento normal	

Habrica A

Jorge 3

9 - DECLARAÇÕES

9.1 - Declaração do profissional habilitado:

"Declaro serem verdadeiras todas as informações constantes deste laudo, obtidas mediante ensaio por mim realizado, pessoalmente, no transmissor a que se refere. O presente laudo consta de Outo que todo consta de outo de que faço uso".

Joinville, 14 de janeiro de 2011

June f. Frankrys (assinatura) Jorge Fernando Freiberger Engenheiro de Telecomunicações CREA-SC 076825-2

H Fis Z Rubrica P S

Nome: Jorge Fernando Freiberger Nº de Registro no CREA: 076825-2

9.2 - Parecer Conclusivo:

"Para os fins previstos no Regulamento Técnico para o Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada, DECLARO que o transmissor de freqüência modulada, a que se refere este laudo de ensaio, na data em que foi realizado, atendia à regulamentação aplicável.

Joinville, 14 de janeiro de 2011

(assinatura)

Jorge Fernando Freiberge: Engenheiro de Telecomunicações CREA-SC 076825-2

Nome: Jorge Fernando Freiberger Nº de Registro no CREA: 076825-2

9.3 - Declaração do interessado:

Endereço da realização do ensaio: RUA PASTOR GUILHERME RAU S/N, BAIRRO SAGUAÇU, CEP 89221-020, JOINVILLE -

Joinville, 15 de Janeiro de 2011

(assinatura)

Nome: MARIA TERESA COLIN HALFIN

Cargo que exerce na entidade: SOCIA - ADMINISTRADORA

1



Laudo de vistoria técnica



Laudo de Vistoria Técnica

Renovação de Outorga

Servico de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada

Del viço de Radiodilabao Dollola e	
1- Identificação	
1.1- Nome/Razão Social: COLINHALFIN EMPRESA DE RADIO DIFU	SÃO LTDA
1.2- Indicativo de chamada: ZYD731 1-2- Horário de funcionamento:	DOMINGO A SÁBADO DE 00:00 A 24:00HS
2- Localização da estação transmissora	
2.1- Endereço: RUA PASTOR GUILHERME RAU S/N	
Cidade: JOINVILLE UF: SO	C
CEP: 89221-020 Telefone	e: "SEM"
2.2- Coordenadas Geográficas	
Latitude: 26° 17' 31" 00" S	
Longitude: 48° 49' 38" 00" W	
2.3 - Transmissor Principal	
2.3.1- Fabricante: TELAVO IND COM EQUIP P/TELECOMUNICACOES L'	TDA ,
2.3.2 – Modelo: RDFM-5000-A	
2.3.3- Homologação/Certificação: 026488XXX0038	
2.3.4- Potência de operação(kW): 5,0 Potência medida(kW):	4,95
23.5- Freqüência(PBFM)[MHz]: 89,5 Freqüência medida(MHz):	89,500022
2.3.6- Tolerância de frequência da portadora - (±2000 Hz):	22
2.3.7- Recursos para conexão de monitor de modulação e freqüência:	(⋈) Sim () Não
2.3.8- Medidor de tensão contínua de placa ou coletor no estágio final de	
RF:	(X) Operante () Com defeito () Inoperante
2.3.9- Medidor de corrente contínua de placa ou coletor no estágio final	
de RF:	(Operante () Com defeito () Inoperante
2.3.10- Medidor de potência relativa de saída incidente e refletida:	
	(X) Operante () Com defeito () Inoperante
2.3.11- Dispositivo de segurança que impeça o funcionamento do	
transmissor na falta ou insuficiência do sistema de resfriamento forçado,	(X) Sim () Não
quando existir:	
2.3.12- Inexistência de dispositivos externos que permitam a alteração da	() ()
frequência de operação:	(X) Sim () Não
2.3.13- Existência de dispositivos que permitam inibição de quaisquer	(Na) Gins
controles externos que possam permitir ultrapassar o valor ajustado da	() Não
potência de operação autorizada:	
2.3.14- Resistores de sangria ou outro dispositivo apropriado para	(⋈) Sim () Não
descarga dos capacitores de filtro quando a alta tensão é desligada:	(×) Sim () Não
/ 4 13. Interminiores em nortas e tambas onde existam tensões maiores	R I A I A III

Jord

que 350 Volts	
2.3.16- Gabinetes com as partes expostas ao operador interligadas a	(X) Sim () Não
terra:	
2.3.17- Ajustes externos dos circuitos com tensões maiores que 350	(×) Sim () Não
Volts:	
2.3.18- Fonte de alta tensão com proteção contra sobrecarga:	(×) Sim () Não
2.4- Transmissor Auxiliar	
2.4.1- Fabricante: TELAVO IND COM EQUIP P/TELECOMUNICACOES LT	rdA .
2.4.2 - Modelo: RDFM-1000-A	
2.4.3- Homologação/Certificação: 043883XXX0038	
2.4.4- Potência de operação(kW): 1,0 Potência medida(kW):	1,0
24.5- Freqüência(PBFM)[MHz]: 89,5 Freqüência medida(MHz):	89,500010
2.4.6- Tolerância de freqüência da portadora - (±2000 Hz):	10
2.4.7- Recursos para conexão de monitor de modulação e freqüência:	(×) Sim () Não
2.4.8- Medidor de tensão contínua de placa ou coletor no estágio final	2 2 2 3 3 3 4 4 7 7 7 7 8
de RF:	Operante () Com defeito () Inoperante
2.4.9- Medidor de corrente contínua de placa ou coletor no estágio final	Operante () Com defeito () Inoperante
de RF:	
2.4.10- Medidor de potência relativa de saída incidente e refletida:	Operante () Com defeito () Inoperante
2.4.11- Dispositivo de segurança que impeça o funcionamento do	
transmissor na falta ou insuficiência do sistema de resfriamento forçado,	(∠) Sim () Não
quando existir:	
2.4.12- Inexistência de dispositivos externos que permitam a alteração da	
frequência de operação:	(X) Sim () Não
2,4.13- Existência de dispositivos que permitam inibição de quaisquer	
controles externos que possam permitir ultrapassar o valor ajustado da	(⋈) Sim () Não
potência de operação autorizada:	
2.4.14- Resistores de sangria ou outro dispositivo apropriado para	A CONTRACTOR OF THE STATE OF TH
descarga dos capacitores de filtro quando a alta tensão é desligada:	(×) Sim () Não
2.4.15- Interruptores em portas e tampas onde existam tensões maiores	
que 350 Volts	(×) Sim () Não
2.4.16- Gabinetes com as partes expostas ao operador interligadas a	(X) Sim () Não
terra:	
2.4.17- Ajustes externos dos circuitos com tensões maiores que 350	(X) Sim () Não
Volts:	
2.4.18- Fonte de alta tensão com proteção contra sobrecarga:	(X) Sim () Não
2.5- Sistema Irradiante Principal	
2.5.1- Antena	
2.5.1.1- Fabricante: MAPRA-IND. CPM. DE ANTENAS LTDA	
2.5.1.2 Modelo: FMR-04	

	D R
2.5.1.3- Quantidade de Elementos:	04 (QUATRO) S
2.5.1.4- Altura (centro geométrico/base da torre – solo) [metros]:	19,5
2.5.1.5- Azimute de Orientação (NV):	225 GRAUS-
2.5.2- Linha de Transmissão Principal	
2.5.2.1- Fabricante: KMP CABOS ESPECIAIS E SISTEMAS LTDA	
2.5.2.2- Modelo: CF- 1 5/8"	
2.5.2.3- Proteção contra choques elétricos (condutor externo da	* A
Linha de Transmissão ligado à terra):	(X) Sim () Não
2.6- Sistema Irradiante Auxiliar	
2.6.1- Antena	
2.6.1.1- Fabricante: MAPRA-IND. CPM. DE ANTENAS LTDA	
2.6.1.2- Modelo: FMB-02	
2.6.1.3- Quantidade de Elementos:	02 (DOIS)
2.6.1.4- Altura (centro geométrico/base da torre – solo) [metros]:	13,5
2.6.1.5- Azimute de Orientação (NV):	225 GRAUS
2.6.2- Linha de Transmissão Auxiliar	
2.6.2.1- Fabricante: KMP CABOS ESPECIAIS E SISTEMAS LTDA	
2.6.2.2- Modelo: CF- 7/8"	A
2.6.2.3- Proteção contra choques elétricos (condutor externo da	
Linha de Transmissão ligado à terra):	(X) Sim () Não
3- Outros equipamentos de uso compulsório:	
3.1- Carga artificial (obrigatório para emissoras das classes E1, E2, E3 e	
A1),	() Sim (S) Não
3.2- Limitador de modulação:	(x) Operante () Com defeito () Inoperante
3.3- Monitor de modulação	(X) Operante () Com defeito () Inoperante
3.4- Analisador de espectro (obrigatório para emissoras de Classe	() Sim (Não
Especial).	
4. Ocorrência de Harmônicos e Espúrios de Radiofrequência	
4.1- Transmissor Principal	Atenuação medida(dB):
2º Harmônico	84
3º Harmônico	9.8
Espúrios	7 86
4.2- Transmissor Auxiliar	Atenuação medida(dB):
2° Harmônico	88
3º Harmônico	105
Espúrios	7 92

Joseph

4.3- Existência de interferência prejudicial:) Sim 5- Outras Constatações: Nada a declarar. (XX) Sim) Não 5.1- Disponibilidade de relatório de conformidade referente a limitação da exposição a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos: 6. Estúdios 6.1- Estúdio Principal 6.1.1- Endereço: RUA DR. JOÃO COLIN, 362 - CENTRO CEP 89201-300 6.2- Estúdio Auxiliar 6.2.1- Endereço: " SEM" 7. Informações Adicionais O antigo logradouro da estação "Morro do Boa Vista" passou a denominar-se "Rva Pastor Guilherme Rav" conforme indicado no campo 2.1. 8- Instrumentos Utilizados na Vistoria ANALIZADOR ESPECTRO MARCA TEKTRONIX, MOD. 492B - SERIE "ILEGIVEL" FREQUENCIMETRO MARCA OPTOELETRONICS, MOD. CUB - SÉRIE: 8274087 WATIMETRO MARCA BIRD, MOD.43A - SÉRIE: 083 200 607 GERADOR DE ÁUDIO MARCA ICEL, MOD. GA-1001 - SERIE: 070105695 OSCILOSCÓPIO MARCA ICEL, MOD.OS-11 - SERIE: 5012003 1755 MEDIDOR DE MODULAÇÃO MARCA INOVONICS, MOD. 531-00 - SERIE: 0 25 LO 9- Responsável pela vistoria técnica: Nome, JORGE FERNANDO FREIBERGER Formação: ENGENHEIRO DE TELECOMUNICAÇÕES CREA: 076825-2 Local: JOINVILLE - SC Data; 15 /01/ 2011 Jorge Fernando Freiberger Jory & Grillinger Engenheiro de Telecomunicações CREA-SC 076825-2 Representante legal da Entidade: Nome: MARIA TERESA COLIN MALFIN

Assinatura: 16NOT HILLON C/

Anexo ao Laudo de Vistoria Técnica de 15-01-2011

Declaração



Declaramos ao Ministério das Comunicações, que a COLINHALFIN EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA, inscrita no CNPJ num. 85.221.208/0001-93, encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Poder Concedente, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

Informamos ainda que há pedido não autorizado de alteração de características técnicas da emissora em andamento no Ministério das Comunicações (substituição de equipamento transmissor reserva somente), processo este sob o número 53000.032182/2010.

ENG. JORGE FERNANDO FREIBERGER

Responsável Técnico

Jorge Fernando Freiberger Engenheiro de Telecomunicações CREA-SC 076825-2

MARIA TERESA COLIN HALFIN

Representante Legal da Entidade

Joinville, 16 de Janeiro de 2011



Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, quitada



.R.T. Anotação de Responsabilidade Técnica

ART autenticada eletronicamente via CREAMET

Empresa Executora: 076825-2 COLINHALFIN EMPRESA DE RADIO DIFUSAO LTDA LNGENHEIRO DE TELECOMUNICACOES ORGE FERNANDO FREIBERGER C03904-9 JOINVILLE RUA JOAO JOSE CLEMENTE 18 Fax: Fone; SC 89220-868 JSTA E SILVA 004.215.319-08 Normal Fax: --Tone: . eng.freiberger@gmail.com Contratante 85221208000193 COLINHALFIN EMPRESA DE RADIO DIFUSÃO LIDA nua Dr. João Colin, 362 SC JOINVILLE entro 09201-300 Referente a Laudo de Vistoria e 02 Laudos de Ensaios de equipamento de transmissão. Resumo do Contrato

Valor Obra/Serviço: R\$2.040,00 Honorários: Salário Término em :28/01/2011 em:13/01/2011

Identificação da Obra/Serviço COLINHALFIN EMPRESA DE RADIO DIFUSÃO LTDA

85221208000193

Rua Pastor Guilherme Rau S/N Saguaçu

JOINVILLE

SC

89221-020 - Assinaturas

JO INVILLE

FERNANDO FREIBERGER

004.215.319-08

85221208000193

Este documento anota perante o CREA-SC, para efeitos legais, o contrato escrito ou verbal realizado entre as partes (Lei 6.496/77)

Reservado ao Responsável Técnico ART: 3948542-8 Alividades Unidade Participação Técnica Quantidade Classificação Objetos Individual 2,00 B0109 24

Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Santa Catarina

Cirque aqui para imprimir o boleto

Descrição de Débitos:

- Profissional JORGE FERNANDO FREIBERGER

Nro. ART.... 3948542-0

- Proprietario COLINHALFIN EMPRESA DE RADIO DIFUSAO L

Localizacao. RUA PASTOR GUILHERME RAU S/N

Cidade..... JOINVILLE

Rubrica

CREA-SC

3

CNPJ 82.511 .643/9991-64 MERO DO DOCUMENTO J07682539485420000 3948542-0 TO VALOR DOCUMENTO DEDUCÕES

ESPECIE DOC DATA DO DOCUMENTO DUPLICATA 26/01/2011

<u> OLINHALFIN EMPRESA DE RADIO DIFUSAO LTDA</u>

AUTENTICAC

D

0

0

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

QUINA: sorteios de segunda-feira a sábado. Ap

026-558254262-7

26/JAN/2011

HORA DF 15:05:36

TFRM 030215

das

db qp

Loterias CAI

LOT. 20.19449-6

LOCALIDADE: JOINVILLE

AG. VINCULADA: 3299

COMPROVANTE PAGAMENTO DE BLOQUETO CAIXA

DATA DE VENCIMENTO: 05/02/2011 VALOR DO PAGAMENTO: 33,00

> 59907682534 1049105115 94854200006 6 48690000003300

Disque CAIXA - 0800 726 0101

Ouvidoria da CAIXA - 0800 725 7474 Reclamações, sugestões e elogios

www.caixa.gov.br

026-558254262-7





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: COLINHALFIN EMPRESA DE RADIO DIFUSAO LTDA

CNPJ: 85.221.208/0001-93

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:54:53 do dia 17/02/2011 (hora e data de Brasília).

Válida até 19/03/2011.

Certidão expedida gratuitamente.

Declaração de não infringência à vedação do art. 220, §5°, CF

DECLARAÇÃO

Declaro, sob as penas da lei e para fins de instrução de processo de renovação de outorga de serviço de radiodifusão, na qualidade de representante legal de COLINHALFIN RADIODIFUSÃO LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 85.221.208/0001-93, sediada na cidade de Joinville - SC, na Rua Dr. João Colin, nº. 362, 1º Andar, Centro, CEP 89201-300, que a outorgada jamais foi, direta ou indiretamente, objeto de monopólio ou oligopólio, tendo sempre, assim como seus sócios, respeitado os princípios da livre concorrência, em obediência ao art. 220, § 5º, da Constituição Federal.



Prova de regularidade relativa ao INSS



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E ÀS DE TERCEIROS

N° 046832011-20024030

Nome: COLINHALFIN EMPRESA DE RADIO DIFUSAO LTDA

CNPJ: 85.221.208/0001-93

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome relativas a contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, referese exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em DAU, não abrangendo os demais tributos administrados pela RFB e as demais inscrições em DAU, administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Esta certidão é valida para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8,212 de 24 de julho de 1991, exceto para:

- averbação de obra de construção civil no Registro de Imóveis;

- redução de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada e cisão parcial ou transformação de entidade ou de sociedade empresária simples;

 - baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art.931 da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, extinção de entidade ou sociedade empresária ou simples.

A aceitação desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço http://www.receita.fazenda.gov.br.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01, de 20 de janeiro de 2010.

Emitida em 03/02/2011. Válida até 02/08/2011.

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção:qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

M. das Comunication of the Comunication of the

M. das C.

Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 85221208/0001-93

Razão Social: COLINHALFIN EMPR RADIODIFUSAO LTDA

Nome Fantasia: RADIO COLON FM

Endereço: RUA JOAO COLIN 362 / CENTRO / JOINVILLE / SC / 89201-300

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 26/01/2011 a 24/02/2011

Certificação Número: 2011012610451057302029

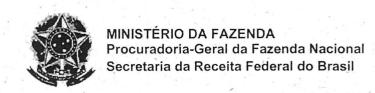
Informação obtida em 03/02/2011, às 15:49:43.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br





Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, emitida pela Receita Federal





CERTIDÃO CONJUNTA POSITIVA COM EFEITOS DE NEGÂTIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: COLINHALFIN EMPRESA DE RADIO DIFUSAO LTDA CNPJ: 85.221.208/0001-93

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

- constam débitos relativos a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com a exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN); e
- 2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União com exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos por penhora em processos de execução fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos enderecos http://www.pgfn.fazenda.gov.br.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007. Emitida às 14:52:49 do dia 26/11/2010 <hora e data de Brasília>. Válida até 25/05/2011.

Código de controle da certidão: EBE8.180C.34D6.369B

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Has Congress of Fis. (6

Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da entidade



ESTADO DE SANTA CATARINA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS

Nome (razão social):

COLINHALFIN EMPRESA DE RÁRIO DIFUSÃO

LTDA

CNPJ/CPF:

85.221.208/0001-93

(Solicitante sem inscrição no Cadastro de Contribuintes do

ICMS/SC)

Esta certidão é válida para o número do CPF ou CNPJ informado pelo solicitante, que não consta da base de dados da Secretaria de Estado da Fazenda.

O nome e o CPF ou CNPJ informados pelo solicitante devem ser conferidos com a documentação pessoal do portador.

Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Dispositivo Legal: Número da certidão: Data Emissão:

100140060790104 19-11-2010 16:56:41

Lei nº 3938/66, Art. 154

Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158, modificado pela Lei nº 13.568/05):

18-05-2011 16:56:41

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço: http://www.sef.sc.gov.br

Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da entidade



Secretaria da Fazenda



CERTIDÃO NEGATIVA

Inscr. Imobiliária (Tributos Imobiliários) NÃO POSSUI IMOVEL PROPRIO	Insc.Municipal (Tributos Mobiliários) 34507	Validade 90 DIAS	
Endereço RUA DOUTOR JOAO COLIN, 362		Município JOINVILLE	UF SC

Certificamos, a pedido conforme protocolo nº 8222 que o contribuinte acima identificado, não é devedor à Fazenda Municipal, até a presente data, ressalvado, porém, o direito de cobrar qualquer (quaisquer) débito (s) que oportunamente venha (m) a ser apurado (s) sob sua responsabilidade.

OBS: O Sistema de Informática da Prefeitura Municipal de Joinville encontra-se em período de transição, portanto podem ocorrer irregularidades no levantamento dos débitos.

Joinville, 19.01.2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE
SECRETARIA DA FAZENDA
FABIANE H. MOREIRA
Matricula 37,927

MELANIE APARECIDA LUIZ VIEIRA
Gerente Interina da Unidade de Arrecadação e Cobrança

Cópia completa da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS

Documentos atualizados revelando a composição acionária ou de cotas da interessada e eventuais alterações havidas em seu Contrato/Estatuto Social, durante o período de vigência da outorga



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM SECRETÁRIA DE ESTADO DO DESENV. ECONÔMICO SUSTENTÁVEL JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA - JUCESC

CERTIDÃO SIMPLIFICADA 001/001

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição. Nome Empresarial COLINHALFIN EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA -

Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA CNPJ Número de Identificação do Registro de

Empresas - NIRE (Sede)

42 2 0151736-6

23/12/1991 85.221.208/0001-93

Data de Arquivamento do Data de Início de Atividade Ato Constitutivo 31/07/1991

Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP) RUA DOUTOR JOÃO COLIN, 362-1º ANDAR, CENTRO, JOINVILLE, SC, 89.201-300

EXPLORAÇÃO DE RADIODIFUSÃO, BEM COMO A PARTICIPAÇÃO COMO COTISTA OU ACIONISTA EM OUTRAS

SOCIEDADES.

Capital: R\$ 112.500,00

(CENTO E DOZE MIL E QUINHENTOS REAIS)

Microempresa ou

Empresa de Pequeno Porte

(Lei nº 123/2006)

Prazo de Duração

Indeterminado '

Capital Integralizado: R\$ (CENTO E DOZE MIL E QUINHENTOS REAIS)

112.500,00

Não

Sócios/Participação no Capital/Espécie de Sócio/Administrador/Término do Mandato

Participação no capital (R\$) Espécie de Sócio Nome/CPF ou CNPJ

22.500,00 SOCIO

Administrador

Término do Mandato

MARIA LUIZA LOYOLA COLIN

068.149.051-91

MARIA TERESA COLIN HALFIN 152.982.131-20

JURACY RIBEIRO

003.217.299-00

84.375,00 SOCIO

Administrador

XXXXXXXXX

Administrador

XXXXXXXXX

5.625,00 SOCIO

XXXXXXXXX

Último Arquivamento

Data: 04/06/2010

Número: 20101310390

Situação REGISTRO ATIVO

Ato: ALTERAÇÃO

Status

Evento (s): ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

XXXXXXXXXXXXXXXX

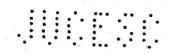
FLORIANÓPOLIS - SC, 27 de janeiro de 2011

hursolrich

MARIA DILMA KOERICH SECRETÁRIA GERAL

Conferi e assino. Depoclesió Beckriquiser

Matr. 176.957-0 SERVIDOR JUCESC



COLINHALFIN EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA.

C.N.P.J. Nº. 85.221.208/0001-93

4ⁿ. ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

MARIA LUIZA LOYOLA COLIN, brasileira, casada no regime de comunhão universal de bens, advogada, natural de Joinville - SC., residente e domiciliada na cidade de São Paulo - SP., à Rua Barão de Capanema, nº. 236, 4°. Andar, Jardim América, portadora da Carteira da OAB-SC. sob nº. 5.678, inscrita no C.P.F. sob nº. 068.149.051-91; MARIA TERESA COLIN HALFIN, brasileira, viúva, historiadora, natural de Joinville - SC., residente e domiciliada na cidade de São Paulo - SP., à Alameda Casa Branca, nº 1.143, apartamento nº. 71, 7°. Andar, portadora da Carteira de Identidade nº. RG.11.816.087-4-SSP/SP. inscrita no C.P.F. sob n°.152.982.131-20; JURACY RIBEIRO, brasileiro, casado no regime de comunhão universal de bens, técnico em contabilidade, natural de Canoinhas - SC., residente e domiciliado nesta cidade de Joinville - SC., à Rua Aquidaban, nº. 490, bairro Glória, portador da Carteira de Identidade nº. 2/R.137.694-SSI/SC., inscrito no C.P.F. sob nº. 003.217.299-00, únicos sócios componentes da Sociedade que gira a denominação social de COLINHALFIN **EMPRESA** RADIODIFUSÃO LTDA., com sede e foro nesta cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, à Rua Dr. João Colin, nº. 362, 1º. Andar, bairro Centro, CEP. 89.201-300, inscrita no C.N.P.J. sob nº. 85.221.208/0001-93, com contrato social registrado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob nº. 422.0151736.6 em 23 de dezembro de 1991, e Alterações Contratuais arquivadas e registradas em 23/12/1991, em 02/08/1994 e em 15/10/1996. resolvem por esse instrumento particular, alterar o contrato social da sociedade conforme segue:

<u>ALTERAÇÃO ÚNICA</u> - Dar nova redação ao Contrato Social, adaptado ao novo código civil, que substituirá e consolidará todas as Cláusulas e condições do Contrato Social constitutivo e Alterações, à saber:

<u>CLÁUSULA PRIMEIRA</u> - A Sociedade girará sob o nome comercial de "COLINHALFIN EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA.", tendo sua sede e foro nesta cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, à Rua Dr. João Colin, n°. 362. 1°. Andar, Bairro Centro, CEP. 89.201-300.



Mus 1

1





<u>CLÁUSULA SEGUNDA</u> - A Sociedade terá por objeto a exploração de radiodifusão, bem como a participação como cotista ou acionista em outras sociedades

<u>CLÁUSULA TERCEIRA</u> - A Sociedade é constituída por prazo indeterminado, observando-se, quando da sua dissolução, os preceitos da lei em vigência, tendo iniciado suas atividades em 31 de julho de 1991.

<u>CLÁUSULA QUARTA</u> - O capital social, inteiramente subscrito e integralizado em moeda corrente do país, na importância de R\$ 112.500,00 (cento e doze mil e quinhentos reais), dividido em 12.500 (doze mil e quinhentas) quotas no valor de R\$ 9,00 (nove reais) cada uma, ficando assim distribuído entre os sócios:

<u>Sócio</u>	Valor (R\$)	Quotas	%
Maria Luiza Loyola Colin	84.375,00	9.375	75
Maria Tereza Colin Halfin	22.500,00	2.500	20
Juracy Ribeiro	5.625,00	625	
	112.500,00	12.500	100

<u>Parágrafo Primeiro</u> - No caso de obtenção de mais de uma Outorga, o capital social da sociedade será aumentado de modo a atender as exigências financeiras, econômicas, patrimoniais e legais do Poder Concedente.

<u>Parágrafo Segundo</u> - As quotas da sociedade são individuais e não poderão ser transferidas ou alienadas a qualquer título a terceiros, sem o consentimento unânime dos demais sócios cabendo a estes o direito de preferência na sua aquisição, na proporção das cotas que possuírem, e ainda com a aquiescência do Poder Concedente, quando a operação implicar alteração do controle societário.

<u>CLÁUSULA QUINTA</u> - Nos termos previstos na legislação que regulamenta o serviço de radiodifusão, será permitida a participação de estrangeiros ou de brasileiros naturalizados há menos de dez anos ou de pessoas jurídicas, no capital da sociedade.

CLÁUSULA SEXTA - Os sócios que desejarem transferir suas cotas deverão notificar, por escrito, a sociedade, discriminando-lhe o preço, a forma e o prazo de pagamento, para que esta, através dos demais sócios, exerça ou renuncie ao direito de preferência, o que deverá fazer no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento da notificação, ou em maior prazo, a critério do sócio alienante. Decorrido esse prazo, sem que haja exercido o direito de preferência,

as cotas poderão ser invremente transferidas.

2º TABE I PROGRAMA DIVINITARIO DE LA COMPANIO DEL COMPANIO DE LA COMPANIO DEL COMPANIO DE LA COMPANIO DEL COMPANIO DEL COMPANIO DE LA COMPANIO DEL COMPANIO DELA

Yara Silvane Tamariini - Substituta Claudia M. Fuck da Silva - Substituta Rosenei Treptow Burg. - Escrevente Notarial Andréa Moreira de Oliveira - Escrevente Notarial Maria Claudia L. da S. Salfer - Escrevente Notarial AUTENTICAÇÃO: Reprodução fiel de documento apresentado em Cartório, dou fé.

0 7 MAIO 2504

7.

Fis 7 4 Salar Rubnica A Solar Solar

<u>CLÁUSULA SÉTIMA</u> - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

<u>CLÁUSULA OITAVA</u> - A sociedade, por todos os sócios, se obriga a cumprir rigorosamente todas as leis, regulamentos e as instruções vigentes ou que vierem a vigorar, referentes à Radiodifusão e à Segurança Nacional.

<u>CLÁUSULA NONA</u> - As deliberações sociais ainda que impliquem em alteração contratual, poderão ser tomadas por sócios que representem a maioria absoluta do capital da sociedade.

<u>CLÁUSULA DÉCIMA</u>- O quadro de pessoal será sempre constituído, ao menos, de 2/3 (dois terços) de trabalhadores brasileiros.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - A Sociedade será administrada por um ou mais sócios a quem compete, privativa e individualmente, o uso do nome empresarial e a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial, sendo-lhe vedado, entretanto, o seu emprego em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações, seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade sem autorização dos sócios.

<u>CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA</u> - A investidura no cargo dos administradores, somente poderá ocorrer após haverem sido aprovados pelo Poder Concedente.

<u>CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA</u> - Os Sócios Administradores serão eleitos em Assembléia Geral Extraordinária, com presença de maioria absoluta do capital social, com mandato de dois anos, podendo ser reeleito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - A sociedade será administrada pelas sócias MARIA LUIZA LOYOLA COLIN e MARIA TERESA COLIN HALFIN, e pelo sócio JURACY RIBEIRO, que tem o direito de representar a sociedade perante terceiros, em juízo ou fora dele, com intitulação de Sócio Administrador, assinando individualmente todos os atos da sociedade, ficando proibido o uso da denominação em negócios estranhos à sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Somente o Sócio Administrador que efetivamente prestar serviço à sociedade, perceberá a título de pró-labore, a quantia mensal fixada em comum até o limite da dedução fiscal, prevista na legislação do imposto de renda, que será levado a débito da conta de Lucros e Perdas.

PS CONEGEDONA-GENAL DA INTERPRETATION CONEGEDONA-GE

Claudia M. Fuck da Silva - Substituta Y Rosenei Treptow Burg. - Escrevente Noterial Andréa Moreira de Oliveira - Escrevente Notarial Maria Cláudia L. da/S. Salfer - Escrevente Notarial AUTENTICAÇÃO Reprodução fiel do dogumento apresentado em Carterio, dou fé. 3

ram, sob as penas

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Os administradores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou à propriedade.

<u>CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA</u> - O sócio administrador poderá fazer-se representar por procurador ou procuradores, que os representarão em todos os atos de interesse da sociedade, gerindo e administrando, desde que com a aprovação prévia do Poder Concedente.

<u>CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA</u> - O ano social coincidirá com o ano civil, devendo a 31 de dezembro de cada ano, ser procedido o Balanço Geral da sociedade, obedecidas as prescrições legais e técnicas pertinentes à matéria. Os resultados serão atribuídos aos sócios proporcionalmente às quotas de capital que possuírem, podendo os lucros, à critério dos sócios, serem distribuídos ou ficarem em reserva na sociedade.

<u>CLÁUSULA DÉCIMA NONA</u> - A distribuição dos lucros será sempre sustada quando se verificar a necessidade de atender a despesas inadiáveis que impliquem no funcionamento normal da estação de radiodifusão.

<u>CLÁUSULA VIGÉSIMA</u> - O falecimento de qualquer dos sócios não dissolve necessariamente a sociedade, ficando os herdeiros e sucessores subrogados nos direitos e obrigações do "de cujus", podendo nela fazerem-se representar, enquanto indiviso o quinhão respectivo, por um dentre eles, devidamente credenciado pelos demais.

<u>Parágrafo Primeiro</u> - Os herdeiros poderão ingressar na sociedade, caso não haja impeditivo legal quanto sua capacidade jurídica, mediante aprovação do Poder Concedente.

<u>CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA</u> - A responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa da empresa caberão somente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - Dependerão de prévia autorização do Poder Concedente, as alterações contratuais que resultem em mudança dos objetos sociais, modificação do quadro diretivo, cessão de cotas ou aumento do capital social que impliarem alteração do controle societario.

MARIA ELISIA WETZEL DA FONE SAN CAMBRIA ELISIA MEN CA

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos de acordo com os dispositivos legais que regem a matéria.

E por assim estarem justos e contratados, lavram, datam a assinam, juntamente com duas testemunhas, o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, obrigando-se por si e seus herdeiros a cumprí-lo em todos os seus

Joinville - SC., 05 de Dezembro de 2003

Luiza Rojola Colir

MARIA LUIZA LOYOLA COLIN

JURACY RIBEIRO

TESTEMUNHAS:

Rua Dona Francisca, 363 - Joinville MARIA ELISA WETZEL DA S.

Tabelia Designada

Yara Silvane Tamanini - Substituta
Claudia M. Fuck da Silva - Substitute
Rosenel Treptow Burg. / Escrevente Motarial
Andréa Moreira de Oliveira - Escrevente Notarial
Maria Claudia L. da S. Saifer - Escrevente Notarial
AUTENTICAÇÃO: Reprodução fiel do documento
apresentado em Cartorio, dou te.

0 7 MAID 298 108305

VERGENOR MATTHIES : 293.789.239-68

: 2/R.689.224-SSI/SC.

MARLISE EUNICE FRITZKE

CPF.: 634,633,779-34

C.I.: RG. 1.355.265-SSP/SC.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA CERTIFICO O REGISTRO EM: 03/05/2004

CERTIFICO O REGISTRO SOB №: 20040328481

Protocolo: 04/032848-1 Empresa:42 2 0151736 6 COLINEALFIN EMPRESA DE RADIO DIFUSAO LTDA

FABIANA EVERLING DE FREITAS

SECRETÁRIA GERAL



Instrumento Particular de 5ª Alteração e Consolidação do Contrato Social de ColinHalfin Empresa de Radiodifusão Ltda.

CNPJ Nº. 85.221.208/0001-93

Maria Luiza Loyola Colin, brasileira, viúva, advogada, natural de Joinville, Estado de Santa Catarina, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Barão de Capanema, nº. 236, 4º. Andar, Jardim América, portadora de carteira da OAB-SC, sob nº. 5.678, inscrita no CPF. sob nº. 068.149.051-91;

Maria Teresa Colin Halfin, brasileira, viúva, historiadora, natural de Joinville, Estado de Santa Catarina, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Casa Branca, nº. 1.143, apartamento nº. 71, 7º. Andar, Jardim América, portadora da Cédula de Identidade nº. RG. 11.816.087-4-SSP/SP. Inscrita no CPF. sob nº. 152.982.131-20;

Juracy Ribeiro, brasileiro, casado no regime de comunhão universal de bens, técnico em contabilidade, natural de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, residente e domiciliado na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, na Rua Aquidaban, nº. 490, Bairro Glória, portador da Cédula de Identidade nº. 2/R.137.694-SSI/SC e inscrito no CPF sob nº. 003.217.299-00,

únicos sócios componentes da Sociedade que gira sob a denominação social de ColinHalfin Empresa de Radiodifusão Ltda. com sede e foro na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, na Rua Dr. João Colin, nº. 362, 1º. Andar, Bairro Centro, CEP. 89.201-300, inscrita no C.N.P.J. sob nº. 85.221.208/0001-93, com Contrato Social registrado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob nº. 422.0151736.6 em 23 de Dezembro de 1991 e Alterações Contratuais arquivadas e registradas em 23/12/1991, em 02/08/1994, 15/10/1996, sendo a última alteração consolidada em 03 de Maio de 2.004, arquivada sob o n. 20040328481,

I mx

Página 1

ColinHalfin



CONSIDERANDO a vontade dos sócios de alterar o Contrato Social, especialmente quanto ao objeto social, à administração da sociedade, aos quoruns de deliberação, aos critérios de distribuição de lucros e apuração de haveres; e

CONSIDERANDO também a necessidade de reorganizar as cláusulas do Contrato Social, de sorte a evitar repetições e agrupar os temas semelhantes de acordo com o ordenamento societário, permitindo uma interpretação mais clara do Contrato;

resolvem por esse Instrumento Particular, alterar o Contrato Social da sociedade nas seguintes condições:

Primeira: A sociedade passará a ser administrada por dois sócios em conjunto, devendo um deles ser necessariamente uma das sócias, Maria Luiza Loyola Colin ou Maria Teresa Colin Halfin, podendo estas e cabendo-lhes com exclusividade e em conjunto, nomear, por instrumento público e prazo determinado, procurador com poderes específicos e detalhados para tal fim, representante este que, agindo em nome das duas sócias administradoras, não poderá contrair obrigações ou garantir dívidas em valores superiores a 20 (vinte) salários mínimos (base nacional).

Segunda: Observadas as condições da cláusula segunda acima, aos sócios compete, privativamente, o uso do nome empresarial e a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial, sendo-lhes vedado o seu emprego em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações, seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade sem prévia deliberação dos sócios.

Terceira: A sociedade, mediante deliberação da maioria do capital social e aprovação do Poder Concedente, poderá abrir filiais, agências ou escritórios, em qualquer parte do território nacional, fixando para os devidos fins e efeitos legais o capital social de cada unidade.

mb

Página 2

H H



Quarta: As deliberações sociais passam a ser tomadas em reuniões ordinárias e extraordinárias. Os sócios poderão se fazer representar nas reuniões por procurador constituído com poderes específicos para votar nas matérias que estiverem em pauta, podendo esse procurador com poderes especiais também assinar instrumentos de alteração contratual. O quorum de aprovação é o da maioria absoluta das quotas, salvo quorum mais qualificado exigido em lei ou no contrato social. Dependerão ainda da aprovação de mais de 75% das quotas representativas do Capital Social: a alienação ou oneração de bens imóveis; a concessão de garantias ou assunção de obrigações em favor de terceiros, condicionadas sempre à observância do interesse social; a nomeação de liquidante e a aprovação de suas contas. A admissão de novo sócio, salvo na hipótese de sucessão causa mortis, dependerá da aprovação de mais de 4/5 (quatro quintos) do Capital Social

Quinta: O sócio que desejar transferir suas quotas a terceiros deverá previamente notificar, por escrito, os demais sócios, discriminando-lhes o preço, a forma e o prazo da proposta em igualdade de condições, para que estes exerçam ou renunciem ao direito de preferência na aquisição, o que deverão fazer no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da notificação, ou em maior prazo, a critério do sócio alienante.

Sexta: Findo o prazo aludido na cláusula acima, o sócio alienante poderá transferir suas quotas a terceiros, nas mesmas quantidades, preços, prazos e condições oferecidos aos sócios, salvo, quanto às quantidades, se tiver havido aquisição parcial da oferta por um dos sócios. Essa alienação deverá ocorrer no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do não exercício do direito de preferência ou da aquisição parcial feita por um ou mais sócios, valendo como termo o evento que ocorrer por último. Após esse prazo, o sócio alienante deverá oferecê-las, novamente, aos outros quotistas e, assim, sucessivamente.

Sétima: Na retirada de qualquer sócio, seja qual for o motivo, o recebimento do valor das quotas, fixado em função do patrimônio líquido da sociedade, por meio de Balanço levantado especialmente para este fim em até 60 (sessenta) dias após o evento, ocorrerá em 12 (doze)

Fágina 3 mb

18



prestações mensais, iguais e consecutivas, corrigidas e com juros de 1% (hum por cento) ao mês, vencendo-se a primeira delas 30 (trinta) dias após o Balanço Patrimonial Especial.

Em razão das alterações havidas, resolvem os sócios reformar e consolidar o Contrato Social, substituindo as cláusulas que foram consolidadas na sua quarta alteração, passando a ser regido pelas seguintes cláusulas:

Contrato Social Consolidado de Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada ColinHalfin Empresa de Radiodifusão Ltda. CNPJ Nº. 85.221.208/0001-93

Maria Luiza Loyola Colin, brasileira, viúva, advogada, natural de Joinville, Estado de Santa Catarina, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Barão de Capanema, nº. 236, 4º. Andar, Jardim América, portadora de carteira da OAB-SC, sob nº. 5.678, inscrita no CPF. sob nº. 068.149.051-91;

Maria Teresa Colin Halfin, brasileira, viúva, historiadora, natural de Joinville, Estado de Santa Catarina, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Casa Branca, nº. 1.143, apartamento nº. 71, 7º. Andar, Jardim América, portadora da Cédula de Identidade nº. RG. 11.816.087-4-SSP/SP. Inscrita no CPF. sob nº. 152.982.131-20;

Juracy Ribeiro, brasileiro, casado no regime de comunhão universal de bens, técnico em contabilidade, natural de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, residente e domiciliado na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, na Rua Aquidaban, nº. 490, Bairro Glória, portador da Cédula de Identidade nº. 2/R.137.694-SSI/SC e inscrito no CPF sob nº. 003.217.299-00,

Página 4

Mb

5

ColinHalfin



pelo presente instrumento e na melhor forma de Direito, celebram o presente contrato de sociedade por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá pelas disposições legais pertinentes e ainda pelas seguintes cláusulas e condições.

Denominação e Sede

Cláusula 1ª

A sociedade girará sob o nome comercial de "Colinhalfin Empresa de Radiodifusão Ltda.", tendo sua sede e foro na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, na Rua Dr. João Colin, nº. 362, 1º. Andar, Bairro Centro, CEP. 89.201-300.

Parágrafo Único: A sociedade por deliberação dos sócios, representando a maioria do capital social e devidamente aprovado pelo Poder Concedente, poderá abrir filiais, agências ou escritórios, em qualquer parte do território nacional, fixando para os devidos fins e efeitos legais o capital social de cada dependência.

Objeto

Cláusula 2ª

A Sociedade terá por objeto a exploração da radiodifusão, bem como a participação como quotista ou acionista em outras sociedades.

Prazo

Cláusula 3ª

A Sociedade é constituída por prazo indeterminado, observando-se, quando da sua dissolução, os preceitos da lei em vigência, tendo iniciado suas atividades em 31 de julho de 1991.

Capital

Página 5

ColinHalfin



Cláusula 4ª

O Capital Social, inteiramente subscrito e integralizado em moeda corrente do país, na importância de R\$ 112.500,00 (cento e doze mil e quinhentos reais), divididos em 12.500 (doze mil e quinhentas) quotas indivisíveis no valor de R\$ 9,00 (nove reais) cada uma, ficando assim distribuído entre os sócios:

Sócio	Valor R\$		Quotas	<u>%</u>
Maria Luiza Loyola Colin	84.375,00	1 72	9.375	75,00
Maria Teresa Colin Halfin	22.500,00		2.500	20,00
Juracy Ribeiro	5.625,00	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	625	 5,00
Total	112.500,00		12.500	100,00

Parágrafo 1º: No caso de obtenção de mais de uma Outorga, o capital social da sociedade será aumentado de modo a atender as exigências financeiras, econômicas, patrimoniais e legais do Poder Concedente.

Parágrafo 2º: A responsabilidade dos sócios é limitada ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, na forma do art. 1.052 da Lei nº 10.406/02.

Cláusula 5ª

Nos termos previstos na legislação que regulamenta o serviço de radiodifusão, será permitida a participação de estrangeiros ou de brasileiros naturalizados há menos de dez anos ou de pessoas jurídicas, no capital da sociedade.

Administração

Cláusula 6ª

A sociedade será administrada sempre conjuntamente por no mínimo dois sócios, sendo um deles necessariamente uma das sócias, Maria Luiza Loyola Colin ou Maria Teresa Colin Halfin, podendo estas e cabendo-lhes com exclusividade e em conjunto, nomear, por instrumento público e prazo determinado, procurador com poderes específicos e detalhados

A,

Página 6



para tal fim, representante este que, agindo em nome das duas sócias administradoras, não poderá contrair obrigações ou garantir dívidas em valores superiores a 20 (vinte) salários mínimos (base nacional).

Cláusula 7ª

Observada a forma de atuação conjunta regulada pela cláusula 6ª, todos os sócios são intitulados administradores, competindo-lhes o uso do nome empresarial e a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial da sociedade, sempre atendendo exclusivamente ao interesse social, sendo vedada a assunção de obrigações em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como a oneração ou a alienação de bens imóveis da sociedade sem prévia deliberação dos sócios.

Cláusula 8ª

A nomeação de procuradores "ad-judicia" não dependerá de instrumento público, nem deverá ser necessariamente por prazo determinado, devendo o mandato ser outorgado por uma das sócias Maria Luiza Loyola Colin ou Maria Teresa Colin Halfin.

Cláusula 9ª

Os sócios administradores terão direito a um pró-labore a ser estabelecido pela deliberação dos quotistas que representem mais de 75% do capital e cujo pagamento será levado à conta das despesas gerais da sociedade.

Cláusula 10^a

A investidura no cargo dos administradores somente poderá ocorrer após haverem sido aprovados pelo Poder Concedente.

Cláusula 11ª

O procurador nomeado na forma da cláusula 6ª deverá ser aprovado pelo Poder Concedente.

Página 7 M. H. 8



Deliberações dos Sócios

Cláusula 12ª

As deliberações sociais serão tomadas em reunião ordinária, que se realizará anualmente na sede da sociedade para aprovação das demonstrações contábeis e das contas dos administradores, bem como para outros assuntos que forem incluídos em pauta mediante notificação escrita, com comprovante de recebimento, dos sócios e/ou dos administradores aos demais sócios e/ou administradores com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Cláusula 13^a

As deliberações sociais também poderão ser tomadas em reuniões extraordinárias a serem realizadas em território nacional, cabendo a convocação a qualquer dos sócios. A convocação deve ocorrer mediante notificação escrita, com comprovante de recebimento, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, devendo indicar local, data e horário de realização, sendo a sede da sociedade o local ordinário das reuniões sociais.

Cláusula 14ª

As decisões serão tomadas por sócios que representem a maioria absoluta do Capital Social, salvo disposição contrária do Contrato Social ou se quorum mais qualificado for exigido em lei.

Parágrafo único: Os sócios poderão se fazer representar nas reuniões por procurador constituído com poderes específicos para votar nas matérias que estiverem em pauta, podendo esse procurador com poderes especiais também assinar instrumentos de alteração contratual.

Cláusula 15ª

Dependerão da aprovação dos sócios que representem mais de 75% do Capital Social:

- a) a alienação ou oneração de bens imóveis;
- b) a concessão de garantias ou assunção de obrigações em favor de terceiros, condicionadas sempre à observância do interesse social;

Página

mil

8



- c) a eleição e destituição de administradores, sócios ou não;
- d) a nomeação de liquidante e a aprovação de suas contas.

Cláusula 16ª

As reuniões ordinárias e extraordinárias poderão ser dispensadas se a matéria for regulada em documento escrito assinado pelos sócios bastantes para a tomada da decisão.

Alienação de Quotas e Direito de Preferência

Cláusula 17ª

O sócio que desejar transferir suas quotas a terceiros deverá previamente notificar, por escrito, os demais sócios, discriminando-lhes o preço, a forma e o prazo da proposta em igualdade de condições, para que estes exerçam ou renunciem ao direito de preferência na aquisição, o que deverão fazer no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da notificação, ou em maior prazo, a critério do sócio alienante.

Cláusula 18ª

Findo o prazo aludido na cláusula 17ª e sem prejuízo da Cláusula 19ª, o sócio alienante poderá transferir suas quotas a terceiros, nas mesmas quantidades, preços, prazos e condições oferecidos aos sócios, salvo, quanto às quantidades, se tiver havido aquisição parcial da oferta por um dos sócios. Essa alienação deverá ocorrer no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do não exercício do direito de preferência ou da aquisição parcial feita por um ou mais sócios, valendo como termo o evento que ocorrer por último. Após esse prazo, o sócio alienante deverá oferecê-las, novamente, aos outros quotistas e, assim, sucessivamente.

Cláusula 19ª

ColinHalfin

O ingresso do novo sócio deve ser autorizado pelo Poder Concedente e dependerá, salvo na hipótese de sucessão *causa mortis*, da aprovação dos quotistas que representem mais de 4/5 (quatro quintos) do Capital Social.

m b

Página 9

W

M



Demonstrações Contábeis e Distribuição de Resultados

Cláusula 20^a

O exercício social terá início em 1º de Janeiro e terminará em 31 de dezembro. Ao fim de cada exercício, será levantado o Balanço Patrimonial correspondente ao mesmo período, bem como, preparadas as demais demonstrações financeiras exigidas por lei.

Cláusula 21ª

Os lucros eventualmente apurados, poderão ser:

a.- distribuídos aos sócios de forma proporcional às respectivas participações sociais; ou b.- retidos, total ou parcialmente, em conta de lucros suspensos, reservas da sociedade ou capitalizados, inclusive quando se verificar a necessidade de atender a despesas inadiáveis que impliquem no funcionamento normal da estação de radiodifusão.

Cláusula 22ª

A critério dos quotistas, poderão ser levantados Balanços parciais, para fins contábeis e para apurar-se a situação da sociedade. Havendo disponibilidades, terão o destino que lhes for fixado por deliberação dos quotistas.

Falecimento, Incapacidade e Retirada de Sócio

Cláusula 23ª

A morte, incapacidade ou a retirada de qualquer quotista não acarretará a dissolução da sociedade, devendo a mesma continuar com os sócios remanescentes pelo prazo previsto em lei, sendo facultado aos herdeiros do falecido o ingresso na sociedade.

ColinHalfin



Cláusula 24^a

No caso de saída de sócio da sociedade, seja por qual motivo for, o recebimento do valor das quotas, fixado em função do patrimônio líquido da sociedade, por meio de Balanço levantado especialmente para este fim em até 60 (sessenta) dias após o evento, ocorrerá em 12 (doze) prestações mensais, iguais e consecutivas, corrigidas e com juros de 1% (hum por cento) ao mês, vencendo-se a primeira delas 30 (trinta) dias após o Balanço Patrimonial Especial.

Parágrafo 1º: O ingresso de terceiros deverá ser aprovado pelo Poder Concedente quando a operação implicar alteração do controle societário.

Parágrafo 2º: Em tendo ocorrido o falecimento ou interdição de um dos sócios, o inventariante ou o curador, respectivamente, não terá poderes de administração, a não ser que ele próprio seja sócio, caso em que poderá exercer, acumulando com os próprios, os poderes de administração e representação do sócio falecido ou incapaz.

Liquidação da Sociedade

Cláusula 25^a

A liquidação da sociedade se fará pelo processo estabelecido em lei. O liquidante será indicado por deliberação tomada pelos sócios que detenham mais de 75% do capital social. Os ativos da sociedade serão empregados na liquidação das obrigações e o remanescente, se houver, será rateado entre os sócios em proporção ao número de quotas que cada um possuir.

Disposições Gerais

Cláusula 26ª

A sociedade, por todos os sócios, se obriga a cumprir rigorosamente todas as leis, regulamentos e as instruções vigentes ou que vierem a vigorar, referentes à Radiodifusão e à Segurança Nacional.

Cláusula 27ª

Página 11

E Società A Società Constitution de la constitution

Nos termos previstos na legislação que regulamenta o serviço de radiodifusão, será permitida a participação de estrangeiros ou de brasileiros naturalizados há menos de dez anos ou de pessoas jurídicas, no capital da sociedade.

Cláusula 28^a

O quadro de pessoal será sempre constituído, ao menos, de 2/3 (dois terços) de trabalhadores brasileiros.

Cláusula 29ª

O Contrato Social poderá ser alterado em qualquer uma de suas cláusulas, a qualquer tempo observando-se as disposições pertinentes do Código Civil.

Cláusula 30°

Dependerão de prévia autorização do Poder Concedente, as alterações contratuais que resultem em mudança do objeto social, modificação no quadro diretivo, cessão de cotas ou aumento do capital social que impliquem alteração no controle societário.

Cláusula 31ª

Os sócios declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Cláusula 32ª

A tolerância de qualquer das partes quanto a inobservâncias do presente Contrato ou o não exercício de qualquer direito, faculdade ou prerrogativa não eximirá a parte faltosa nem

ML

Página 12

igina H

ColinHalfin



implicará renúncia, perdão ou modificação das obrigações e direitos estabelecidos no Contrato.

Cláusula 33ª

Fica eleito o Foro da Comarca de Joinville, Estado de Santa Catarina, para dirimir todo e qualquer litígio oriundo deste contrato, seja entre os sócios, seja entre o sócio e a sociedade, mesmo durante a fase de liquidação, renunciando as partes expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em quatro vias com treze laudas cada, digitadas apenas no anverso, de igual forma e teor, juntamente com as duas testemunhas abaixo identificadas.

Joinville, 27 de agosto de 2009 Maria Dinga Logola Polin Maria Luiza Loyola Colin Testemunhas: João Bosco Paulo Carneiro Elisabete da Cruz Carneiro 643.880

1°. TABELIONATO DE NOTAS (47) 3433-5844 - Joinville - ÉQ carlobo@terra.com/by Rua 3 de Maio, 31 - Centro

0 5 NOV, 2009

AUTENTICAÇÃO: Reprodução fiél do Documente apresentado, Bou fé

BRB 43

ete Machado

.243.10 - SSP/SP CPF 770.084.808-49

RG 6.651.513-0 SSP/SP

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA CERTIFICO O REGISTRO EM: 14/10/2009 SOB Nº: 20092754244 Protocolo: 09/275424-4, DE 11/09/2009

Empresa: 42 2 0151736 6 COLINHALFIN EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA -

MONIQUE OLINGER PHILIPPI

SECRETÁRIA GERAL

Página 13





Instrumento Particular de 6ª Alteração do Contrato Social de ColinHalfin Empresa de Radiodifusão Ltda. CNPJ/MF nº 85.221.208/0001-93

Maria Luiza Loyola Colin, brasileira, viúva, advogada, natural de Joinville, Estado de Santa Catarina, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Barão de Capanema, 236, 4º Andar, Jardim América, inscrita na OAB/SC sob o nº 5.678 e no CPF/MF sob o nº 068.149.051-91;

Maria Teresa Colin Halfin, brasileira, viúva, historiadora, natural de Joinville, Estado de Santa Catarina, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Casa Branca, nº 1.143. ap. 71. 7°. Andar, Jardim América, portadora da cédula de identidade RG nº 11.816.087-4 – SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº 152.982.131-20;

Juracy Ribeiro, brasileiro, casado no regime de comunhão universal de bens, técnico em contabilidade, natural de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, residente e domiciliado na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, na Rua Aquidaban, 490, Glória, portador da cédula de identidade RG nº 2/R 137.694 – SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 003.217.299-00,

únicos sócios componentes da sociedade que gira sob a denominação social de ColinHalfin Empresa de Radiodifusão Ltda., com sede e foro na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, na Rua Dr. João Colin, nº. 362, 1º. Andar, Bairro Centro, CEP. 89.201-300, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 85.221.208/0001-93, com Contrato Social registrado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob o nº 422.0151736.6 em 23 de dezembro de 1991 e Alterações Contratuais arquivadas e registradas em 23/12/1991, 02/08/1994, 15/10/1996, e 03/05/2004, sendo a última alteração e consolidação arquivada em 14/10/2009,

W

Página

ColinHalfin





resolvem por esse Instrumento Particular, alterar o Contrato Social da sociedade nas seguintes condições:

Fis 9/ MCG

Primeira: A sociedade passará a ser administrada exclusivamente e em conjunto pelas sócias Maria Luiza Loyola Colin e Maria Teresa Colin Halfin, podendo estas em conjunto nomear, por prazo determinado e instrumento público ou particular com firma reconhecida, procurador com poderes específicos e detalhados para administração e representação, não podendo dito procurador, ao agir em nome das duas sócias administradoras, contrair obrigações ou garantir dívidas em valores superiores a 20 (vinte) salários mínimos (base nacional).

Segunda: O direito de convocação de reuniões ordinárias e extraordinárias passa a ser exclusivo de sócios detentores de pelo menos 1/5 (um quinto) do capital social.

Terceira: Se frustrada a tentativa de notificação escrita, a convocação do sócio se dará na forma do art. 1.152 do Código Civil, sendo que, se essa frustração se dever à recusa do sócio a apor seu ciente, ou na hipótese de o sócio se esquivar da tentativa de notificação, as despesas de convocação serão cobradas desse sócio, ficando autorizada a compensação com créditos que esse sócio detenha ou venha a deter perante a sociedade.

Quarta: Em razão das alterações previstas nas cláusulas acima, as cláusulas 6^a, 7^a, 12^a e 13^a do Contrato Social passam a ter a seguinte redação:

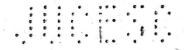
"Cláusula 6ª

A sociedade será administrada sempre conjuntamente pelas sócias Maria Luiza Loyola Colin e Maria Teresa Colin Halfin, podendo estas e cabendo-lhes com exclusividade e em conjunto, nomear, por prazo determinado e instrumento público ou particular com firma reconhecida, procurador com poderes específicos e detalhados para administração e representação, não podendo dito procurador, ao agir em nome das duas sócias administrações, contrair

100

Página 2





obrigações ou garantir dívidas em valores superiores a 20 (vinte) salários mínimos (base nacional)."

"Cláusula 7ª

Compete exclusivamente às sócias administradoras o uso do nome empresarial e a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial da sociedade, sempre atendendo exclusivamente ao interesse social, sendo vedada a assunção de obrigações em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como a oneração ou a alienação de bens imóveis da sociedade sem prévia deliberação dos sócios."

"Cláusula 12ª

As deliberações sociais serão tomadas em reunião ordinária, a ser convocada, na formate sob as penas estabelecidas na cláusula 13ª, pelos administradores ou por sócio que detenha pelo menos 1/5 do capital social, realizando-se essa reunião anualmente na sede da sociedade para aprovação das demonstrações contábeis e das contas dos administradores, bem como para outros assuntos que forem incluídos em pauta mediante notificação escrita, com comprovante de recebimento, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias."

"Cláusula 13ª

ColinHalfin

As deliberações sociais também poderão ser tomadas em reuniões extraordinárias, a serem convocadas pelos administradores ou por sócio que detenha pelo menos 1/5 do capital social; a serem realizadas em território nacional. A convocação deve ocorrer mediante notificação escrita, com comprovante de recebimento, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, devendo indicar local, data e horário de realização, sendo a sede da sociedade o local ordinário das reuniões sociais. Se frustrada a tentativa de notificação escrita, a convocação do sócio se dará na forma do art. 1.152 do Código Civil, sendo que, se essa frustração se dever à recusa do sócio a apor seu ciente, ou na hipótese de o sócio se esquivar da tentativa de notificação, as despesas de convocação serão cobradas desse sócio, ficando autorizada a compensação com créditos que esse sócio detenha ou venha a deter perante a sociedade."

WO

Página 3





E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em quatro vias com quatro laudas cada, digitadas apenas no anverso, de igual forma e teor, juntamente com as duas testemunhas abaixo identificadas.

Joinville, 20 de abril de 2010.

Maria Luiza Loyola Colin

p/p Maria Teresa Colin Halfin

Maria Teresa Colin Halfin

Juracy Ribeiro

Testemunhas:

RG 43 704 554-7

CPF 314 736 998-60

2. RG 2/C 260038-5

CPF 866.429 529.87

Visto do advogado:

Lucas Fajardo Nunes Hildebrand

OAB/SC 20.533-A

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA CERTIFICO O REGISTRO EM: 04/06/2010 SOB Nº: 20101310390 Protocolo: 10/131039-0, DE 10/05/2010

Empresa:42 2 0151736 (COLINHALFIN EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA

MONIQUE OLINGER PHILIPPI

SECRETARIA GERAL

W Rubrica A CO

Declaração, assinada pelo representante legal da entidade, atestando o cumprimento das normas atinentes à propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias, conforme as disposições constitucionais (artigo 220, § 4°, da Constituição Federal) e legais (Lei nº 9.294/1996), que regem a matéria

DECLARAÇÃO



Declaro, sob as penas da lei e para fins de instrução de processo de renovação de outorga de serviço de radiodifusão, na qualidade de representante legal de COLINHALFIN RADIODIFUSÃO LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 85.221.208/0001-93, sediada na cidade de Joinville - SC, na Rua Dr. João Colin, nº. 362, 1º Andar, Centro, CEP 89201-300, que a outorgada observa e sempre observou os ditames constitucionais (art. 220, § 4º da CF) e legais (Lei Federal 9.294/1996 e legislação aplicável) no que se refere às restrições e à forma de transmissão de propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas.



0000000000

Declaração, assinada pelo representante legal da entidade, atestando o cumprimento da finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, II, da Constituição Federal

DECLARAÇÃO



Declaro, sob as penas da lei e para fins de instrução de processo de renovação de outorga de serviço de radiodifusão, na qualidade de representante legal de COLINHALFIN RADIODIFUSÃO LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 85.221.208/0001-93, sediada na cidade de Joinville - SC, na Rua Dr. João Colin, nº. 362, 1º Andar, Centro, CEP 89201-300, que a outorgada observa os princípios constitucionais relativos à produção e a programação das emissoras, previstos no art. 221 da Constituição Federal, especialmente no sentido de cumprir, na forma do inciso II desse dispositivo, a determinação de promover a cultura nacional e regional e estimular à produção independente voltada a esse conteúdo.

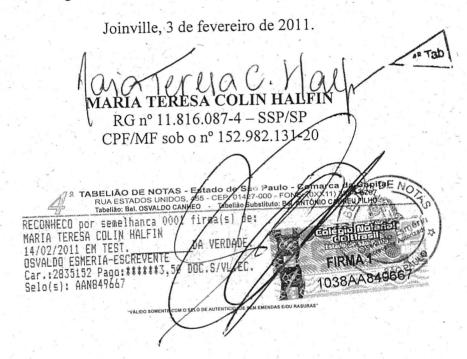


Declaração, assinada pelo representante legal da entidade, atestando o cumprimento dos seguintes percentuais em sua programação: máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do tempo reservado à propaganda comercial e mínimo de 5% (cinco por cento) do tempo reservado ao serviço noticioso, bem como o cumprimento da obrigação de transmitir 5 (cinco) horas semanais de programas educacionais, sendo anexada a esta cópia de sua grade de programação

DECLARAÇÃO



Declaro, sob as penas da lei e para fins de instrução de processo de renovação de outorga de serviço de radiodifusão, na qualidade de representante legal de COLINHALFIN RADIODIFUSÃO LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 85.221.208/0001-93, sediada na cidade de Joinville - SC, na Rua Dr. João Colin, nº. 362, 1º Andar, Centro, CEP 89201-300, que a propaganda comercial não atinge o máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do tempo de sua programação, e que ao menos 5% (cinco por cento) da programação é reservado ao serviço noticioso, sendo que também é cumprida pela outorgada a obrigação de transmitir ao menos 5 (cinco) horas semanais de programas educacionais, conforme atesta a anexa cópia da grade de programação da outorgada.





Programação Colinhalfin Empresa de Radiodifusão Ltda.

Programa	Gênero	Horário
CORUJÃO	Musical	Todos os dias, das 00h às 05h
STAMPA GAÚCHA	Musical	Segunda a Sexta-Feira, das 05h às 6:30h
ONEXÃO DIRETA	Notícias	Segunda a Sexta-feira, das 06:30h às 08h
HOW DA MANHÃ	Musical	Segunda a Sexta-feira, das 08h às 11h
9 ESPORTES	Notícias Esportivas	Segunda a Sexta-feira, das 11h às 11:30h
RIBUNA DO POVO	Educativo / Ajuda Popular	Segunda a Sexta-feira, das 11:30h às 12:30h
BALACOBACO	Notícias / Partipação de ouvintes	Segunda a Sexta-feira, das 12:30h às 14h
PAGONEJO	Musical	Segunda a Sexta-feira, das 14h às 15h
PLAY 89	Musical /Pedidos de ouvintes	Segunda a Sexta-feira, das 15h às 16h
TARDE TOTAL	Musical	Segunda a Sexta-feira, das 16h às 18h
NO BREAK	Musical - Uma hora só de música, sem intervalos comerciais	Segunda a Sexta-feira, das 18h às 19h
LIGUE E SE LIGUE	Musical /Pedidos de ouvintes	Segunda a Sexta-feira, das 20h às 22h
GRUDADO NA CINTURA 89	Musical	Segunda a Sexta-feira, das 22h às 23h
BAÚ 89	Musical	Segunda a Sexta-feira, das 22h às 23h

Sábado		
BOM DIA 89	Educativo	Sábado, das 05h às 08h
SHOW DA MANHÃ	Musical	Sábado, das 08h às 12h
89 RETRÔ	Musical	Sábado, das 12h às 15h
PITCH ACELERADO	Musical	Sábado, das 15h às 18h
89 É SHOW	Musical	Sábado, das 18h às 20h
BALACOBACO	Notícias/Participações de ouvintes	Sábado, das 20h às 22h
PROGRAMAÇÃO MUSICAL	Musical	Sábado, das 20h às 24h
Domingo		THE COME STOLEN BUILDING TO SELECT THE SECOND
DOMINGO DE BANDAS	Musical	Domingo, das 05h às 08h
DANÇANDO COM AS ALEMÃS	Musical	Domingo, das 08h às 11h
CHORA CAVACO	Musical	Domingo, das 11h às 14h
SHOW DE DOMINGO	Musical	Domingo, das 14h às 18h
PARADÃO 89	Musical	Domingo, das 18h às 20h
DOMINGO SERTANEJO	Musical	Domingo, das 20h às 22h
BAÚ 89	Musical	Domingo, das 22h às 00h

Total por formato (mensal): Musical:590h30min (88%) Educativo: 32h (5%) Noticioso:49h30min (7%). O total de 100% desconsidera a propaganda comercial que varia mês

Morianterua C. Halp

Declaração, assinada pelo representante legal da entidade, atestando o cumprimento aos valores éticos e sociais da pessoa e da família em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, IV, da CF

DECLARAÇÃO

HIS 103 CE - 530 CE - 530 CE

Declaro, sob as penas da lei e para fins de instrução de processo de renovação de outorga de serviço de radiodifusão, na qualidade de representante legal de COLINHALFIN RADIODIFUSÃO LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 85.221.208/0001-93, sediada na cidade de Joinville - SC, na Rua Dr. João Colin, nº. 362, 1º Andar, Centro, CEP 89201-300, que a outorgada observa os princípios constitucionais relativos à produção e a programação das emissoras, previstos no art. 221 da Constituição Federal, especialmente no sentido de cumprir, na forma do inciso IV desse dispositivo, a determinação de respeitar, em relação ao conteúdo veiculado, os valores éticos e sociais da pessoa e da família.

Joinville, 3 de fevereiro de 2011.

MARIA TERESA COLIN HALFIN

RG nº 11.816.087-4 — SSP/SP

CPF/MF sob o nº 152.982.131-20

2 TABELIÃO DE NOTAS - Estado de São Paulo - Comarca do DENOTA PRIMA ESTADOS UNIDOS, 455 - GPP: 01.27-000 - FOME: (0XX11) MARIA TERESA COLIN HALFIN

RECONHECO por semelhanci 0001 trma(s) de:

MARIA TERESA COLIN HALFIN

DA VERDADE

DA VERDADE

SPICO SIDIZENTE

SEIO(S): AAN849666

TVALIDO SOMENTE COMO DELO DE AUTUM COADEREM EMENDAS ENOU RASUMAS*

Declaração, assinada pelo representante legal da entidade, indicando as pessoas responsáveis pela gestão das atividades, pela área editorial e pela direção da programação, atestando a nacionalidade dessas pessoas e juntando os respectivos documentos de comprovação

DECLARAÇÃO



Declaro, sob as penas da lei e para fins de instrução de processo de renovação de outorga de serviço de radiodifusão, na qualidade de representante legal de COLINHALFIN RADIODIFUSÃO LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 85.221.208/0001-93, sediada na cidade de Joinville - SC, na Rua Dr. João Colin, nº. 362, 1º andar, Centro, CEP 89201-300, que as seguintes pessoas são responsáveis pelas áreas estratégicas:

Gestão de atividades - Ricardo Belegante RG 2600785 CPF 866429529-87

Edição - Cleiton Bernardes dos Santos RG 3744815-3 CPF 004493149-28

Direção de programação - Sidney Rosa RG 2056754-5 CPF 536789409-78

Joinville, 3 de fevereiro de 2011.

RG n° 11.816.087-4 – SSP/SP

CPF/MF sob o n° 152.982.131-20

TABELIÃO DE NOTAS - Estado de 970 Paulo - Comar RUA ESTADOS UNIDOS, 455 - CEP: 0,127-000 - FONE: (0)271 Tabellão: Bel. OSVALDO CÁNEO - Tabellão Substituto: Bel. ANDINO

RECONHECO por semelhanca 0001 firmas) de MARIA TERESA COLIN HALFIN 14/02/2011 EM TEST. DA VERDADE

OSVALDO ESMERIA-ESCREVENTE Car.:2835156 Pago:******3,59 Selo(s): AAN849671

#####3,50 DOC.8/VL/€C.

FIRMA 1

RASURAS"

REPUBLICA FEDERATIVA DO

PIO E COMARCA DE JOINVILLE



STADO DE SANTA CATARINA

Cartório Registro Civil

1º DISTRITO/SEDE DA COMARCA

ADILSON PEREIRA DOS ANJOS

ESCRIVÃO DO JUIZO DE PAZ E OFICIAL DO REGISTRO CIVIL. DE TITULOS E DOCUMENTOS

KARIN COLIN DE SOUZA

Certidão de Casamento

Conforme Lei 1.110 de 23/05/1950
-ICO, que à fls. 76vo do livro n.º 31- B/AUXILIAR de registros de casamento sob n.º 18.091
realizado Alebod OLuddo Jila 1820
e noventa e cinco (16.09.1995). às 18:30 horas, perante o mevenedado
des da Silva::: por despacho do Juiz de Paz :::
des da Silva.::: por despacho do Juiz de Paz ::: e perante as testemunhas Marcelo G.de Carvalho, Aline Belegante, Julio Cesar Cas
telhano e Sandra Regina K. Castelhano.
Ele, nascido NESTA CIDADE aos 24 de MAIO
do profissão ESCITURALIO
Financeiro domicilido e residente nesta cidade WALMOR BELEGANTE, nascido aos 10.08.1950 e SOLANGE TEREZINHA PEREI
filho de VAIMOR BELEGANTE, nascido aos 10.00.1990 e donardo Indiadado de la filho de la fi
RA BELEGANTE, nascida aos 15.01.1954, ambos naturais desde Escado, domici
liados e residentes nesta cidade.
Ela, nascida MESTA CIDADE aos 31 de JULHO
mil novecentos e setenta e seis (1976) de profissão ComelClaila
domiciliada e residente les va cittade
ANTONIO MANOEL CORREA, nascido aos 18.07.1944 e DONSILIA DA CURHA -
CORREA, nascida aos 14.07.1943, ambos naturais deste Estado, domicillados-/
e residentes nesta cidade.
Casaram-se pelo Regime da COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS.
A nubente passa a assinar-se"FABIANI CORRÊA BELEGANTE"
25 00 1005
Liggaran-Sp Dell neg hit ud vomulation out of the contraction of the c
OBSERVAÇÕES: Odsarda do Possible de Carada no Tabelionato Rodrigo Octávio Lobo no livro -
nº 496 as folhas-47.
::
11.
11 / 12 / 12 / 12 / 12 / 12 / 12 / 12 /
:: ,
O referido é verdade e dou fé.
O referido e verdade e dou le. JOINVILLE, 25 de SETEMBRO de 19 95
A STORY OF PROPERTY OF PROPERT



BENDENATO DE NOTAS - 2º. OFICIO DE PROTESTAD. SUBST.

GARCIA DE SOUZA TABELIÁO
Charles Schilickmann - Bec. Not.
Charles Schilickmann

07 FEV. 2011

AUTENTICAÇÃO - Confere com o original apresentado, valdo somente com o selo de autentici de de Rua: Dona Francisca, 444 - Fones: (47) 3422-9975 - 3423-447 Francisca, 447 - Selo R\$ 1,00 = Total F\$ da verdade.

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MUNICÍPIO E COMARCA DE JOINVILLE



ESTADO DE SANTA

artório YEDA OF L'ENE

1. 1. DISTRITO / SEDE DA COMARCA

D45 993 000 YEDA DE MENEZE SADISCO DE PAZ E OFICIAL DO REGISTRO CIVIL E TÍTULOS E DOCUMENTOS : 11.

REGISTRO CIVIL

HUS TING MEMEYER, 230 CITCHA - CEP 89200

INGE COLIN

Rua Engo. Fier yer, no S Calxa Postal 105 Fore 2 & 99000 - JOINVILLE S

		i 1.110 de 23/5/1950	· ·	
CERTIFICO, que à fla. 1	11 18	ב מאוועוואס ב	registres de agrama	ente sob nº 10.386
onsta o assento do matrimôni	do livio n	TSA & ANFI TS	F FALK -	
onsta o assento do matrimoni	o de	11 1	peeta cidade. D	a Igreja Cristo Bo
D_4-16		, realizado	Julho de mil	novecentos e di-
Pastor	Some in	dosde	Paeto	novecentos e oi-
tenta e sete (11.87.19	B/ 7) à	shoras	, perante o	1 Vaimoi meingaeio
ner	por despach	o do Juiz de Paz	de luise de Cour	s - Lucis Halans
perante as testemunhas	car Falk, Teresi	nna Falk, Silv	10 Cole de Sons	g 6 ranta ustaua
de Souza				-
	· -			40.000
le, nascido em Carumba, il				
e mil novecentos e sec	ssenta e dois (l	962)	de profissão	digitador *
_ 4	domiciliado			
lho de <u>UBIRAJARA ROSA</u>	JUDITH ROSA, el	e natural dest	e Estado, ela n	atural do Estado
do Mato Grosso, ele na	cido aos 06.08.1	933, ela aos 2	29.04.1936, domi	ciliados e resi-
dentes nesta cidade.	-			
la nascida em Sertão,	Estado do Rio Gra	inde do Sul	gos 01 de	MAID
e mil novecentos e ses		167)	de profissão	secretaria
e	domiciliada		esta cidade -	
lha de OTTO FALK e LÉI	MUDIU EVIR - Sul	e residente	Fetado do Rio	Grande do Sul.
lhα de <u>Jilo FACA e CEI</u> nascidos em datas não	declaradae dom	ciliados e res	sidentes nesta c	idade
Hascius Su nacas Han	agererange, nom	COLLIGIOU G, TC		
	£		-	
Casaram-se pelo Regime	DA COMUNHÃO PAR	RCIAL DE BENS		
A nubente passa a assinar-se	" ANELISE FALL	ROSA " -		
assento foi feito aos.	de Julho de 1987.			
DBSERVAÇÕES: :::	in .		7 · · · · · · · ·	
DODER V A COLO .	::::			
	-:::			
	. ::/::			
			**	* *
	1	****		1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1
	t	.:::		
O referido é verdade e dou fe	غ.	20	JULHO	87
ava de lier para Cereia ot	Join	ville, 20 de	- Juliio -	de 19
Town the control to receiping				
	kcs.		seda oce 1	reuses
20.7.07	ABELIONATO DE NOTA	S - 2º. OFÍCIO DE PR	OTESTO O OFICIAL	Levez -
WILL	LIAN GARCIA DE SOUZA-TABELIÃI	Rodrigo Liberato Fernandes	-Tab. Subst 1	\
l Edu	arda Zanetta de Souza-Tab.Subs	Kalleenn Rafaela Duv		
Jul	iano Silveira - Tab. Subsi	Inayana Kaéstner Araú 110 - SC	77 1/2	
		//	V POP	
	0.7 FE	V. 2011	S 33	
		-	DO ON	
En	n Test ^o . da ver	dade	G dou fe. the state of the stat	
AU	TENTICAÇÃO - Confere cor		dou fé.	
	Válido somente com		HIGHET III	
Rus	a: Dona Francisca, 444 - Fo	nes. (41) 3422-3315'- 3	76.0 47	



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE NASCIMENTO

NOME:

CLEITON BERNARDES DOS SANTOS

MATRÍCULA

105130 01 55 1999 1 00176 237 0142029 12

DIA

MÊS

Oficial Major Darcy Lima Vanderlinde Barbara V. Floriano

Shelia V. Liermann

Adriana V. Thrun Escreventes Autorizadas

Rua Conselheiro Mafra, 247 Centro - CEP 89201-480

JOINVILLE - SANTA CATARINA

DATA DE NASCIMENTO (POR EXTENSO)

MUNICÍPIO DE REGISTRO E UNIDADE DE FEDERAÇÃO

VINTE E OITO DE NOVEMBRO DE UM MIL E NOVECENTOS E OITENTA E UM

28

11

1981

HORA

MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UNIDADE DE FEDERAÇÃO

12:05

JOINVILLE - SC

LOCAL DE NASCIMENTO

SEXO

Joinville / SC

Maternidade Darcy Vargas

masculino

FILIAÇÃO

JOÃO DOS SANTOS e LEONIR BERNARDES DOS SANTOS.

AVÓS

PATERNOS: HONORATO DOS SANTOS e EDITE ISABEL DOS SANTOS ; MATERNOS: MANOEL LEOCADIO BERNARDES e ALTAIR BERNARDES

NOME E MATRÍCULA DO(S) GÊMEO(S) GÊMEO(S)

NÃO

DATA DO REGISTRO DE NASCIMENTO (POR EXTENSO)

Nº DA DECLARAÇÃO DE NASCIDO VIVO

DEZENOVE DE NOVEMBRO DE UM MIL E NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE

OBSERVAÇÕES/AVERBAÇÕES

Conferido por SA.

Nome do Ofício:

Cartório de Registro Civil e Títulos e Documentos

Oficial Registrador:

Adilson Pereira dos Anjos

Município / Comarca:

Joinville / SC

End.: Rua Conselheiro Mafra nº 247

Centro

Cep: 89201-480 Fone: (47) 3422-5093

email: cartadilson@terra.com.br

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou Fé. Joinville / SC.

02 de fevereiro de 2011

Mruck Lillimann

Sheila V. Liermann Escrevente Designada

Emol.: R\$ 13,35 Selo R\$1,00



Ministério das Comunicações Destaques do Gover	TNO Stift Audit	
ANATEL Agencia Nacion		Sistemas
THE PARTY CONTINUES	×)	Interativos
Menu Principal ▼	SBD	» Consultas »» Geral menu aju
	SKD W	Consultas »» Gerai
Consulta Geral - FM		das
Identificação do Canal PB		Fis (o
UF: SC	Distrito:	U Run
Município: Joinville Freqüência: 89,5 MHz	Sub Distrito:	S. S.
Classe: A2	Local Especifico: Fase:	3 - Licenciada
Canal: 208	1 14.	
Dados da Entidade		
Entidade: COLINHALFIN EMPRESA DE RADIO DIFUSAO LTDA	Fistel:	14022886706
Nome Fantasia:		85.221.208/0001-93
Nº Estação: 323086632 Primeiro	Situação:	Entidade não possui débitos
Licenciamento:	Licenciamento:	24/09/2001
∃ Dados da Outorga		
Dados da Entidade		
CNPJ: 85221208000193 ◀	Pesquisar	/ /
Razão Social: COLINHALFIN EMPRESA DE RADIO DIFUSAO LTDA	Annual Company of the	
Nome Fantasia: Tipo de Usuário: Integral		
Endereço Sede		
Cep: 89201300 Logradouro: RUA DOUTOR JOAO COLIN		· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
Número: 362 Complemento: -1 ANDAR - CAIXA POSTAL	Pairro	CENTRO UF: S
Município: Joinville Distrito:		CENTRO UF: S
Telefone: 47 34333859	SubDistrito: Fax: 47 34330908	
Endereço de Correspondência		
País: Brasil	*** **********************************	
Cep: 89201300 Logradouro: RUA DR. JOAO CO Número: Complemento: Bai		
Número: Complemento: Bai Município: Joinville Distrito: SubDistri	irro: CENTRO	UF: SC
	E-mail:	
Nome Fantasia		
Nome Fantasia		
Dados da Outorga		
SCRAD Jurídico: 10921 Data Publicação Contrato/Convênio:	22/05/1991	
SCRAD Técnico: 6765		
Data Limite Instalação: 27/03/1996 Número do Processo:)	
Fistel: 14022886706	Y	
Documentos Emitidos ■		
	13.	
El Característica da Estação Instalada El Dados do Licenciamento		





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome:

COLINHALFIN EMPRESA DE RADIO DIFUSAO LTDA

CNPJ:

85.221.208/0001-93

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:27:58 do dia 01/08/2011 (hora e data de Brasília).

Válida até 31/08/2011.

Certidão expedida gratuitamente.





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Nota Técnica nº/482/2011/CGLO/DEOC/SCE-MC

Assunto: Renovação de Outorga Tempestiva.

Referência: 53000.008986/2011

SUMÁRIO EXECUTIVO

Pelo presente processo a entidade abaixo qualificada encaminha, para análise deste Ministério, o pedido de renovação de outorga.

Dados Preliminares:

Interessado(a): Colinhalfin Empresa de Radiodifusão Ltda.

Serviço(s): Freqüência Modulada.

Localidade(s): Joinville/SC.

Período: 22/05/2011 a 22/05/2021.

Atos da Outorga: Portaria nº 76, de 20 de maio de 1981, inicialmente outorgada à Rádio Cólon Ltda.

Atos da última renovação da outorga: Portaria nº 305, de 21 de junho de 2006, publicada no

DOU de 07 de julho de 2006.

Data do último vencimento da outorga: 22/05/2011.

Data do pedido: 21/02/2011.

ANÁLISE

Visando o prosseguimento dos autos, conferimos, nesta data, a documentação apresentada, objetivando a sua completa instrução, em atendimento às normas vigentes sobre o assunto:

LISTA DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS	JUNTADA
1-Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da	Fl. 02
interessada, dirigido ao Ministério das Comunicações.	
2-Declaração de conhecimento e adesão às cláusulas que regulam as relações da	Fl. 04
concessionária ou permissionária com o Poder Concedente, caso o pedido de	
renovação seja atendido (art. 3°, § 1°, a, Dec. 88.066/1983, de 26/01/1983).	8
3-Certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregador (ou	Fls. 06/10
comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos).	2

4-Certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregado (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos).	Fls. 12/17
5-Laudo de ensaio do(s) transmissor(es).	Fls. 19/26
6.1 - Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, do laudo de ensaio, quitada.	Fls. 34/35
6.2 - Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, do laudo de vistoria, quitada	Fls. 34/35
7- \(\subseteq Laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, de acordo com as normas técnicas vigentes;	Fls. 28/31
Declaração firmada em conjunto com o representante legal da interessada,	
atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Poder Concedente, de acordo com os	
parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;	
Declaração indicando se há pedido(s) não autorizado(s) de alteração de características técnicas da emissora em andamento no Ministério das	Fl. 32
Comunicações;	
Não apresentou laudo e/ou declaração. Feita vistoria técnica pela ANATEL.	
8- Comprovante de regularidade com o FISTEL.	Fl. 110
9-Declaração de não infringência à vedação do art. 220, §5°, CF.	Fl. 39
10- Prova de regularidade relativa ao INSS.	Fl. 41
11- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.	Fl. 43
12- Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, emitida pela Receita Federal.	Fl. 45
13- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da entidade.	FL. 47
14- Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da entidade.	Fl. 49
15- Cópia completa da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS.	Fls. 51/69
16- Documentos atualizados revelando a composição acionária ou de cotas da	Fls. 72/93 –
interessada e eventuais alterações havidas em seu Contrato/Estatuto Social,	cópias não
durante o período de vigência da outorga, ou, no caso de fundação, cópia	autenticadas
atualizada do Estatuto, alterações, se houver, e Ata de Nomeação da Diretoria em exercício.	e não
CACICICIO.	referentes a ultima
성실하게 연극되는 사람들은 사람이 되었다면 맛있다는 한 말했다.	alteração
17- Declaração, assinada pelo representante legal da entidade, atestando o	Fl. 95
cumprimento das normas atinentes à propaganda comercial de tabaco, bebidas	11.75
alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias, conforme as disposições	
constitucionais (artigo 220, § 4°, da Constituição Federal) e legais (Lei nº	
9.294/1996), que regem a matéria.	
18- Declaração, assinada pelo representante legal da entidade, atestando o	Fls. 99 e
cumprimento dos seguintes percentuais em sua programação: máximo de 25%	100/101
(vinte e cinco por cento) do tempo reservado à propaganda comercial e mínimo de	100/101
5% (cinco por cento) do tempo reservado ao serviço noticioso, bem como o	
cumprimento da obrigação de transmitir 5 (cinco) horas semanais de programas	
educacionais, sendo anexada a esta cópia de sua grade de programação.	
5 F-5	

19- Declaração, assinada pelo representante legal da entidade, atestando o	Fl. 97 0
cumprimento da finalidade constitucional de promover a cultura nacional e	
regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao	
conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, II, da Constituição Federal.	(
20- Declaração, assinada pelo representante legal da entidade, atestando o cumprimento aos valores éticos e sociais da pessoa e da família em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, IV, da CF.	Fl. 103
21- Declaração, assinada pelo representante legal da entidade, indicando as	Fls. 105 e
pessoas responsáveis pela gestão das atividades, pela área editorial e pela direção	106/108
da programação, atestando a nacionalidade dessas pessoas e juntando os	
respectivos documentos de comprovação.	

- 4. Após a citada conferência verificamos que há pendência de apresentação de documentos, de acordo com o que consta da listagem acima.
- 5. As leis, regulamentos e normas que regem as renovações de outorgas dos serviços de radiodifusão, integralmente obedecidos pelos documentos apresentados aos autos, que vieram a promover a sua completa instrução, são discriminados a seguir: Lei nº 5.785/72; Dec. nº 88.066/83; Ato Normativo nº 1, de 2007, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados; Art. 47, I, a, Lei nº 8.212/91 (INSS); Art. 27, c, Lei nº 8.036/90 (FGTS); e determinação da Casa Civil da Presidência da República, por meio das Subchefias de Assuntos Jurídicos e de Assuntos Governamentais, determinação essa encaminhada por uma série de ofícios, ao Ministério das Comunicações em novembro de 2007.

CONCLUSÃO

6. Diante do exposto, após a constatação acima assinalada, opinamos pela expedição de ofício de exigência, a ser encaminhado à entidade interessada, para que esta apresente a documentação instrutória completa exigida pelas normas que regem a matéria.

À consideração superior.

Brasília, A de algosti de 2011.

MARIA ALICE KEHRLE SOARES
Técnica de nível superior – Direito

De acordo.

Brasília, 1 de appl de 2011.

ÁLVARO AUGUSTO DE SOUZA NETO

Coordenador de Renovação e Revisão de Outorga

MAKS/ 53000.008986-2011/COREV/CGLO





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Edifício Sede, 9º andar, sl. 907 70044-900 - Brasília – DF

(61) 3311-6852

Officio nº/75 12011/CGLO/DEOC/SCE-MC

Brasília, 04 de agestede 2011.

Ao Representante Legal da **COLINHALFIN EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA** Rua Doutor João Colin, 362 – Centro 89.201-300 Joinville – SC

Assunto: Renovação de Outorga / Processo nº 53000.008986/2011

Senhor Representante Legal,

- 1. Pelo processo em referência, essa entidade requer, deste Ministério, a renovação da outorga para continuar executando o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, deferida pela Portaria nº 76, de 20 de maio de 1981, inicialmente outorgada à Rádio Cólon Ltda.
- 2. De acordo com a legislação em vigor sobre o assunto, juntamente com determinação da Casa Civil da Presidência da República, por meio das Subchefias de Assuntos Jurídicos e de Assuntos Governamentais, e após a análise dos presentes autos, verificou-se que, para a completa instrução do Processo será necessária a apresentação do(s) seguinte(s) documento(s), EM ORIGINAL OU CÓPIA AUTENTICADA:
 - I. Documentos <u>atualizados</u> revelando a composição acionária ou de cotas da interessada e eventuais alterações havidas em seu Contrato/Estatuto Social, durante o período de vigência da outorga, ou, no caso de fundação, cópia atualizada do Estatuto, alterações, se houver, e Ata de Nomeação da Diretoria em exercício. <u>A documentação apresentada é cópia não autenticada e não atualizada, haja vista a existência de alteração contratual mais recente do que a apresentada pela entidade.</u>
- 3. No expediente de resposta deverão ser mencionados o número do Processo e o número deste Ofício de Exigência.
- 4. Diante do exposto, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento do ofício, via AR Postal, para o cumprimento TOTAL das exigências aqui formuladas, sendo que o não atendimento ou o atendimento parcial de tais exigências implicará

Colinhalfin Empresa de Rádio Difusão Ltda.

Rua Dr. João Colin, 362 1º andar CEP 89.201-300 Joinville/SC

Fone: (47) 3032-7350 www.89fmjoinville.com.bir



Joinville, 17 de Agosto de 2.011

Αo

Departamento de Outorga

Ref. Oficio 1759/2011

Processo 53000.008986/2011

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES BRASÍLIA - DF

53000 043131/2011-17

SEAPARCE

23/08/2011-08:34

Prezados Senhores

Em anexo, a documentação solicitada.

Atenciosamente

Ricardo Belegante

Gerente Administrativo e Financeiro

Colinhalfin Empresa de Rádio Difusão Ltda.

CNPJ 85.221.208/0001-93

Serad

no INDEFERIMENTO do pleito, visando a sua perempção, em obediência ao Memorando Circular nº 01/2011/DEOC/SCE-MC, de 26 de maio de 2011.

5. Aproveitamos para informar que, a partir de então, esta Secretaria poderá, a seu critério, enviar comunicados oficiais via SMS e documentos digitalizados via internet às entidades interessadas, desde que complementem seu cadastro com telefone celular e endereço eletrônico do respectivo representante legal. Ressalte-se que o fornecimento de tais dados implica anuência dessa entidade em receber as referidas comunicações oficiais e deve ser feito por meio de ofício, com assinatura do seu representante legal. Os conteúdos encaminhados por esses meios referem-se tão somente à entidade destinatária e não serão considerados para fins legais como contagem de prazo e ciência de interessado.

Atenciosamente,

VÂNEA RABELO

- Coordenadora Geral do Regime Legal de Outorgas





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Edificio Sede, 9º andar, sl. 907 70044-900 - Brasília - DF

(61) 3311-6852

Oficio nº/=50/2011/CGLO/DEOC/SCE-MC

Brasília, de la fade 2011.

Ao Representante Legal da COLINHALFIN EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA Rua Doutor João Colin, 362 – Centro 89.201-300 Joinville – SC

Assunto: Renovação de Outorga / Processo nº 53000.008986/2011

Senhor Representante Legal,

- Pelo processo em referência, essa entidade requer, deste Ministério, a renovação da outorga para continuar executando o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, deferida pela Portaria nº 76, de 20 de maio de 1981, inicialmente outorgada à Rádio Cólon Ltda.
- 2. De acordo com a legislação em vigor sobre o assunto, juntamente com determinação da Casa Civil da Presidência da República, por meio das Subchefias de Assuntos Jurídicos e de Assuntos Governamentais, e após a análise dos presentes autos, verificou-se que, para a completa instrução do Processo será necessária a apresentação do(s) seguinte(s) documento(s), EM ORIGINAL OU CÓPIA AUTENTICADA:
 - Documentos <u>atualizados</u> revelando a composição acionária ou de cotas da interessada e eventuais alterações havidas em seu Contrato/Estatuto Social, durante o período de vigência da outorga, ou, no caso de fundação, cópia atualizada do Estatuto, alterações, se houver, e Ata de Nomeação da Diretoria em exercício. <u>A documentação apresentada é cópia não autenticada e não atualizada, haja vista a existência de alteração contratual mais recente do que a apresentada pela entidade.</u>
- 3. No expediente de resposta deverão ser mencionados o número do Processo e o número deste Ofício de Exigência.
- 4. Diante do exposto, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento do oficio, via AR Postal, para o cumprimento TOTAL das exigências aqui formuladas, sendo que o não atendimento ou o atendimento parcial de tais exigências implicará

no INDEFERIMENTO do pleito, visando a sua perempção, em obediência ao Memorando-Circular nº 01/2011/DEOC/SCE-MC, de 26 de maio de 2011.

Aproveitamos para informar que, a partir de então, esta Secretaria poderá, aseu critério, enviar comunicados oficiais via SMS e documentos digitalizados via internet às entidades interessadas, desde que complementem seu cadastro com telefone celular e endereço eletrônico do respectivo representante legal. Ressalte-se que o fornecimento de tais dados implica anuência dessa entidade em receber as referidas comunicações oficiais e deve ser feito por meio de ofício, com assinatura do seu representante legal. Os conteúdos encaminhados por esses meios referem-se tão somente à entidade destinatária e não serão considerados para fins legais como contagem de prazo e ciência de interessado.

Atenciosamente,

VÂNEA RĂBELO

Coordenadora Geral do Regime Legal de Outorgas

CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO E ESTATUTO SOCIAL DA COLINHALFIN - EMPRESA DE RADIO DIFUSÃO TODA

Aos trinta e um dias do mes de julho de 1991, as 14 (quatorze) horas, a rua Nove de Março, nº 762, nesta cidade de Joinville, estado de Santa Catarina, reuniram-se as senhoras identificadas na Clausula SEGUNDA deste instrumento particular para, na melhor forma de direito constituirem a presente sociedade por quotas de responsabilidade limitada, que se regera, pelas Normas Vigentes do Direito Societario e pelas seguintes clausulas:

PRIMEIRA - DA RAZÃO SOCIAL, SEDE E FORO

A sociedade atuará sob a denominação social de COLINHALFIN - $\rm Em$ presa de Rádio Difusão Ltda., e denominação comercial de RÁDIO COLON FM, nome que aproveita em virtude do acordo firmado no ato de cisão parcial da Rádio Colon Ltda.

Terá sua sede administrativa sito à rua Nove de Março, nº 762 e Foro Jurídico, a cidade de Joinville, estado de Santa Catarina, o qual será utilizado para dirimir quaisquer dúvidas advindas do presente contrato.

SEGUNDA - DOS SÓCIOS

São sócios da sociedade que através deste instrumento se constitui, as pessoas a seguir identificadas:

- MARIA LUIZA LOYOLA COLIN, brasileira, casada, advogada, residente e domiciliada à rua Barão de Capanema, 236, 49 andar, Jardim América, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, portadora da Cédula de Identidade nº 2/R 47.436 e Cadastro de Pessoa Física - C.P.F. nº 068.149.051-91.

MARIA TERESA LOYOLA COLIN, brasileira, viuva, historiadora, residente e domiciliada a rua São Joaquim, 80, apto 411, cen

2º Tabelionato de Notas e 3º Ofício de Protestos de Títulos Rua Dona Francisca, 363 - Centro - Fone/Fax: (47) 3422-6968 - CEP 89201-250 - Joinville - SC

Autentico a presente cópia fotostática por ser reprodução fiel do documento que me foi apresentado, com a qual conferi e dou fé.

Joinville, 17 de agosto de 2671. 75:36:47

Em testemunho da verdade.
Selo Digital de Fiscalização - Selo normal CLL/94191-SMA0

Confira os diados do ato/em: selo tisc.jus.br
| Signiquer emenda ou rasura será considerado como indicio de adulteração ou tentativa de fraude.
| Reth Sitra-Rabilit. | Clades Maria Fact de Sitra-Tabella Setephate. | Maria Eleded de Sitra-Tabella Setephate. | International Setephate. | Maria Claded de Sitra-Tabella Setephate. | Michale Patella Setephate. | Maria Claded Lind de Sitra Sallor-Escrevate. | Michale Patella Escrevate. | Maria Claded Lind de Sitra Sallor-Escrevate. | Michale Patella Escrevate. | Michale Setephate. | Michale Patella Escrevate. | Michale Setephate. | Michale Setephat

Med - MA Med - re

tro, na cidade de Joinville, estado de Santa Catarina, p dora da Cédula de Identidade nº 11.816.087 e Cadastro de soa Física - C.P.F. nº 152.982.131-20.

TERCEIRA - DO OBJETO SOCIAL, INÍCIO E DURAÇÃO DA SOCIEDADE

A sociedade terá por objeto a exploração da Rádio Difusão, bem como a participação como quotista ou acionista em outras soci<u>e</u> dades.

O início das operações será a partir da data de assinatura do presente contrato.

O prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado; extinguindo-se, todavia, por decisão dos socios que representem a maioria do Capital Social a qualquer tempo ou na ocorrência de fatos expressamente mencionados no Código Comercial Brasileiro.

QUARTA - DO CAPITAL SOCIAL

O capital social sera de Cr\$ 3.500.000,00 (Três milhões e quinhentos mil cruzeiros), cujo valor e oriundo de parte do Capital Social e Reservas da Rádio Colon Ltda., a qual foi cindida dando origem a presente sociedade.

É o mesmo dividido em 3.500 (Três mil e quinhentas) quotas, to das no valor unitário de Cr\$ 1.000,00 (Hum mil cruzeiros) cada, sendo as mesmas distribuídas da seguinte forma:

- A socia MARIA LUIZA LOYOLA COLIN, identificada na Clausula Segunda deste instrumento será possuidora de 2.800 (duas mil e oitocentas) quotas, equivalentes a Cr\$ 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil cruzeiros (representando 80% (oitenta por cento) de participação no Capital Social.
- A socia MARIA TEREZA LOYOLA COLIN, também identificada na Clausula Segunda deste Instrumento, será possuidora de 700 (setecentas) quotas, equivalente a Cr\$ 700.000,00 (setecentos mil cruzeiros), representando 20% (vinte por cento), de par-

2º Tabelionato de Notas e 3º Ofício de Protestos de Títulos Rua Dona Francisca, 363 - Centro - Fone/Fax: (47) 3422-6968 - CEP 89201-250 - Joinville - SC

Autentico a presente copia fotostática por ser reprodução fiel do documento que me foi apresentado com a qual conferi e dou fe.

Joinville, 17 de agosto de/2011, 15:36:48

Em testemunho da verdade.

Selo Digital de Fiscalização - Selo normal CLL94192-U4L2.

Confira os dados do ato em: selo tiso ius br

Confira os dados do ato em: selo tisc jus br

| Agrique emenda ou rasura será considerado como indicio de adulteração ou tentativa de fraude.
| Bittà Sitra - Batrish | Litudes Maria Fect da Sitra - Labelia Sobretinis | Maria Eliza Water da Sitra - Labelia Sobretinis | Tara Situate Lananini - Tabelia Sobretinis |
| Ciciater Reiner (Sitràs - Escrevents | Sitra de Satras Escrevents | Michella Patret - E

ma pen

As participações no Capital da sociedade são indivisiveis não poderão ser cedidas, transferidas ou alienadas sem o presso consentimento dos socios, cabendo, em igualdade de condicões, o direito de preferência dos socios que queira adquiri--las.

Comu

QUINTA - DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS E DA GERÊNCIA

A responsabilidade de cada sócio é limitada à sua particiação no Capital Social.

A sociedade será gerida e administrada pelos sócios em conjunto ou separadamente, sendo-lhes atribuídos todos os poderes de administração e representação da sociedade. Poderão nomear pa ra participar da administração da sociedade um Gerente.

É vedado, ao administrador indicado, bem como aos próprios sócios, o uso da denominação social em negócios alheios aqueles do objeto social e na prática de atos a este não inerentes,serão os mesmos responsabilizados nos termos da Lei Civil.

É vedado ao gerente e sócios autorizarem o aval da sociedade a qualquer titulo, que venha comprometer seu patrimônio.

SEXTA - DA REMUNERAÇÃO DOS SÓCIOS E DO GERENTE

Pelo exercício da administração, terão os sócios e o gerente, uma remuneração mensal a título de honorários, cujo valor será fixado em comum acordo entre os sócios.

Para efeito de contabilização, o valor relativo aos honorários sera levado à Conta de Despesas Gerais da sociedade.

SÉTIMA - DO EXERCÍCIO SOCIAL DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS

O Exercício Social coincidirá com o ano civil.

2º Tabelionato de Notas e 3º Ofício de Protestos de Títulos Rua Dona Francisca, 363 - Centro - Fone/Fax: (47) 3422-6968 - CEP 89201-250 - Joinville - SC

AUTENTICAÇÃO 267647 Autentico a presente cópia fotostática por ser reprodução fiel do documento que me foi apresentado com a qual conferi e dou fé. Joinville, 17 de agosto de 201

Em testemunho da verdade. Selo Digital de Fiscalização - Selo normal CLL94193-1E70
Confira os dados do ato em: selo tisc jus br
1 Piraque emenda ou rasura será considerado como indicio de adulteração ou tentativa de fraude.

| Acquique ormends ou rasurs sera considerate ocus in the literate of the lite

Anualmente, a 31 (trinta e um) de dezembro, será elaborado um Balanço Geral e uma Demonstração do Resultado do Exercicio. socios se reunirão até o dia 15 de março do ano seguinte e aprovarão em Assembleia Geral Ordinária as Demonstrações Financeiras bem como a Destinação dos Resultados do Exercício.

Aprovação também o Mandato e o Salario do Gerente alem da Remu neração dos sócios.

OITAVA - DA CESSÃO DE QUOTAS, DA INCAPACIDADE E MORTE DE SÓCIOS

As quotas do capital social não poderão ser alienadas a tercei ros estranhos à sociedade, sem que seja dado direito de prefe rência aos socios que nela permanecerem, sendo-lhes assegurada tal preferência em igualdade de condições, preço por preço.

(

No caso de falecimento de um dos socios, a sociedade não serã dissolvida ou extinta, cabendo aos sócios remanescentes determinar o levantamento de um Balanço Especial, na data do faleci mento ocorrido. Os herdeiros do pré-morto, deverão em 90 (noventa) dias da data do Balanço Especial, manifestar a sua vontade de serem ou não, integrados à sociedade, recebendo os Direitos e Obrigações contratuais do pré-morto, ou então, berão os seus haveres apurados até o Balanço Especial, em (dez) prestações iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira apos 120 (cento e vinte) dias da data do Balanço Especial.

A sociedade será dissolvida nos casos legais e/ou por consenso dos socios através de reunião devidamente registrada.

A reunião dos sócios que decidir a dissolução da sociedade, de terminara a sua forma e funcionamento nesta fase, fixando o de vido prazo para esta.

NONA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

A qualquer tempo, mediante decisão que representa a maioria do capital social da empresa, poderá este Instrumento ser alterado em todos os seus dispositivos, respeitadas as formalidades

legais.

2º Tabelionato de Notas e 3º Ofício de Protestos de Títulos Rua Dona Francisca, 363 - Centro - Fone/Fax: (47) 3422-6968 - CEP 89201-250 - Joinville - SC

AUTENTICAÇÃO 267647 Autentico a presente cópia/fotostática por ser ma foi apresentado, reprodução fiel do documento que com a qual conferi e dou fé. Joinville, 17 de agosto de 2017

Em testemunho da verdade Selo Digital de Fiscalização - Selo normal CLL94194-E1GZ

Confira os dados do ato em/ selo.tjsc.jus.br 1 | Suplquer emenda ou rasura serà considerado como indicio de adulteração ou teritativa de fraude.

| Reck Sites - Intelia: | Classia Maria Fack to Sites - Inhelia Substituita; | Maria Eles Neterla de Sites - Inhelia Substituita; | Ters Situate Juanini - Inhelia Substituita; | Ters Situate Juanin

🔲 Nifedia Agnier Bruna - Excrevente; 🔲 Vilma Noldi Golhardt de Moura - Escrevente.

DECIMA - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Os casos omissos neste Instrumento, serão resolvidos de midade com as disposições legais aplicaveis.

Os sócios em comum acordo, elegem neste ato, gerente da sociedade, o Sr.JURACI RIBEIRO, brasileiro, casado, técnico em contabilidade, portador da Cédula de Identidade nº 137.694 - SC e Cadastro de Pessoa Física - C.P.F.nº 003.217.299-00, residente e domiciliado à Rua Aquidaban, nº 490, nesta cidade de Joinville, estado de Santa Catarina, que exercera a Gerência da Sociedade em nome dos sócios e em consonância com os mesmos apresentando balancete mensal e relatório gerencial. A programação ar tística somente poderá ser alterada com a concordância dos sócios.

Em cumprimento ao que dispõe toda a Legislação Comercial, sócios qualificados na Cláusula Segunda, bem como o gerente no meado, qualificado nesta Clausula, deste Instrumento, declaram expressamente, que não estão incursos em nenhum dos crimes previstos em lei, que os impeça de exercer atividades mercantis.

Firmam a presente Declaração para que produza os efeitos, cien tes de que, no caso de comprovação de sua falsidade, será nulo de pleno direito perante o registro do comercio, o ato a que se integra esta declaração, sem prejuízo das sanções penais a que estiverem sujeitos.

E por estarem de comum acordo, assinam o presente instrumento em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, para que produzam só efeito, o que fazem na presença de duas testemunhas que tudo assistiram e também assinam, sendo a primeira via para devido registro na Junta Comercial e as demais devolvidas aos contratantes depois de anotadas.

Joinville, 31 de julho de 1991.

MARIA TEREZA LOYOLA COLIN

Q Rubrica:

MARIA LUIZA LOYOLA COLIN

JURACI RIBEIRO - Gere CPF nº 003.217.299-00 Gerente

ō

JOSÉ ANTONIO COELHO
CPP 247, 997, 429-49

NILSON JOAO RAULINO
CPF 632, 686, 479-87



Ratifica Da

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA RÁDIO COLON LTDA.

CISÃO PARCIAL

Pelo presente instrumento particular, Edison Otto Zadrosny Storrer e Rose-Marie Colin Storrer, ambos casados, brasileiros, portadores do CPF/MF nº 006.524.239-49, residentes e domiciliados em Joinville, à Rua Rolf Colin nº 100, neste estado de Santa Catarina, ele portador da Cédula de Identidade nº 2/R 90.149 SSI-SC, ela com Cédula de Identidade nº 2/R 72.129 SSI-SC e Maria Luiza Loyola Colin, brasileira, casada, do comércio, domiciliada na cidade de Joinville, estado de Santa Catarina, tadora da Cédula de Identidade RG nº 2/R 47.436 e C.P.F./MF nº 068.149.051-91, únicos sócios componentes da Rádio Colon Ltda., sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com sede e foro na cidade de Joinville, estado de Santa Catarina, à Nove de Março nº 762, com instrumento de contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, sob 12.009, em sessão de .10.07.52 e última alteração contratual registrada sob nº 28.410.1.86, em sessão de 18.06.86, resolvem de comum acordo, e na melho forma de direito, alterar o referido contrato a fim de proceder a Cilsão Parcial da Sociedade, nos termos do disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e de conformidade com as seguintes clausulas e condições:

<u>CAPÍTULO I</u> DO PROTOCOLO E JUSTIFICAÇÃO DA OPERAÇÃO

CLAUSULA PRIMEIRA:

Os sócios da sociedade que ora é cindida, qualificados no preâmbulo deste Instrumento, todos gerentes por força da cláusula QUARTA do Contrato Social e dessa forma Administradores da Sociedade, firmam por esta cláusula o protocolo para realização de Cisão Parcial, que se realizará de conformidade com as seguintes condições:



Em testemunho da verdade. Selo Digital de Fiscalização - Selo normal CLL9/4211-0ADY

Seto Digital de Fiscalização - Selo normal CLL94211-0ADY
Confira os ciados do ato em/ selo tisc, jus. br
Apalquer emenda ou rasura será considerado como indicio de adulteração ou tentativa de fraude.

Bet Sina - Indici. Clássia Maria Facci à Sina - Indicio de adulteração ou tentativa de fraude.

Bet Sina - Indicio Clássia Maria Facci à Sina - Indicio de adulteração ou tentativa de fraude.

| dell'a bles - Bellent | Cleanin Marie Feck at 58the - Tabella Seletitute: | Marie Eliza Wecte da Shra - Tabella Seletitute: | Marie Eliza Wecte da Shra - Tabella Seletitute: | Seletitute: | Marie Eliza Wecte da Shra - Seletitute: | Seletitute: | Seletitute: | Seletitute: | Marie Eliza Seletitute: | Micros Aguire Rouse - Escrevente: | Winza Rebis Gelharch de Maria - Escrevente: | Micros Aguire Bruse - Escrevente: | Winza Rebis Gelharch de Maria - Escrevente: | Micros Aguire Bruse - Escrevente: | Winza Rebis Gelharch de Maria - Escrevente: | Winza Rebis Gelharch de Winza - Winza Rebis Gelhar

PCS

A) Procedido o levantamento do Balanço Negocial da Sociedade a ser cindida, adotando-se a avaliação pericial das contas do mesmo, verificou-se que a situação patrimonial nesta date é a seguinte:

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO

CIRCULANTE	
Caixa, bancos e aplicações financeiras	11.362.228
Contas a receber de clientes	12.946.025
Impostos a recuperar	88.435
Adiantamento a sócios	11.240
(-) Provisão para devedores duvidosos	(525.510

PERMANENTE

INVESTIMENTOS

FISET	_	PESCA				93.136
FISET	_	REFLORESTAMENTO	100			92.339
						185.475

IMOBILIZADO -

Terrenos	388.618
Equipamentos	7.084.070
Móveis, utensílios e instalações	2.983.117
(-) Depreciação acumulada	(9.440.363
	1.015.442
	1.200.917
	25.083.335

PASSIVO

CIRCULANTE

Obrigações sociais e trabalhistas	5.077.418
Obrigações fiscais	631.933
Provisão para imposto de renda	512.551
Provisão para contribuição social	181.217
Provisão para Imp. Renda sobre o lucro líquido	23.004
Outras contas a pagar	10.509.786
	16 025 000

2º Tabelionato de Notas e 3º Ofício de Protestos de Títulos Por Rua Dona Francisca, 363 - Centro - Fone/Fax: (47) 3422-6968 - CEP 89201-250 - Joinville

Autentico a presente copia fotostática por ser reprodução fiel do documento que me foi apresentado, com a qual conferi e dou fé.

Joinville, 17 de agosto de 2011 15:36:53

Em testemunho da verdade, Selo Digital de Fiscalização/- Selo normal CLL942/10-Y046

Confirm o. C. addos. do. ato. etc. . Sello tisc. i Usb. br. a over the results and fraude.

Uniquer emenda ou rasura sora considerance como indicis de adultieração ou ventativa de fraude.

Reth Silva - 1-1-1-1 Cisclás Maria Furt de Silva - Inbelia Schrintera -

23.882.418

PATRIMÔNIO LÍQUIDO Capital Social Reservas de Capital Lucros acumulados

TOTAL DO PASSIVO



- B) A Cisão Parcial que neste ato se procede, dá-se a razão de 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio da Sociedade cindida que será atribuído a nova sociedade a ser criada em decorrência da operação.
- C) A Sociedade a ser criada por força da operação da Cisão Parcial terá Capital Social no valor de Cr\$ 3.500.000,00 (Três milhões e quinhentos mil cruzeiros), divididos em 3,500 (Três mil e quinhentas) quotas no valor unitário de Cr\$ 1.000,00 (Hum mil cruzeiros) cada quota e usarã a denominação comercial de Rádio Colon FM.
- D) A Empresa Cindida, (Rádio Colon Ltda), neste ato transfere para a empresa que se cria (Colinhalfin Empresa de Rádio Difusão Ltda), a concessão do canal de frequencia modulada de 89,5 MHz, com potência de 440 watts, cuja permissão foi outorgada através da portaria no 76, de 20 (vinte) de maio de 1981 do Ministro de Estado das Comunicações, sendo a legalização da referida transferência fundamental para a execução desta cisão parcial.

CLAUSULA SEGUNDA:

A Operação de Cisão Parcial, que neste ato se efetiva, tem por objetivo viabilizar a adequação administrativa que se faz necessária na Sociedade, no interesse dos socios.

CLAUSULA TERCEIRA:

Ficam extintas, neste ato, as quotas do Capital Social original da Sociedade e criam-se novas quotas para o Capital ja reduzido, que passa a ter o valor total de Cr\$ 125,00 (cento e vinte e cinco cruzeiros) divididos em 125 (cento e vinte e cinco) quotas todas no valor unitário de Cr\$ 1,00 (hum cruzeiro) cada.



2º Tabelionato de Notas e 3º Ofício de Protestos de Stutos e 3º Ofício de Protestos de 3º Ofício de 3

Autentico a presente copia fotostática por sen reprodução fiel do documento que me foi apresentado, com a qual conferi e dou fé

Joinville, 17 de agosto de 2011, 15:36:53

Em testemunho da verdade.

Selo Digital de Fiscalização - Selo normal CLL94209-IYAU

Confira os ciados do ato em: selo, tisc, ius, bo

Louglquer emenda ou reura será considérado como indicido de adulteração ou tentativa de fraude.

Rela Sâra- Reda Cluside Marie de Saña - Tabelis Substituir. Hen Eliza Witeri de Sâña - Tabelis Substituir. Yera Sânase Ismanin - Labelis Substituir.

Critiane Reinert Nilotas - Escrevente. El science de Baña - Escrevente. Hinde Cladelis Line de Sâña Salter- Escrevente.

Nilotais Aguisa Brane - Escrevente. Vilna Maldi Solhacit de Mous - Escrevente.

CAPÍTULO II

. C. Pat. ____ 可, Rubrica:

SERÃO DOS ELEMENTOS ATIVOS E PASSIVOS QUE TRANSFERIDOS À NOVA SOCIEDADE

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Serão transferidos para a Sociedade a ser formada os seguintes valores patrimoniais:

A) Elementos Ativos:

Saldo em Caixa no valor de Cr\$ 327.343,00 (Trezentos e vinte e sete mil, trezentos e quarenta e três cruzeiros), sendo o mesmo entregue no ato da assinatura deste Instrumento.

Saldo em conta corrente bancaria no valor de Cr\$ 3.068.292,00 (Três milhões, sessenta e oito mil, duzentos e noventa e dois cruzeiros), Banco Itaú S.A. - Conta sendo o mesmo entreque no ato da assinatura deste Instrumento.

Saldo em Aplicações Financeiras no valor de Cr\$ 2.285.479,00 (Dois milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e setenta e nove cruzeiros), cuja aplicação está efetuada no Banco Itau S.A., conta valor que sera no ato de assinatura deste Instrumento.

Saldo de Duplicatas a receber, no valor de Cr\$ 6.473.012,00 (Seis milhões, quatrocentos e setenta e três mil e doze cruzeiros), proveniente de Faturamento a Clientes, cujos valores serão entregues à sócia retirante da seguinte forma: 50% (Cinquenta por cento) no ato de assinatura deste Instrumento; 50% (Cinquenta por cento) no dia 30 de agosto de 1991.

Bens do Ativo Permanente relacionados abaixo, totalizando a importância de Cr\$ 507.721,00 (Quinhentos e sete mil, setecentos e vinte e um cruzeiros), entregues no ato de assinatura deste Instrumento:

- Linha telefônica de nº 22-7259, cuja transferência se dara no ato da cisao.
- Equipamentos do Estúdio de FM
 - Ol Mesa de Som Estéreo 6 canais CIAER
 - 03 Gravadores AKAI G X 4000 D LGA SP
 - 03 Cartucheiras TOPMASTER3
 - 02 Toca-Discos GRADIENTE RB_III Discolândia
 - 01 Microfone LESON SM 58 Foto York
 - Ol Receiver GRADIENTE 1450 Som Maior
 - 02 Processadores de Audio CIAER
 - Ol Equalizador Parametrico CIAER
 - 01 Equalizador de Linha CIAER

2º Tabelionato de Notas e 3º Ofício de Protestos de Títulos Rua Dona Francisca, 363 - Centro - Fone/Fax: (47) 3422-6968 - CEP 89201-250 - Joinville - SC

--- AUTENTICAÇÃO 28764)

Autentico a presente cópil fotostática por ser reprodução fiel do documento que me foi apresentado com a qual conferi e dou fe. 15:38:52 Joinville, 17 de agosto de 2011.

Em testemunho da verdade. Selo Digital de Fiscalização -/Selo normal CLL9/208-FM0P

Confira os dados do ato em: selo tisc ius br Qualquer emenda ou rasura será considerado como indicio de adulteração ou tentativa de fraude. | Dubliquer emenda ou rasura sera considerado contro insurando de aduación (...) tras Shane lanación i habia Substituta (...) tras Shane lanación i habia Su

Rubrice

- 01 Sintetizador de Eco CIAER
- 01 Link Estereo TELAVO
- 01 Multiplex TELAVO
- 01 Gravador AKAI 1721 W LGA SP
- 02 Caixas de Som LANDO Discolândia
- Ol Pré-Amplificador de Toca-Discos duplo CIAER
- Ol Ventilador BRITÂNIA B30 L Colombo
- Ol Suporte Rotativo (Magazine) p/96 cartuchos
- Ol Ar condicionado CONSUL 10000 BTU Colombo
- Ol Relogio de Parede BRASEIKO Klix
- 01 Telefone BL Concepal SP

- Equipamentos do Parque de Transmissão de FM

- 01 Transmissor TELAVO 1 Kw
- Ol Antena MAPRA de 2 elementos
- Ol Conjunto de antenas tipo painel para LINK
- Ol Monitor de Modulação de FM CIAER
- 01 Radio BOSCH 243 Foto York
- Ol Telefone BL Concepal SP
- Ol Estabilizador de Tensão TELEVOLT 1500 W
- Ol Extintor de Incendios 4 kg CO2 Mata Fogo

- Equipamentos do Estudio de Gravação

- Ol Mesa de Som Estereo de O8 Canais CIAER
- 01 Gravador AKAI G X 4000 D LGA
- 01 Gravador TEAC X 3 LGA
- Toca-Discos TECHNICS Discolândia
- Oi Gravador GRADIENTE Mini K-7 Som Maior
- Ol Distribuidor de Audio CIAER
- 01 Sintetizador de Eco CIAER
- 02 Caixas de Som QUASAR Som Maior
- 01 Gravador de Cartuchos Estereo
- Ol Apagador de Cartuchos e Fitas CARTAPE
- 03 Fones de Ouvido SELENIÚM 880 York
- 02 Pre-Amplificadores para toca-discos CIAER
- 01 Microfone NEUMANN KM 76
- 01 Suporte rotativo p/ 150 cartuchos
- 01 Ventilador B-301 Colombo
- 01 Receiver GRADIENTE M 9000 Som Maior
- 02 Caixas de som GRADIENTE Som Maior
- Ol Pedestal Girafa RIMASA
- 01 Ar condicionado CONSUL 3000 Arapuã
- Ol Regulador de Tensão KAULY
- 125 Cartuchos

Discos e Fitas

Receberá a retirante, acervo de Discos e Fistas pertencer tes à Radio FM.

2º Tabelionato de Notas e 3º Ofício de Protestos de Titalos Rua Dona Francisca, 363 - Centro - Fone/Fax: (47) 3422-6968 - CEP 89201-250 - Joint

----- AUTENTICAÇÃO 287 47 ----Autentico a presente copia fotostática por ser reprodução fiel do documento que me foi apresentado, com a qual conferi e dou com a quai conteri e dou fe. Joinville, 17 de agosto de 2911, 15:36:52

Em testemunho da verdante._ Selo Digital de Fiscalização - Selo normal CL/L94207-6KUJ

Confire o S. diados do ato erro. Selocits Selocits Selocits de activitatico ou terrativa de fraude.

Ontre de la confirmación d



- Moveis e Utensilios

- 01 Ventilador Arno Colombo
- 03 Aparelhos telefónicos Eletrimp SP
- 01 Arquivo ISMA c/ 4 gavetas
- 01 Balcão BALFAR CE/12
- 02 Mesas c/ 7 gavetas 01 Mesa para maquina
- 01 Armário c/ vidro 1,50 x 1,60
- Ol Mesa para telefone
- Ol Cadeira Alta Marelli c/ rodízios
- Ol Cadeira Fixa Marelli
- 01 Cadeira Giratória Estil Simples
- Ol Maquina de Escrever Olivetti Tekne 3 46
- Ol Maquina de calcular Dismac 121 PV
- Ol Maquina de somar Olivetti manual
- 03 Cadeiras fixas 090
- 01 Mesa c/ 2 gavetas
- 01 Maquina Lexikon 80
- Ol Mesa de Reunião redonda

Certificados de Investimentos do FISET, avaliados em 92.737,00 (Noventa e dois mil, setecentos e trinta cruzeiros), entregues no ato de assinatura deste Instrumento.

Outras contas a receber no valor de Cr\$ 49.837,00 (Quarenta e nove mil, oitocentos e trinta e sete cruzeiros), sendo Cr\$ 44.217,00 (Quarenta e quatro mil, duzentos e dezessete cruzeiros), referente a IRRF e Cr\$ 5.620,00 (Cinco_mil, centos e vinte cruzeiros), referente a Adiantamentos a cios e empregados, cujos valores serão entregues à socia retirante quando do seu efetivo recebimento.

Participação na Provisão para Devedores Duvidosos, de 50% (Cinquenta por cento) sobre o saldo existente ato, a qual representa a importância de Cr\$ 262.755,00 (Duzentos e sessenta e dois mil, setecentos e cinquenta e cinco cruzeiros).

B) Elementos Passivos

Obrigações Sociais e Trabalhistas, totalizando a importância de Cr\$ 2.538.709,00 (Dois milhões, quinhentos e trinta e oito mil e setecentos e nove cruzeiros), as quais deverão ser pagas nos respectivos vencimentos, estando assim distribui-



2º Tabelionato de Notas e 3º Ofício de Protestos de Títute Rua Dona Francisca, 363 - Centro - Fone/Fax: (47) 3422-6968 - CEP 89201-250 - Joinvi

Autentico a presente copia fotostática por ser reprodução fiel do documento que me foi apresentado com a qual conferi e dou fé, Joinville, 17 de agosto de 2017. 15:36:52

Em testemunho da verdade

Selo Digital de Fiscalização - Selo normal CLL94206-NM36

Confira os dados do ato em: selo.tjsc.jus.br
qualquer emenda ou rasura será considerado como indicio de additeração ou tentativa de fraude.

| Buth Sira - Beths. | Claeda Maria Fect da Sira - Inhelia Sobritina: | Maria Eliza Wetrel da Sira - Inhelia Sobritina: | Tear Sirane Imania - Inhelia Sobritina
| Cristiane Reinert Kirche - Escrevente; | Luciane de Betha - Escrevente; | Maria Claeda Line da Sira - Salfar - Escrevente; | Michale Patreli - Interesente; | William Helfi Bulharelt de Moera - Escrevente.



 Salários e Ordenados
 .166 064

 Contribuições previdenciárias
 335 491

 FGTS
 53 .278

 13º Salário
 45 .253

 Férias
 924 .623

 2.538.709

Obrigações Fiscais, no valor de Cr\$ 674.353,00 (Seiscentos e setenta e quatro mil, trezentos e cinquenta e três cruzeiros), sendo os seguintes tributos envolvidos, os quais, serão pagos nos seus respectivos vencimento:

					674.353
Provisão p	oara Imp	. Renda s	obre o lucro	liquido	11.502
			social		90.608
Provisão p	oara Imp	osto de R	enda		256.276
					99.209
PIS - Fate	uramento	s	, ,	. <i>i.</i>	216.758

Contas a Pagar no valor de Cr\$ 5.604.893,00 (Cinco milhões, seiscentos e quatro mil, oitocentos e noventa e três cruzeiros), os quais serão pagos nos respectivos vencimentos, sendo:

Alugueis	208.500
Fornecedores de Materiais e Serviços	5.046.393
	5.254.893

125 (Cento e vinte e cinco) quotas do Capital Social, todas no valor de Cr\$ 1,00 (Hum cruzeiro) cada, totalizando Cr\$ 125,00 (Cento e vinte e cinco cruzeiros).

Saldo de conta de Reservas de Capital/Especial no valor de Cr\$ 2.842.091,00 (Dois milhões, oitocentos e quarenta e dois mil e noventa e um cruzeiros), que representa a correção monetária do capital.

Saldo da conta de Lucros Acumulados no valor de Cr\$ 1.231.497,00 (Hum milhão, duzentos e trinta e um mil, quatrocentos e noventa e sete cruzeiros) que representa a participação da parte cindida nos lucros auferidos pela sociedade até o presente momento.

NOTA: Totaliza a transferência patrimonial em função da cisão que ora se efetiva, a importância de Cr\$ 12.541.667,00

an às

2º Tabelionato de Notas e 3º Ofício de Protestos de Títutos Rua Dona Francisca, 363 - Centro - Fone/Fax: (47) 3422-6968 - CEP 89201-250 - Joinvilla 40

Autentico a presente cópia forostática por ser reprodução fiel do documento que me foi apresentado com a qual conferi e dou fé.

Joinville, 17 de agosto de 2011 15:38:51

Em testémunho da verdade.
Selo Digital de Fiscalização - Selo normal CLL94205-48LJ

Confira os ciados do ato em: selo.tisc.ius.br

publique emendo ou rasura será consideradocomo indiciso de Mulitaração ou tentativa de fraudo.

| Reds Sira - Stato; | Clándis Maria Fuci de Sita - Tabelis Saturbate; | Liberis files Westel de Sira - Tabelis Saturbate; | Lateris Sira Saturbate; | Michie Paturbate; | Lateris Saturbate; | Michie Aguine Sira Saturbate; | Michie Saturbate; | Michie Aguine Sira Saturbate; | Lateris Sa

2 2 N 103

east

07

(Doze milhões, quinhentos e quarenta e um mil, seiscentos sessenta e sete cruzeiros) que nada mais representa do que o acervo líquido proporcional à parte que se retira da socieda de cindida.

CLAUSULA SEGUNDA:

A Sociedade que se cria por força da cisão fará constar em seus registros contábeis, as transferências patrimoniais que se efetivam.

CAPÍTULO III DA RESPONSABILIDADE DA EMPRESA ORIUNDA DA CISÃO

CLAUSULA PRIMEIRA:

Por força da Cisão Parcial, que por este Instrumento se efetiva, fica criada a Sociedade por Quotas de Responsabilidade limitada, que girará sob a denominação social de COLINHALFIN - Empresa de Rádio Difusão Ltda., e denominação comercial de RÁDIO COLON FM, com sede à Rua Nove de Março, 762, Centro, na cidade de Joinville, estado de Santa Catarina, cujo ato constitutivo será arquivado simultaneamente com esta alteração por cisão, tendo por sócios as Sras. MARIA LUIZA LOYOLA COLIN e MARIA TEREZA LOYOLA COLIN, que mutuamente aceitam e outorgam as cláusulas constantes de seu contrato social.

CLAUSULA SEGUNDA:

A Sociedade que neste ato se constitui, assume inteira responsa bilidade pelo pagamento das obrigações que lhe são transferidas perante os credores nos termos e condições espituladas na Alínea B e seus números, da Cláusula Primeira do Capítulo II.

MEN

2º Tabelionato de Notas e 3º Ofício de Protestos de Títros Rua Dona Francisca, 363 - Centro - Fone/Fax: (47) 3422-6968 - CEP 89201-250 - Joinville Se

Autentico a presente cópia fotostática por ser reprodução fiel do documento que me foi apresentado, com a qual conferi e dou fé.

Joinville, 17 de agosto de 2011 15:38751

Em testemunho da verdade.

Selo Digital de Fiscalização Selo normal CLL94204-9THX

Confira os dados do ato em: selo tisc jus br

Oudique emenda ou rasura será considerado camo indico de adulteração ou tentativa de fraude

| Ruth Share Render | Classin Maria rea's Schwarz | Maria Blass Classin Control and Contro

ecs

DA RETIRADA DE SÓCIOS, DO NOVO CAPITAL DA EMPRESA CINDIDA

E DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Retira-se da Sociedade, neste ato, a sócia MARIA LUIZA LOYOLA COLIN, recebendo o reembolso de suas quotas de capital. A sócia detinha 12.500 (Doze mil e quinnhentas) quotas do Capital Social original no valor de Cr\$ 0,01 (Hum centavo) cada quota, totalizando Cr\$ 125,00 (Cento e vinte e cinco cruzeiros).

CLÁUSULA SEGUNDA:

Em decorrência da retirada da sócia, o Capital Social da Sociedade passa a ser de Cr\$ 125,00 (Cento e vinte e cinco cruzeiros), divididos em 125 (Cento e vinte e cinco) quotas, todas no valor nominal de Cr\$ 1,00 (Hum cruzeiro) cada, as quais passam a pertencer aos sócios remanescentes na Sociedade, Sr. EDISON OTTO ZADROZNY STORRER com 63 (sessenta e três) quotas e Sra. ROSÉ-MARIE COLIN STORRER com 62 (sessenta e duas) quotas.

O Capital Social está totalmente integralizado em moeda corrente do País.

A responsabilidade de cada sócio é no montante de sua participação no Capital Social.

<u>CAPÍTULO V</u> <u>DAS DISPOSIÇÕES GERAIS</u>

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Convencionam as partes, que todas as custas advindas da Cisão sera onus da Empresa Cindida.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Para efetivação das operações de Cisão Parcial que neste ato se procede, a sócia que da Sociedade se retira, compromete-se a arquivar simultaneamente a esta alteração o Contrato Social de

an fred

000000000000000

2º Tabelionato de Notas e 3º Ofício de Protestos de Títeros Rua Dona Francisca, 363 - Centro - Fone/Fax: (47) 3422-6968 - CEP 89201-250 - Joinville - SC

Autentico a presente cópia fotostática por sey reprodução fiel do documento que me foi apresentado, com a qual conferi e dou fé.

Joinville, 17 de agosto de 2011 15/38:51

Em testemunho da verdade Selo Digital de Fiscalização - Selo normal CLL9/203-2HDS

Confira os dados do ato em: selo tisc, ius br.
| Rest Situs - Berlie | Diseise fei Borba - Escreventy | Mini Eliza Watri de Monta - Escrevente | Michie Patreli - Escrevente | Mini Eliza de Monta - Escrevente | Mini Eliza de Situs - Escrevente | Mini Eliza de Si

Constituição da Empresa Surgida em face da operação nas condice ções previstas no Capítulo III deste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

Após regularmente constituída a nova Sociedade, serão procedidos os lançamentos contábeis cabíveis na empresa cindida e na nova empresa para registro da operação.

CLÁUSULA QUARTA:

As partes acordam que o nome RÁDIO COLON será utilizado da seguinte forma: a RÁDIO COLON LTDA., operará o canal de AM - utilizando o nome RÁDIO COLON AM; e a COLINHALFIN EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO LTDA., operará o canal de FM, sob a denominação comercial de RÁDIO COLON FM.

CLÁUSULA QUINTA:

Reciprocamente, a sócia retirante e os remanescentes aceitam e outorgam tudo quanto neste instrumento se pactua.

<u>CAPÍTULO VI</u> DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Após firmado o presente acordo, com o devido registro na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, ficará sem efeito o protocolo de Intenções em todos os seus itens, visto o mesmo ser parte integrante do presente Instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Os casos omissos neste instrumento serão resolvidos pelas disposições legais aplicáveis à espécie.

all so

2º Tabelionato de Notas e 3º Ofício de Protestos de Trans Rua Dona Francisca, 363 - Centro - Fone/Fax: (47) 3422-6968 - CEP 89201-250 - Join 1940 - S

Autentico a presente cópia fotostática por ser reprodução fiel do documento que me foi apresentado com a qual conferi e dou fé.

Joinville, 17 de agosto de 2011, 15 36:50

Em testemunho da verdade. Selo Digital de Fiscalização -Selo normal CLL9/4202-645Z

Confira os dados do ato em selo tisc. Jus. by Qualquer emenda ou trasura será considerado como indicio de adultenção ou tentativa de fraude.

| Refs Sila - Made | Claude Maria fech de Sila - Labella Sabetinate. | Maria Elias Metal da Sila - Labella Sabetinate. | Tan Silane Romania - Labella Sabetinate. | Maria Claudia Sabetinate. | Tan Silane Romania - Labella Sabeti

PCSH



As partes convencionam que, do faturamento de agosto/91, bemacomo das despesas do mesmo mês, será atribuído à Raujo Colon FM - 40% (Quarenta por cento), e a Rádio Colon AM - 60% (Sessenta por cento).

E, por estarem de comum acordo, assinam este instrumento em 03 (Três) vias de igual teor e forma para que produzam um só efeito, o que fazem na presença de duas testemunhas que a tudo assistiram e também assinam, sendo a primeira para o devido registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado e as demais devolvidas aos sócios depois de anotadas, para fins de Direito.

Joinville, 31 de Julho de 1991

Guinun/a

ASSINAM:

PELA EMPRESA CINDIDA Sócia Retirante PELA EMPRESA SURGIDA DA CISÃO COLINHALFIN - Empresa de Rádio Difusão Ltda.

Quain du ga diogola boliu MARIA LUIZA DLOYOLA COLIN Maria Luiza Loyola Colin

MARIA TEREZA LOYOLA COLIN

Sócios Remanes dentes:

EDISON OTTO ZADROZNY STORRER

Ole- Pier Colin Storrer

Testemunhas:

NILSON DO

JOSÉ ANTONIO COELHO

AULINO

2º Tabelionato de Notas e 3º Ofício de Protestos de Tíxos Rua Dona Francisca, 363 - Centro - Fone/Fax: (47) 3422,9568 - CEP 89201-250 - Joint May

Autentico a presente cópia otostática por ser reprodução fiel do documento que me foi apresentado,

com a qual conferi e dou fé. Joinville, 17 de agosto de 2011 15:39:50

Em testemunho da verdade.
Selo Digital de Fiscalização Selo normal CLL94201/OB06

Confira os ciados do ato em: Selo tisc. jus. br.

Qualque emenda ou rasura será considerado comé indicio de adulteração ou tentráva de fraude.

Inch Silva | Index | Confirmation | Confir

PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DE RUERCE. COLINHALFIN - EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO LIMITADA

Aos trinta e um dias do mês de julho de 1991, às 14 (catorze) horas, reuniram-se em Joinville-SC, à Rua Nove de Março nº 762, os únicos quotistas da sociedade, todos identificados na Cláusu-la Segunda do Contrato de Constituição Social, para deliberarem e aprovarem as seguintes alterações, permanecendo inalteradas as demais cláusulas do Contrato de Constituição da sociedade.

PRIMEIRA

Retiram-se da Sociedade neste ato, os sócios abaixo identificados, cedendo sem ônus suas quotas para a sócia MARIA LUIZA LOYO-LA COLIN, da seguinte forma:

- O quotista EDISON OTTO ZADROZNY STORRER, cede 3.125 (três mil, cento e vinte e cinco) quotas no valor unitário de Cr\$ 0,01 (hum centavo) cada quota, totalizando a cessão, o valor de Cr\$ 31,25 (trinta e um cruzeiros e vinte e cinco centavos).
- A quotista ROSE-MARIE COLIN STORRER cede 3.125 (três mil, cento e vinte e cinco) quotas, no valor unitário de Cr\$ 0,01 (hum centavo) cada quota, totalizando a cessão o valor de Cr\$ 31,25 (trinta e um cruzeiros e vinte e cinco centavos).

SEGUNDA

É admitida na Sociedade, através da cessão de quotas pela quotista MARIA LUIZA LOYOLA COLIN a Sra. MARIA TEREZA LOYOLA COLIN, brasileira, viúva, historiadora, residente e domiciliada a Rua São Joaquim, 80, apto. 411, centro, na cidade de Joinvillé, estado de Santa Catarina, portadora da Cédula de Identidade nº 11.816.087 e Cadastro de Pessoa Física CPF/MF nº 152.982.131-20, a qual neste ato recebe 2.500 (duas mil e quinhentas) quotas no valor unitário de Cr\$ 0,01 (hum centavo) cada quota, totalizando a cessão Cr\$ 25,00 (vinte e cinco cruzeiros).

TERCEIRA

De comum acordo, resolvem as novas quotistas, aumentarem o capital social da sociedade de Cr\$ 125,00 (cento e vinte e cinco cru

Comun,

zeiros) para Cr\$ 2.800.000,00 (dois milhões e oitecentos 2011 cruzeiros), cujo valor representativo do aumento, Cr\$ 2.79 875,00 (dois milhões, setecentos e noventa e nove mil, ottocentos esetenta e cinco cruzeiros), é proveniente da reserva da correção monetária do capital da sociedade.

QUARTA

Em virtude das Alterações, primeira, segunda e terceira do presente ato, fica alterada a cláusula quarta do Contrato de Constituição da Sociedade, cujo, passará a ter a redação que segue:

"QUARTA

O Capital Social será de Cr\$ 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil cruzeiros).

É o mesmo dividido em 12.500 (doze mil e quinhentas) quotas, todas no valor unitário de Cr\$ 224,00 (duzentos e vinte e quatro cruzeiros) cada, sendo as mesmas distribuídas da seguinte forma:

- A Sócia MARIA LUIZA LOYOLA COLIN será possuidora de 10.000 (dez mil) quotas equivalentes a Cr\$ 2.240.000,00 (dois milhões, duzentos e quarenta mil cruzeiros), representando 80% (oitenta por cento) de participação no Capital Social.
- A Sócia MARIA TEREZA LOYOLA COLIN será possuidora de 2.500 (duas mil e quinhentas) quotas equivalentes à Cr\$ 560.000,00 (quinhentos e sessenta mil cruzeiros) representando 20% (vinte por cento) de participação no Capital Social.

As quotas representativas do Capital Social são inalienáveis e insancionáveis a estrangeiros ou a pessoas jurídicas e não poderão ser cedidas, transferidas ou alienadas sem o expresso consentimento dos sócios, cabendo em igualdade de condições, o direito de preferência dos sócios que queira adquirílas.

QUINTA

De comum acordo, os sócios elegem neste ato, Gerente Administrador da Sociedade, o Sr. JURACI RIBEIRO, brasileiro, casado, Técnico em Contabilidade, portador da Cédula de Identidade nº 137.694-SC e Cadastro de Pessoa Física CPF/MF nº 003.217.299-00,

17.299-00,

residente e domiciliado à rua Aquidaban nº 490, mesta cidade de Joinville, estado de Santa Catarina, cuja gerência sera exercida em nome dos sócios e em consonância com os mesmos.

SEXTA

Em cumprimento ao que dispõe a Legislação Comercial vigente declaram expressamente a sócia admita, MARIA TEREZA LOYOLA COLIN e o Gerente nomeado JURACI RIBEIRO, que não estão incursos em nenhum dos crimes previstos em Lei que os impeça de exercer atividades mercantis."

E por estarem de comum acordo, assinam o presente Instrumento em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, para que produzam um só efeito, o que fazem na presença de duas testemunhas que a tudo assistiram e também assinam, sendo a primeira via para o devido registro na Junta Comercial, e as demais devolvidas aos arquivos da Sociedade depois de anotadas.

Joinville, 31 de julho de 1991

Chlorin diviga voule Colin
MARIA LUIZA LOYOLA COLIN

MARIA TEREZA LOYOLA COLINA

EDISON OTTO ZADROZNY STORREF

Testemunhas:

JOSÉ ANTOWO COELHO CPF nº 247.097.429-49

JURACI RIBEIRO CPF nº 003.217.299-00

SEGUNDA ALTERAÇÃO É CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA COLINHALFIN - EMPRESA DE RADIODIFUSÃO PINITADA

0

Ruthica: Aos trinta dias do mês de junho de 1993, às 15:00 Équinze) horas, reuem Joinville - SC. à rua Dr. João Colin, 962 - 1º €odar, as niram-se MARIA LUIZA LOYOLA COLIN, brasileira, casada, adiogada, requotistas sidente e domiciliada à rua Barão de Capanema, 236 - 4º andar, Jardim América, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, portadora da Cédula de identidade nº 2/R 47.436 e Cadastro de Pessoa Física - CPF/MF nº 068.149.051-91; e a sócia MARIA TEREZA LOYOLA COLIN, brasileira, viúva, historiadora, residente e domiciliada à rua São Joaquim, 8D, 401, Centro, na cidade de Joinville, estado de Santa Catarina, portadora da Cédula de Identidade nº 11.816.087 e Cadastro de Pessoa Física - CPF/MF nº 152.982.131-20, únicas sócias componentes da Sociedade que gira sob a Razão Social de Colinhalfin — Empresa de Radiodifusão Ltda., empresa com sede à rua Dr. João Colin, 362 - 1º andar, na cidade de Joinville, estado de Santa Catarina, com o contrato social e do contrato social arquivados na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob o nº 422.0151736.6 em 23/12/1991, resolvem por instrumento particular alterar o referido contrato social consoeste lidando suas cláusulas, conforme segue:

PRIMEIRO ITEM

capital da sociedade, com a incorporação de 87.897.654,39 (oltenta e sete milhões, oltocentos e noventa e mil, seiscentos e cinquenta e quatro cruzeiros e trinta e nove centaprovenlentes da reserva de correção monetária sobre capital social e com o aproveitamento de Cr\$ 9.302.345,61 (nove milhões, trezentos)e dois mil, trezentos e quarenta e cinco cruzeiros e sessenta e um centavos), resultantes da conta de lucros acumulados.

SEGUNDO ITEM

É admitido na Sociedade, através da cessão de quotas pela quotista MA-RIA LUIZA LOYOLA COLIN, o Sr. JURACY RIBEIRO, brasileiro, casado, técnico em contabilidade, residente e domiciliado à rua Aquidaban, 490 bairro Giória em Joinville - estado de Santa Catarina, portador da Cédula de Identidade nº 137.694 - SC e Cadastro de Pessoa Física CPF/MF $n\underline{o}$ = 003.217.299-00, o qual neste ato recebe 625 (selscentos e vinte e cinco) quotas no valor unitário de Cr\$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros), totalizando a cessão Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros).

TERCEIRO ITEM

Em virtude das Alterações verificadas, no presente ato, fica alterada cláusula quarta do Contrato de Constituição da Sociedade e consoli dadas as demais cláusulas com a seguinte redação:

2º Tabelionato de Notas e 3º Ofício de Protestos de Ibulos Rua Dona Francisca, 363 - Centro - Fone/Fax: (41/3422-6968 - CEP 89201-250 - Jointille SC

--- AUTENTICAÇÃO 28784 Autentico a presente copla fotostática por ser reprodução fiel do documento que me foi apresentado, com a qual conferi e dou fe Joinville, 17 de agosto-de 2011, 15:36:57

Em testemunho da verdade Selo Digital de Fiscalização - Selo normal CLL94222-V9JE

Confira os dados do aro em: selo tisculus bro ou tentativa de fraude.

PRIMEIRA - DA RAZÃO SOCIAL, SEDE E FORO

A sociedade girará sob a denominação social da COLINHALTIN - Empresa de Rádiodifusão Ltda., e denominação de fantasia RÁDIO COLON FM Arome que aproveita em virtude do acordo firmado no ato de cisão parcial da Rádio Colon Ltda.

Terá sua sede administrativa sita à rua Dr. João Colin, 362 - 1º andar e Foro Jurídico, a cidade de Joinville, estado de Santa Catarina, o qual será utilizado para dirimir quaisquer dúvidas advindas do presente contrato.

SEGUNDA - DOS SÓCIOS

São sóclos da sociedade as pessoas a seguir identificadas:

- MARIA LUIZA LOYOLA COLIN, brasileira, casada, advogada, residente e domiciliada à rua Barão de Capanema, 236, 4º andar, Jardim América, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, portadora da Cédula de identidade nº 2/R 47.436 e Cadastro de Pessoa Física - C.P.F. nº 068.149.051-91.
- MARIA TEREZA LOYOLA COLIN, brasileira, viúva, historiadora, residente e domiciliada à rua São Joaquim, 80, apto. 401, Centro, na cidade de Joinville, estado de Santa Catarina, portadora da Cédula de Identidade nº 11.816.087 e Cadastro de Pessoa Física CPF/MF nº 152.982.131-20.
- JURACY RIBEIRO, brasileiro, casado, técnico em contabilidade, residente e domiciliado à rua Aquidaban, 490 bairro Giória em Joinvillie estado de Santa Catarina, portador da Cédula de Identidade nº 137.894 SC e Cadastro de Pessoa Física CPF/MF nº 003.217.299-00.

TERCEIRA - DO OBJETO SOCIAL E DURAÇÃO DA SOCIEDADE

A sociedade terá por objeto a exploração da Rádiodifusão, bem como a participação como quotista ou acionista em outras sociedades.

O prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado; extinguindo-se, todavia, por decisão dos sócios que representem a maioria do Capital Social a qualquer tempo ou na ocorrência de fatos expressamente mencionados no Código Comercial Brasileiro.

2º Tabelionato de Notas e 3º Oficio de Protestos de Títus Do Tabelionato de Notas e 3º Oficio de Protestos de Títus Do Tabelio de Rua Dona Francisca, 363 - Centro - Fone/Fax. (47) 3422-6968 - CEP 89201-250 - Joinvilla Autentico a presente cópia fotostática por ser reprodução fiel do documento que me foi apresentado, com a qual conferi e dou fé joinville, 17 de agosto de 3071. 35:36:58

Em testemunho da verdade.
Selo Digital de Fiscalização - Selo normal CLU94221-I7BF
Confira os dados do ato em: selo tisc jus br
Confira os dados do ato em: selo tisc jus br
Confira os dados do ato em: selo tisc jus br
Confira os dados do ato em: selo tisc jus br
Confira os dados do ato em: selo tisc jus br
Confira os dados do ato em: selo tisc jus br
Confira os dados do ato em: selo tisc jus br
Confira os dados do ato em: selo tisc jus br
Confira os dados do ato em: selo tisc jus br
Confira os dados do ato em: selo tisc jus br
Confira os dados do ato em: selo tisc jus br
Confira os dados do ato em: selo tisc jus br
Confira os dados do ato em: selo tisc jus br
Confira os dados do ato em: selo tisc jus br
Confira os dados do ato em: selo tisc jus br
Confira os dados do ato em: selo tisc jus br
Confira os dados do ato em: selo tisc jus br
Confira os dados do ato em: selo tisc jus br
Confira os dados do ato em: selo tisc jus br
Confira os dados do ato em: selo tisc jus br
Confira os dados do ato em: selo tisc jus br
Confira os dados do ato em: selo tisc jus br
Confira os dados do ato em: selo tisc jus br
Confira os dados do ato em: selo tisc jus br
Confira os dados do ato em: selo tisc jus br
Confira os dados do ato em: selo tisc jus br
Confirma os dados do ato em: selo tisc jus br
Confirma os dados do ato em: selo tisc jus br
Confirma os dados do ato em: selo tisc jus br
Confirma os dados do ato em: selo tisc jus br
Confirma os dados do ato em: selo tisc jus br
Confirma os dados do ato em: selo tisc jus br
Confirma os dados do ato em: selo tisc jus br
Confirma os dados do ato em: selo tisc jus br
Confirma os dados do ato em: selo tisc jus br
Confirma os dados do ato em: selo tisc jus br
Confirma os dados do ato em: selo tisc jus branca da ato em: selo tisc jus br

Confira os ciados do ato m selo IIS Gudituração ou tentativa de fraude.

Quiquer omenda ou resurva será comen funcido como incicio de dudituração ou tentativa de fraude.

Red Sina 1992 Usdes haias fect à Sina - Isbalia Sabstruta; Utania Clisa Wente da Sina - Isbalia Substruta; Utania Clisa Wente da Sina - Isbalia Substruta; Utania Clisa Wente da Sina - Isbalia Substruta; Utania Clisa Wente Sabstruta; Utania Clisa Wente Sab

Miss

W MA

QUARTA - DO CAPITAL SOCIAL

O capital social é de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruze les É o mesmo dividido em 12.500 (doze mil e quinhentas) quo as, todas valor unitário de Cr\$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros) cada asendo as mesmas distribuídas da seguinte forma:

Comunic

- sócia MARIA LUIZA LOYOLA COLIN, será possuidora de 9.375 (nove e setenta e cinco) quotas equivalentes a Cr\$ mil, trezentos 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de cruzeiros), representando 75% (setenta e cinco por cento) de participação no Capital Social.
- A sócia MARIA TEREZA LOYOLA COLIN, será possuidora de 2.500 (duas mil e quinhentas) quotas equivalentes à Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros) representando 20% (vinte por cento) de participação no Capital Social; e
- O sócio JURACY RIBEIRO, será possuidor de 625 (selscentas e vinte e cinco) quotas equivalentes a Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) representando 5% (cinco por cento) de participação no Capital Social.

QUINTA - DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS E DA GERÊNCIA

A responsabilidade de cada sócio é limitada à sua participação no Capital Social.

A sociedade será gerida e administrada pelos sócios em conjunto ou se-paradamente sob a denominação "sócio-gerente", sendo-lhes atribuídos todos os poderes de administração e representação da sociedade.

vedado, aos sócios-gerentes o uso da denominação social em negócios álheios aqueles do objeto social e na prática de atos a este não inerentes; serão os mesmos responsabilizados nos termos da Lei ClviI. É vedado também, autorizarem o aval da sociedade a qualquer título.

administradores serão brasileiros natos ou naturalizados há mais 10 anos e a sua investidura nos cargos somente poderá ocorrer depois de terem sido aprovados pelo Poder Concedente.

SEXTA - DA REMUNERAÇÃO DOS SÓCIOS-GERENTES

Pelo exercício da administração; terão os sócios-gerentes, uma remuneração mensal a título de honorários, cujo valor será fixado em comum acordo entre os sócios.

efeito de contabilização, o valor relativo aos honorários levado à Conta de Despesas Gerais da Sociedade.

2º Tabelionato de Notas e 3º Ofício de Protestos de Tiento de Rotas de Tiento de Rotas e 3º Ofício de Protestos de Tiento de Tient Rua Dona Francisca, 363 - Centro - Fone/Fax: (47) 3422-6968 - CEP 89201-250 - Join 18

Autentico a presente copia fotostática por ser reprodução fiel do documento que me foi apresentado, com a qual conferi e dou fe.

Joinville, 17 de agosto de 2011, 15:36:56

Em testemunho da verdade. Selo Digital de Fiscalização - Selo normal CLL94220-41G5

Confira os dados do ato em: selo.tisc.jus.br | Duck Silve - Interface - Chiefe Marie Federal Considerado Como Indicis de adulterior de adulterior de Chiefe Silve - Interface - Interface Socientes - Interface Metale Sales Metale Sales Sales Interface - Int

O Exercício Social coincidirá com o ano civil.

Anualmente, a 31 (trinta e um) de dezembro, será elaborado um Balanço e uma Demonstração do Resultado do Exercício. Os sócios se reunirão até o dia 15 de março do ano seguinte e aprovarão em Assembléia Ordinária as Demonstrações Financeiras, bem como a Destinação Geral dos Resultados do Exercício.

Aprovação também a remuneração dos sócios-gerentes.

OITAVA - DA CESSÃO DE QUOTAS, DA INCAPACIDADE E MORTE DE SÓCIOS

As quotas do capital social não poderão ser alienadas a terceiros estranhos à sociedade, sem que seja dado direito de preferência aos sóque nela permanecerem, sendo-lhes assegurada tal preferência igualdade de condições, preço por preço. A allenação é vedada à estrangeiros ou a pessoas jurídicas,

caso de falecimento de um dos sócios, a sociedade não será dissoivida ou extinta, cabendo aos sócios remanescentes determinar o levantamento de um Balanço Especial, na data do falecimento ocorrido. herdeiros do pré-morto, deverão em 90 (noventa) dias da data do Balanço Especial, manifestar a sua vontade de serem ou não, integrados à à sociedade, recebendo os Direitos e Obrigações contratuais do pré-morto, ou então, receberão os seus haveres apurados até o Balanço Especial, em 10 (dez) prestações iguals e sucessivas, vencendo-se a meira após 120 (cento e vinte) dias da data do Balanço Especial.

A sociedade será dissolvida nos casos legais e/ou por consenso dos sóclos através de reunião devidamente registrada.

A reunião dos sócios que decidir a dissolução da sociedade, determinará a sua forma e funcionamento nesta fase, fixando o devido prazo para esta.

NONA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

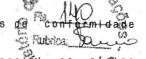
A qualquer tempo, mediante decisão que represente a maioria do capital social da empresa, poderá este instrumento ser alterado em todos os seus dispositivos, respeitadas as formalidades legais, após a obtenção de prévia autorização do Poder Concedente.

2º Tabelionato de Notas e 3º Ofício de Protestos de States de Rua Dona Francisca, 363 - Centro - Fone/Fax: (47) 3422-6968 - CEP 89201-250 --- AUTENTICAÇÃO 267647 Autentico a presente cópia fotostática por sel reprodução fiel do documento que me foi apresentado. com a qual conferi e dou fé. Joinville, 17 de agosto de 2911/15/36:56

Em testemunho da verdade. Selo Digital de Fiscalização - Selo normal CLL94219-IZIZ

DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Os casos omissos neste instrumento, serão resolvidos com as disposições legals aplicáveis.



Em cumprimento ao que dispõe toda a Legislação Comercial, os sóc qualificados na Cláusula Segunda, declaram expressamente que não tão incursos em nenhum dos crimes previstos em lei, que os impeça 50 C+08 exercer atividades mercantis.

E por estarem de comum acordo, assinam o presente instrumento em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, para que produzam um só efeito, o que fazem na presença de duas testemunhas que a tudo assistiram e também assinam, sendo a primeira via para o devido registro na Junta Comercial, e as demais devolvidas aos arquivos da sociedade depois anotadas.

Joinville, 30 de junho de 1993

MARIA LUIZA LOYOLA COLIN

JURACY RIBEIRO

TESTEMUNHAS

PATRICTO ALANO CPF Nº 311.743.889-00

MARTLISE FRITZRE CPF Nº 634.833.779-34

2º Tabelionato de Notas e 3º Ofício de Protestos de Títulas OO TAG Rua Dona Francisca, 363 - Centro - Fone/Fax: (47) 3422-6968 - CEP 89201-250 - Joinvill ---- AUTENTICAÇÃO 267847 +

Autentico a presente cópia fotostática por ser/
reprodução fiel do documento que me foi apresentado,
com a qual conferi e dou fé.
Joinville, 17 de agosto de 2011. 16:36:55

Em testemunno da verdade/ Selo Digital de Fiscalização - Selo normal CLL94218-UM44

SEIO DIGITAL DE PISCALIZAÇÃO - SEIO NOTMAL CLL39218-DIVIDA

CONFIRA OS GACIOS do ato em: selo.tjsc.jus.br

Osciluari emenda ou rasura sorá considerado como indicio de adulteração ou tentativa de fraude.

Osciluari emenda ou rasura sorá considerado como indicio de adulteração ou tentativa de fraude.

Osciluari emenda ou rasura sorá considerado como indicio de adulteração ou tentativa de fraude.

Osciluario de la como de la com

96/063727-3 SÃO LTDA

COLINHALFIN EMPRESA DE RADIO DIFUSÃO LTDA

CGC/MF 85.221.208/0001-93

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 03

Aos quinze dias do mês de Maio de 1996, reuniram-se em Joinville-SC à Rua Dr. João Colin, 362 - 1º andar, os quotistas MARIA LUIZA LOYOLA COLIN, Brasileira, Casada, Advogada, residente e domiciliada à Rua Barão de Capanema, 236 - 4º andar, Jardim América, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, portadora da Cédula de Identidade nº 2/R 47.436 expedida pela SSP-SC e Cadastro de Pessoa Física - CPF/MF nº 068.149.051-91; MARIA TEREZA LOYOLA COLIN, Brasileira, Viúva, Historiadora, residente e domiciliada à Rua São Joaquim, 80 - Apto 401 Centro, na cidade de Joinville, estado de Santa Catarina, portadora da Cédula de Identidade nº 11.816.087 - expedida pela SSP-SP e Cadastro de Pessoa Física - CPF/MF nº 152.982.131-20 e JURACY RIBEIRO, Brasileiro, Casado, Técnico em Contabilidade, residente e domiciliado à Rua Aquidaban, 490 - Bairro Glória em Joinville - estado de Santa Catarina, portador da Cédula de Identidade nº 137.694 - expedida pela SSI-SC e Cadastro de Pessoa Física CPF/MF nº 003,217,299-00, únicos sócios componentes da Sociedade que gira sob a Razão Social de COLINHALFIN EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA, empresa com sede e foro à Rua Dr. João Colin, 362 - 1º andar, na cidade de Joinville, estado de Santa Catarina, devidamente inscrito no CGC/MF sob nº 85.221.208/0001-93 com o Contrato Social e Alteração do Contrato Social arquivados na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob o nº 02/08/94, RESOLVEM por este instrumento particular 422,0151736,6 em alterar o referido Contrato Social consolidando suas cláusulas, conforme segue:

AUMENTO DE CAPITAL

Aumentar o Capital da Sociedade, com a incorporação de R\$ 9.724,00 (Nove Mil Setecentos e Vinte e Quatro Reais), provenientes da Reserva de Correção Monetária de Capital Social e com o aproveitamento de Lucros

2º Tabelionato de Notas e 3º Ofício de Protestos de Títu Rua Dona Francisca, 363 - Centro - Foné/Fax: (47) 3422-6968 - CEP 89201-250 - Joinville

------ AUTENTICAÇÃO 267647

Autentico a presente cópia fotostática por ser reprodução fiel do documento que me foi apresentado, com a qual conferi e dou fe.

Joinville, 17 de agosto de 20/11

Em testemunho da verdade. Selo Digital de Fiscalização / Selo normal CLL\$4197-4IXK

Selo Digital de Fiscalização / Selo normal CLL\$4197-4IXK
Confira os dados do ato end: selo.tjsc.jus.br
1 Apalque emenda ou rasura será considerado como indicio de adulteração ou tentativa de fraude.

| Oppolition emenda our rasura serà consideratio como indicio de adulteração ou tentativa de fraude.
| Rub Silva - Indent. | Cliedia Maria Fech de Siva - Indents Schribetz. | Maria Elica Metrel de Silva - Indents Schribetz. | Vara Silvase Jamenia - Indelts Schribetz have Indents Indents Indents Silvas Salter - Excevente; | Michela Patrel - Excevente | Nichela Patrel - Excevente | Niche



Acumulados resultantes de R\$ 46.782,04 (Quarenta e Seis Mil, Setecentos Oitenta e Dois Reais e Quatro Centavos) no ano de 1993 e R\$ 55.957,60 (Cinqüenta e Cinco Mil, Novecentos e Cinqüenta Sete Reais e Sessenta Centavos) no ano de 1994 perfazendo um total de R\$ 112.500,00 (Cento e Doze Mil e Quinhentos Reais).

DO CAPITAL SOCIAL

O Capital Social é de Cr\$ 100.000,00 (Cem Mil Cruzeiros) convertidos para R\$ 36,36 (Trinta e Seis Reais e Trinta e Seis Centavos), e com um aumento de R\$ 112.463,64 (Cento Doze Mil, Quatrocentos e Sessenta e Três Reias e Sessenta e Quatro Centavos), perfazendo o total de R\$ 112.500,00 (Cento e Doze Mil e Quinhentos Reais) divididos em 12.500 (Doze Mil e Quinhentas) quotas, todas no valor unitário de R\$ 9,00 (Nove Reais) cada uma, sendo as mesmas distribuídas da seguinte forma:

- A sócia MARIA LUIZA LOYOLA COLIN, será possuidora de 9.375 (Nove Mil, Trezentos e Setenta e Cinco) quotas equivalentes a R\$ 84.375,00 (Oitenta e Quatro Mil Trezentos e Setenta e Cinco Reais), representando 75% (Setenta e Cinco por Cento) de participação no Capital Social.
- A sócia MARIA TEREZA LOYOLA COLIN, será possuidora de 2.500 (Duas Mil e Quinhentas) quotas equivalentes a R\$ 22.500,00 (Vinte e Dois Mil e Quinhentos Reais) representando 20% (Vinte por cento) de participação no Capital Social; e
- O sócio JURACY RIBEIRO, será possuidor de 625 (Seiscentas e Vinte e Cinco) quotas equivalentes a R\$ 5.625,00 (Cinco Mil Seiscentos e Vinte e Cinco Reais) representando 5% (Cinco por Cento) de participação no Capital Social.

2º Tabelionato de Notas e 3º Ofício de Protestos de Títules
Rua Dona Francisca, 363 - Centro - Fone/Fax: (47) 3422-6968 - CEP 89201-250 - Joinville

AUTENTICAÇÃO 287647

Autentico a presente cópia fotostática por ser reprodução fiel do documento que me foi apresentado, com a qual conferi e dou fé.

Joinville, 17 de agosto de 20/11 5:36:49

Em testemunho da verdade.

Selo Digital de Fiscalização - Selo normal CLL/94198-PI00

Confira os dados do ato em/ selo tisc jus. br

| Confirmation of Cados do ato em/ selo.tisc.ius.br
| Subject emenda ou rasura será consideração como indicip de adulteração ou tentativa de fraude.
| Rath Sina - Result | Claude Baria fect de Sina - Local Sachetar. | Irac Sina de Sachetar. | Ira

my t

atos 143

Todas as demais cláusulas e condições estabelecidas nos atos constitutivos da sociedade não alcançado pelo presente instrumento, permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados assinam, o presente instrumento particular de Alteração Contratual em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

Joinville-SC, 15 de maio de 1996.

MARIA LUIZA LOYOLA COLIN

MARIA TERESA LOYOLA COLIN

JURACY RIBEIRO

TESTEMUNHAS

CLÉLIA MARA COELHO POFO CPF 556.408 189-72 CI 2/R 1.862.652- SSP-SC

AIRTON SAVIO POFO CPF 631.187.779- 15 CI 2/R 1.134.640. SSP- SC

2º Tabelionato de Notas e 3º Ofício de Protestos de Título de Rua Dona Francisca, 363 - Centro - Fone/Fax: (47) 422-6968 - CEP 89201-250 - Joinville - September 2001 - Septembe

My Sun

COLINHALFIN EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA

C.N.P.J. N°. 85.221.208/0001-93

4ª. ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

MARIA LUIZA LOYOLA COLIN, brasileira, casada no regime de comunhão universal de bens, advogada, natural de Joinville - SC., residente e domiciliada na cidade de São Paulo - SP., à Rua Barão de Capanema, nº. 236, 4°. Andar, Jardim América, portadora da Carteira da OAB-SC. sob n°. 5.678, inscrita no C.P.F. sob nº. 068.149.051-91; MARIA TERESA COLIN HALFIN, brasileira, viúva, historiadora, natural de Joinville - SC., residente e domiciliada na cidade de São Paulo - SP., à Alameda Casa Branca, nº 1.143, apartamento nº. 71, 7º. Andar, portadora da Carteira de Identidade nº. RG.11.816.087-4-SSP/SP, inscrita no C.P.F. sob n°.152.982.131-20; JURACY RIBEIRO, brasileiro, casado no regime de comunhão universal de bens, técnico em contabilidade, natural de Canoinhas - SC., residente e domiciliado nesta cidade de Joinville - SC., à Rua Aquidaban, nº. 490, bairro Glória, portador da Carteira de Identidade nº. 2/R.137.694-SSI/SC., inscrito no C.P.F. sob nº. 003.217.299-00, únicos sócios componentes da Sociedade que gira denominação social de COLINHALFIN **EMPRESA** RADIODIFUSÃO LTDA., com sede e foro nesta cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, à Rua Dr. João Colin, nº. 362, 1º. Andar, bairro Centro, CEP. 89.201-300, inscrita no C.N.P.J. sob n°. 85.221.208/0001-93, com contrato social registrado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob nº. 422.0151736.6 em 23 de dezembro de 1991, e Alterações Contratuais arquivadas e registradas em 23/12/1991, em 02/08/1994 e em 15/10/1996, resolvem por esse instrumento particular, alterar o contrato social da sociedade conforme segue:

<u>ALTERAÇÃO ÚNICA</u> - Dar nova redação ao Contrato Social, adaptado ao novo código civil, que substituirá e consolidará todas as Cláusulas e condições do Contrato Social constitutivo e Alterações, à saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Sociedade girará sob o nome comercial de "COLINHALFIN EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA.", tendo sua sede e foro nesta cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, à Rua Dr. João Colin, n°. 362, 1°. Andar, Bairro Centro, CEP. 89.201-300.

2º Tabelionato de Notas e 3º Ofício de Protestos de Langua Sa Rua Dona Francisca, 363 - Centro - Fone/Fax: (47) 3422-6968 - CEP 89201-250 - CE

Autentico a presente cópia fotostática por ser reprodução fiel do documento que me foi apresentado com a qual conferi e dou fé.

Joinville, 17 de agosto de 2011/15:35:55

Em testemunho da verdade.

Selo Digital de Fiscalização - Selo normal CLL94216-Q60K

Confira os dados do ato em: selo.tisc.jus.br

Cinalous emenda ou razum será considerado como indició de didiciração ou tentativa de fraude.

Qualquer omenda ou rasura será considerado como indicio de adulteração ou terfativa de fraude.

in situa labera — Electio Marie Fect de Situa - labelis Substitute; — Marie Eliza Westel de Situa - Tabelis Substitute; — Fers Situans I maniei - Tabelis Substitute; — Fers Situans I maniei - Tabelis Substitute; — Response I man

1

145 Fruit

<u>CLÁUSULA SEGUNDA</u> - A Sociedade terá por objeto a exploração de radiodifusão, bem como a participação como cotista ou acionista em outras sociedades.

<u>CLÁUSULA TERCEIRA</u> - A Sociedade é constituída por prazo indeterminado, observando-se, quando da sua dissolução, os preceitos da lei em vigência, tendo iniciado suas atividades em 31 de julho de 1991.

<u>CLÁUSULA QUARTA</u> - O capital social, inteiramente subscrito e integralizado em moeda corrente do país, na importância de R\$ 112.500,00 (cento e doze mil e quinhentos reais), dividido em 12.500 (doze mil e quinhentas) quotas no valor de R\$ 9,00 (nove reais) cada uma, ficando assim distribuído entre os sócios:

Sócio	Valor (R\$)	Quotas	<u>%</u>
Maria Luiza Loyola Colin	84.375,00	9.375	75
Maria Tereza Colin Halfin	22.500,00	2.500	20
Juracy Ribeiro	5.625,00	625	5
Surdey Title one	112.500,00	12.500	100

<u>Parágrafo Primeiro</u> - No caso de obtenção de mais de uma Outorga, o capital social da sociedade será aumentado de modo a atender as exigências financeiras, econômicas, patrimoniais e legais do Poder Concedente.

Parágrafo Segundo - As quotas da sociedade são individuais e não poderão ser transferidas ou alienadas a qualquer título a terceiros, sem o consentimento unânime dos demais sócios cabendo a estes o direito de preferência na sua aquisição, na proporção das cotas que possuírem, e ainda com a aquiescência do Poder Concedente, quando a operação implicar alteração do controle societário.

<u>CLÁUSULA QUINTA</u> - Nos termos previstos na legislação que regulamenta o serviço de radiodifusão, será permitida a participação de estrangeiros ou de brasileiros naturalizados há menos de dez anos ou de pessoas jurídicas, no capital da sociedade.

CLÁUSULA SEXTA - Os sócios que desejarem transferir suas cotas deverão notificar, por escrito, a sociedade, discriminando-lhe o preço, a forma e o prazo de pagamento, para que esta, através dos demais sócios, exerça ou renuncie ao direito de preferência, o que deverá fazer no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento da notificação, ou em maior prazo, a critério do sócio alienante. Decorrido esse prazo, sem que haja exercido o direito de preferência, as cotas poderão ser invremente transferidas.

2º Tabelionato de Notas e 3º Ofício de Protestos de Tables de Value de Protestos de Tables de Value de Protestos de Value de Value de Protestos de Value de V

Autentico a presente copia fotostática por ser reprodução fiel do documento que me foi apresentado, com a qual conferi e dou 16.

Joinville, 17 de agosto de 2011, 15,36:55

Em testemunho da verdade/ Selo Digital de Fiscalização - Selo normal CLL94215-WUPL

Confirm os ciados do ato em: selo.tisc.jus.br qualquer emenda ou rasura será considérado como indicio do adulteração ou pentativa de fraude.] Reda Sára - Isbello - Cladas Maria fecta Sára - Isbello Saturbus. | Maria Metel de Sára - Isbello Sabristan | | Yara Sárana Inaseini - Isbello Sabristan | Cristiana Reinet Nicira - Ecrevente: | Luciase de Berba y Sacrevente: | Maria Usefal Isbello Sára Sálar - Carevente: | Michelo Fateni - Iscorrente; _

<u>CLÁUSULA SÉTIMA</u> - A responsabilidade de cada sócio é restrita a valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

<u>CLÁUSULA OITAVA</u> - A sociedade, por todos os sócios, se obriga a cumprir rigorosamente todas as leis, regulamentos e as instruções vigentes ou que vierem a vigorar, referentes à Radiodifusão e à Segurança Nacional.

<u>CLÁUSULA NONA</u> - As deliberações sociais ainda que impliquem em alteração contratual, poderão ser tomadas por sócios que representem a maioria absoluta do capital da sociedade.

<u>CLÁUSULA DÉCIMA</u>- O quadro de pessoal será sempre constituído, ao menos, de 2/3 (dois terços) de trabalhadores brasileiros.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - A Sociedade será administrada por um ou mais sócios a quem compete, privativa e individualmente, o uso do nome empresarial e a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial, sendo-lhe vedado, entretanto, o seu emprego em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações, seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade sem autorização dos sócios.

<u>CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA</u> - A investidura no cargo dos administradores, somente poderá ocorrer após haverem sido aprovados pelo Poder Concedente.

<u>CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA</u> - Os Sócios Administradores serão eleitos em Assembléia Geral Extraordinária, com presença de maioria absoluta do capital social, com mandato de dois anos, podendo ser reeleito.

<u>CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA</u> - A sociedade será administrada pelas sócias MARIA LUIZA LOYOLA COLIN e MARIA TERESA COLIN HALFIN, e pelo sócio JURACY RIBEIRO, que tem o direito de representar a sociedade perante terceiros, em juízo ou fora dele, com intitulação de Sócio Administrador, assinando individualmente todos os atos da sociedade, ficando proibido o uso da denominação em negócios estranhos à sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Somente o Sócio Administrador que efetivamente prestar serviço à sociedade, perceberá a título de pró-labore, a quantia mensal fixada em comum até o limite da dedução fiscal, prevista na legislação do imposto de renda, que será levado a débito da conta de Lucros e Perdas.

2º Tabelionato de Notas e 3º Ofício de Protestos de Stulles de Rua Dona Francisca, 363 - Centro - Fone/Fax: (47) 3422-8968 - CEP 89201-250 (2017) ille

Autentico a presente cópia fotostática por ser reprodução fiel do documento que me foi apresentado, com a qual conferi e dou fé.

Joinville, 17 de agosto de 2011, 16:36:54

Em testemunho da verdade.
Selo Digital de Fiscalização - Selo normal CLL94214-Z88U

Confira os ciados do ato em selo tisc jus br
Qualque emenda ou rasura será considerado como indicio de adulteração ou tentativa de fraude.

Buth Siles - bene : Checia libra i facia Siles - labelis Sastellate; I buth siles Wetel de Siles - labelis Sastellate; I brais Siles Sastellate; I brais Sastell

3

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Os administradores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou à propriedade.

<u>CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA</u> - O sócio administrador poderá fazer-se representar por procurador ou procuradores, que os representarão em todos os atos de interesse da sociedade, gerindo e administrando, desde que com a aprovação prévia do Poder Concedente.

<u>CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA</u> - O ano social coincidirá com o ano civil, devendo a 31 de dezembro de cada ano, ser procedido o Balanço Geral da sociedade, obedecidas as prescrições legais e técnicas pertinentes à matéria. Os resultados serão atribuídos aos sócios proporcionalmente às quotas de capital que possuírem, podendo os lucros, à critério dos sócios, serem distribuídos ou ficarem em reserva na sociedade.

<u>CLÁUSULA DÉCIMA NONA</u> - A distribuição dos lucros será sempre sustada quando se verificar a necessidade de atender a despesas inadiáveis que impliquem no funcionamento normal da estação de radiodifusão.

<u>CLÁUSULA VIGÉSIMA</u> - O falecimento de qualquer dos sócios não dissolve necessariamente a sociedade, ficando os herdeiros e sucessores subrogados nos direitos e obrigações do "de cujus", podendo nela fazerem-se representar, enquanto indiviso o quinhão respectivo, por um dentre eles, devidamente credenciado pelos demais.

<u>Parágrafo Primeiro</u> - Os herdeiros poderão ingressar na sociedade, caso não haja impeditivo legal quanto sua capacidade jurídica, mediante aprovação do Poder Concedente.

<u>CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA</u> - A responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa da empresa caberão somente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

<u>CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA</u> - Dependerão de prévia autorização do Poder Concedente, as alterações contratuais que resultem em mudança dos objetos sociais, modificação do quadro diretivo, cessão de cotas ou aumento do capital social que impligarem alteração do controle societario.

2º Tabelionato de Notas e 3º Ofício de Protestos de Astronomo Rua Dona Francisca, 363 - Centro - Fone/Fax: (47) 3422-6968 - CEP 89201-250 - Aprillo - Se

Autentico a presente cópia fotostática por ser reprodução fiel do documento que me foi apresentado, com a qual conferi e dou fé.

Joinville, 17 de agosto de 2071. 15/36:54

Em testemunho da verdade.
Selo Digital de Fiscalização - Selo normal CLL942/3-ZYDS

Confira os Jados do ato em selo filis C. Judi teração ou tentativa de fraude.

| Reits Sair - Salph | Claude Maria Fuet de Sair - Salah Sachetet: | Dianta Blass Wared de Sair - Bablis Salathitet; | Tex Salaes Saesaini - Jadelis Salathitets | International Salathitets | Internationa

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos de acordo com os dispositivos legais que regem a matéria.

E por assim estarem justos e contratados, lavram, datam a assinam, juntamente com duas testemunhas, o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, obrigando-se por si e seus herdeiros a cumprí-lo em todos os seus termos.

Joinville - SC., 05 de Dezembro de 2003

Maria Luiza Rojola Colur

MARIA LUIZA LOYOLA COLIN

Y RIBEIRO

2º Tabelionato de Notas e 3º Ofício de Protestos de Título Rua Dona Francisca, 363 - Centro - Fone/Fax: (47) 3422-6968 - CEP 89201-250

--- AUTENTICAÇÃO 267647 -

Autentico a presente cópia fotostática por ser reprodução fiel do documento que me foi apresentaço. com a qual conferi e dou fé.

Joinville, 17 de agosto de 201

Em testemunho da verdade Selo Digital de Fiscalização - Selo normal CLL94212-CIX9

Confira os dados do ato em selo.tisc.jus.br

Layetquer emenda ou rasura será considerado com indicio de adulteração ou tentativa de fraude.

Augetquer emenda ou rasura será considerado com indicio de adulteração ou tentativa de fraude.

Bath Sias - Intelia — O tanda lista fota Sias - Intelia Sabistinat. — Intelia Sabistinat. — Tras diseas Estamais - Intelia Sabistinat.

Diciolase Reinari Nicha - Escrevente. — Intelia Sabistinat. — Maria Cladio line de Sias Sabis - Escrevente. — Michai Patent - Escrevente.

Wiledia Aguise Brane - Escrevente. — Viana Nodel Entandit de Moora - Escrevente.

TESTEMUNHAS:

VERGENOR MATTHIES : 293.789.239-68

2/R.689.224-SSI/SC.

MARLISE EUNICE FRITZKE

CPF.: 634.633.779-34

C.I.: RG. 1.355.265-SSP/SC.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

CERTIFICO O REGISTRO EM: 03/05/2004

SOB Nº: 20040328481 Protocolo: 04/032848-1

Empresa: 42 2 0151736 6 COLINHALFIN EMPRESA DE RADIO DIFUSAO LTDA

FABIANA EVERLING DE FREITAS SECRETÁRIA GERAL



000000000

C

C

Ċ

C

Instrumento Particular de 5ª Alteração e Consolidação do Contrato Social de ColinHalfin Empresa de Radiodifusão Ltda.

CNPJ N°. 85.221.208/0001-93

Maria Luiza Loyola Colin, brasileira, viúva, advogada, natural de Joinville, Estado de Santa Catarina, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Barão de Capanema, n°. 236, 4°. Andar, Jardim América, portadora de carteira da OAB-SC, sob n°. 5.678, inscrita no CPF. sob nº. 068.149.051-91;

Maria Teresa Colin Halfin, brasileira, viúva, historiadora, natural de Joinville, Estado de Santa Catarina, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Casa Branca, nº. 1.143, apartamento nº. 71, 7º. Andar, Jardim América, portadora da Cédula de Identidade nº. RG. 11.816.087-4-SSP/SP. Inscrita no CPF. sob nº. 152.982.131-20;

Juracy Ribeiro, brasileiro, casado no regime de comunhão universal de bens, técnico em contabilidade, natural de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, residente e domiciliado na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, na Rua Aquidaban, nº. 490, Bairro Glória, portador da Cédula de Identidade nº. 2/R.137.694-SSI/SC e inscrito no CPF sob nº. 003.217.299-00,

únicos sócios componentes da Sociedade que gira sob a denominação social de ColinHalfin Empresa de Radiodifusão Ltda. com sede e foro na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, na Rua Dr. João Colin, nº. 362, 1º. Andar, Bairro Centro, CEP. 89.201-300, inscrita no C.N.P.J. sob nº. 85.221.208/0001-93, com Contrato Social registrado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob nº. 422.0151736.6 em 23 de Dezembro de 1991 e Alterações Contratuais arquivadas e registradas em 23/12/1991, em 02/08/1994, 15/10/1996, sendo a última alteração consolidada em 03 de Maio de 2.004, arquivada sob o n. 20040328481,

ColinHalfin

Página 1

2º Tabelionato de Notas e 3º Ofício de Protestos de Time Rua Dona Francisca, 363 - Centro - Fone/Fax: (47) 3422-6968 - CEP 89201-250 - Joi **AUTENTICAÇÃO 267647** fotostática por ser

Autentico a presente cópia/ reprodução fiel do documento/que me foi apresentado com a qual conferi e dou fé.

Joinville, 17 de agosto de 20/1.

Em testemunho da verdade Selo Digital de Fiscalização - Selo normal CLL94178-LKKW

Confira os ciados do ato em selo tisc jus br | Ruth Sires - Heefing | Christian de Grant Sires - Tabelia Substitute; | Maria Eliza Westel da Sire - Indefini Seleziante; | Maria Eliza Westel da Sire - Indefini Seleziante; | Tare Sires Inanamia - Inhe Sires - Indefini Seleziante; | Maria Eliza Westel da Sire - Indefini Seleziante; | Tare Sires Inanamia - Inhe | Circinane Reinest Micha - Escrevente; | Lucine de Salva - Inspector | Maria Eliza | Maria E



CONSIDERANDO a vontade dos sócios de alterar o Contrato Social, especialmente quanto ao objeto social, à administração da sociedade, aos quoruns de deliberação, aos critérios de distribuição de lucros e apuração de haveres; e

CONSIDERANDO também a necessidade de reorganizar as cláusulas do Contrato Social, de sorte a evitar repetições e agrupar os temas semelhantes de acordo com o ordenamento societário, permitindo uma interpretação mais clara do Contrato;

resolvem por esse Instrumento Particular, alterar o Contrato Social da sociedade nas seguintes condições:

Primeira: A sociedade passará a ser administrada por dois sócios em conjunto, devendo um deles ser necessariamente uma das sócias, Maria Luiza Loyola Colin ou Maria Teresa Colin Halfin, podendo estas e cabendo-lhes com exclusividade e em conjunto, nomear, por instrumento público e prazo determinado, procurador com poderes específicos e detalhados para tal fim, representante este que, agindo em nome das duas sócias administradoras, não poderá contrair obrigações ou garantir dívidas em valores superiores a 20 (vinte) salários mínimos (base nacional).

Segunda: Observadas as condições da cláusula segunda acima, aos sócios compete, privativamente, o uso do nome empresarial e a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial, sendo-lhes vedado o seu emprego em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações, seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade sem prévia deliberação dos sócios.

Terceira: A sociedade, mediante deliberação da maioria do capital social e aprovação do Poder Concedente, poderá abrir filiais, agências ou escritórios, em qualquer parte do território nacional, fixando para os devidos fins e efeitos legais o capital social de cada unidade.

Coli 2º Tabelionato de Notas e 3º Ofício de Protestos de Títulosco Rua Dona Francisca, 363 - Centro - Fone/Fax: (47) 3422-6968 - CEP 89201-250 - Joinville

> --- AUTENTICAÇÃO 267647 -Autentico a presente cópia fotostática por ser reprodução fiel do documento que me foi apresentado, com a qual conferi e dou fé.

Joinville, 17 de agosto de 2011

Em testemunho da verdade Selo Digital de Fiscalização Selo normal CLL94179-VIYV Confira os dados do ato em: selo tisc jus br Qualquer emenda ou rasura será considerado corpo indicio de adulteração ou tentativa de fraude.

| Reth Shr. Hends. | Diede Maria Facka Shr. Hehdi Sobelinits. | Blagk filia Westerfel Sile. Hehdi Sobelinits. | Blagk filia Westerfel Sile. Hehdi Sobelinits. | Blagk filia Westerfel Sile. Hehdi Sobelinits. | Tars Silese Benasini - Iabeliä Sobelinits. | Tars Silese Benasini - Iabelia Sobelinits. | Blagk filia Westerfel Sile. Hendi Sobelinits. | Blagk filia Westerfel Sile. Hendi Sobelinits. | Blagk filia Westerfel Sobelia Sobelinits. | Blagk filia Westerfel So nte; 🗖 Vilina Neldi Gelhardt de Moura - Escre Rifcoia Agoiat Bruno - Escre

Quarta: As deliberações sociais passam a ser tomadas em reuniões ordinárias extraordinárias. Os sócios poderão se fazer representar nas reuniões por procurador constituído com poderes específicos para votar nas matérias que estiverem em pauta, podendo esse procurador com poderes especiais também assinar instrumentos de alteração contratual. O quorum de aprovação é o da maioria absoluta das quotas, salvo quorum mais qualificado exigido em lei ou no contrato social. Dependerão ainda da aprovação de mais de 75% das quotas representativas do Capital Social: a alienação ou oneração de bens imóveis; a concessão de garantias ou assunção de obrigações em favor de terceiros, condicionadas sempre à observância do interesse social; a nomeação de liquidante e a aprovação de suas

C

C

 \mathbb{C}

C

C

C

C

C

Quinta: O sócio que desejar transferir suas quotas a terceiros deverá previamente notificar, por escrito, os demais sócios, discriminando-lhes o preço, a forma e o prazo da proposta em igualdade de condições, para que estes exerçam ou renunciem ao direito de preferência na aquisição, o que deverão fazer no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da notificação, ou em maior prazo, a critério do sócio alienante.

contas. A admissão de novo sócio, salvo na hipótese de sucessão causa mortis, dependerá da

aprovação de mais de 4/5 (quatro quintos) do Capital Social

Sexta: Findo o prazo aludido na cláusula acima, o sócio alienante poderá transferir suas quotas a terceiros, nas mesmas quantidades, preços, prazos e condições oferecidos aos sócios, salvo, quanto às quantidades, se tiver havido aquisição parcial da oferta por um dos sócios. Essa alienação deverá ocorrer no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do não exercício do direito de preferência ou da aquisição parcial feita por um ou mais sócios, valendo como termo o evento que ocorrer por último. Após esse prazo, o sócio alienante deverá oferecê-las, novamente, aos outros quotistas e, assim, sucessivamente.

Sétima: Na retirada de qualquer sócio, seja qual for o motivo, o recebimento do valor das quotas, fixado em função do patrimônio líquido da sociedade, por meio de Balanço levantado especialmente para este fim em até 60 (sessenta) dias após o evento, ocorrerá em 12 (doze)

ColinHalfin

Página 3

2º Tabelionato de Notas e 3º Ofício de Protestos de Titudo Cerro Rua Dona Francisca, 363 - Centro - Fone/Fax: (47,3422-6968 - CEP 89201-250 - Joinvilla SC - AUTENTICAÇÃO 267647 - Autentico a presente cópia fotostática por ser reprodução fiel do documento que me foi apresentado com a qual conferi e dou fé - Joinville, 17 de agosto de 2811 / 15:36:44

Em testemunho da verdade - Selo Digital de Fiscalização - Selo normal CLL 94188-1D9E

Confira os dados do ato em selo tisc. jus. br | Para Reiner Bitales desiguar, Para Sinase Isanasia: - Inhaitis Selaititus; | Inhaitis Reinert Bitales Listinase de Berla - Escrepata; | I Italia Reinert Bitales Listinase (I Italia Baisant Fisteresete): | I Italia Reinert Bitales Listinase (I Italia Baisant Fisteresete): | Riccita Reinert Bitales Listinase (I Italia Baisant Fisteresete): | Reiner Bitales Listinase (I Italia Baisant Fisteresete): | Riccita Reinert Bitales Listinase (I Italia Baisant Reinert Bitales Listinase) | Riccita Aguina Bravo - Escrepatar; | Wilma Reinert Bitales - Escrepatar; | Wilma Reinert B



prestações mensais, iguais e consecutivas, corrigidas e com juros de 1% (hum por cento) ao mês, vencendo-se a primeira delas 30 (trinta) dias após o Balanço Patrimonial Especial.

Em razão das alterações havidas, resolvem os sócios reformar e consolidar o Contrato Social, substituindo as cláusulas que foram consolidadas na sua quarta alteração, passando a ser regido pelas seguintes cláusulas:

> Contrato Social Consolidado de Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada ColinHalfin Empresa de Radiodifusão Ltda. CNPJ N°. 85.221.208/0001-93

Maria Luiza Loyola Colin, brasileira, viúva, advogada, natural de Joinville, Estado de Santa Catarina, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Barão de Capanema, nº. 236, 4º. Andar, Jardim América, portadora de carteira da OAB-SC, sob nº. 5.678, inscrita no CPF. sob n°. 068.149.051-91;

Maria Teresa Colin Halfin, brasileira, viúva, historiadora, natural de Joinville, Estado de Santa Catarina, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Casa Branca, nº. 1.143, apartamento nº. 71, 7º. Andar, Jardim América, portadora da Cédula de Identidade nº. RG. 11.816.087-4-SSP/SP. Inscrita no CPF. sob nº. 152.982.131-20;

Juracy Ribeiro, brasileiro, casado no regime de comunhão universal de bens, técnico em contabilidade, natural de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, residente e domiciliado na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, na Rua Aquidaban, nº. 490, Bairro Glória, portador da Cédula de Identidade nº. 2/R.137.694-SSI/SC e inscrito no CPF sob nº. 003.217.299-00,

ColinHalfin

2º Tabelionato de Notas e 3º Ofício de Protestos de Tíl Rua Dona Francisca, 363 - Centro - Fone/Fax: (47) 3122-6968 - CEP 89201-250 - Join

AUTENTICAÇÃO 28784

Autentico a presente cópia fotostática por ser reprodução fiel do documento que me foi apresentado. com a qual conferi e dou fé,

Joinville, 17 de agosto de 2

Em testemunho da verdad Selo Digital de Fiscalização - Selo normal CLL94181-ZR2Y

Confira os dados do ato em: selo.tisc.jus.br Diadquer emenda ou rasura serà considerado como indicio de adulteração ou tentativa de fraude.

Rath Silva - Maria : Diadis Maria Fret da Silva - Islaefa Sobasthet | Maria Elisa Westel da Silva - Islaefa Sobastheta; | Tera Silvare Issaelini Sobast Cristiane Reinert Klitzke - Escrevente: Luciane de Borbe - Escrevente: Mitchia Appiar Brune - Escrevente ote; 🔲 Maria Cláudia Lino da Silva Salfer - Escravente; 🔲 Michole Patrolt - Esc ite: 🔲 Vilma Noldi Galbardt de Moore - E

pelo presente instrumento e na melhor forma de Direito, celebram o presente contrato de sociedade por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá pelas disposições legais pertinentes e ainda pelas seguintes cláusulas e condições.

Denominação e Sede

Cláusula 1ª

A sociedade girará sob o nome comercial de "Colinhalfin Empresa de Radiodifusão Ltda.", tendo sua sede e foro na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, na Rua Dr. João Colin, nº. 362, 1º. Andar, Bairro Centro, CEP. 89.201-300.

Parágrafo Único: A sociedade por deliberação dos sócios, representando a maioria do capital social e devidamente aprovado pelo Poder Concedente, poderá abrir filiais, agências ou escritórios, em qualquer parte do território nacional, fixando para os devidos fins e efeitos legais o capital social de cada dependência.

Objeto

Cláusula 2ª

A Sociedade terá por objeto a exploração da radiodifusão, bem como a participação como quotista ou acionista em outras sociedades.

Prazo

Cláusula 3ª

A Sociedade é constituída por prazo indeterminado, observando-se, quando da sua dissolução, os preceitos da lei em vigência, tendo iniciado suas atividades em 31 de julho de 1991.

Capital

ColinHalfin

Página 5

2º Tabelionato de Notas e 3º Ofício de Protestos de Títulos.

Rua Dona Francisca, 363 - Centro - Fone/Fax: (47) 3422-6968 - CEP 89201-250 - Joinville - AUTENTICAÇÃO 267647

Autentico a presente cópia fotostática por ser reprodução fiel do documento que me foi apresentado, com a qual conferi e dou fé.

Joinville, 17 de agosto de 2011. 13:39:44

Em testemunho da verdade.

Selo Digital de Fiscalização - Selo normal CLL94182-BI6O

Confira os dados do ato em: selo tisc jus.br

Confira os dados do ato em: selo tisc jus.br

Bielouer emendo ou rasura será considerado e mo indicio de adulteração of tentativa de fraude.

Bielouer emendo ou rasura será considerado e mo indicio de adulteração of tentativa de fraude.

Bielos fina - indebis de libraria fina seu da Sina - indebis divistinta; de libraria de sina - indebis destinta; de libraria libraria fina - face restrict de libraria de libraria



Cláusula 4ª

O Capital Social, inteiramente subscrito e integralizado em moeda corrente do país, na importância de R\$ 112.500,00 (cento e doze mil e quinhentos reais), divididos em 12.500 (doze mil e quinhentas) quotas indivisíveis no valor de R\$ 9,00 (nove reais) cada uma, ficando assim distribuído entre os sócios:

Sócio	Valor R\$	Quotas	%
Maria Luiza Loyola Colin	84.375,00	9.375	75,00
Maria Teresa Colin Halfin	22.500,00	2.500	20,00
Juracy Ribeiro	5.625,00	625	5,00
Total	112.500,00	12.500	100,00

Parágrafo 1º: No caso de obtenção de mais de uma Outorga, o capital social da sociedade será aumentado de modo a atender as exigências financeiras, econômicas, patrimoniais e legais do Poder Concedente.

Parágrafo 2º: A responsabilidade dos sócios é limitada ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, na forma do art. 1.052 da Lei n° 10.406/02.

Cláusula 5ª

Nos termos previstos na legislação que regulamenta o serviço de radiodifusão, será permitida a participação de estrangeiros ou de brasileiros naturalizados há menos de dez anos ou de pessoas jurídicas, no capital da sociedade.

Administração

Cláusula 6ª

A sociedade será administrada sempre conjuntamente por no mínimo dois sócios, sendo um deles necessariamente uma das sócias, Maria Luiza Loyola Colin ou Maria Teresa Colin Halfin, podendo estas e cabendo-lhes com exclusividade e em conjunto, nomear, por instrumento público e prazo determinado, procurador com poderes específicos e detalhados

ColinHalfin

Página 6

mb

2º Tabelionato de Notas e 3º Ofício de Protestos de Vis Rua Dona Francisca, 363 - Centro - Fone/Fax: (47) 3422-6968 - CEP 89201-250 -

- AUTENTICAÇÃO 287647 Autentico a presente cópia fotostática por ser reprodução fiel do documento que me foi apresentado com a qual conferi e dou fé. Joinville, 17 de agosto de 2011

Em testemunho da verdade. Selo Digital de Fiscalização - Selo normal CLL94/83-69YO

Confira os dados do ato em: selo tisc jus br qualquer emenda ou rasura será considerado como indicio de adulteração oi Culquier eménda du rasura sera considérado como indicio or unumana u ou minima la manima la mani

Milcelle Aquiar Brusse - Escrevente: U Vilma Neldi Selhardt du Maura - Esc





para tal fim, representante este que, agindo em nome das duas sócias administradoras, não poderá contrair obrigações ou garantir dívidas em valores superiores a 20 (vinte) salários mínimos (base nacional).

Cláusula 7ª

Observada a forma de atuação conjunta regulada pela cláusula 6ª, todos os sócios são intitulados administradores, competindo-lhes o uso do nome empresarial e a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial da sociedade, sempre atendendo exclusivamente ao interesse social, sendo vedada a assunção de obrigações em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como a oneração ou a alienação de bens imóveis da sociedade sem prévia deliberação dos sócios.

Cláusula 8ª

A nomeação de procuradores "ad-judicia" não dependerá de instrumento público, nem deverá ser necessariamente por prazo determinado, devendo o mandato ser outorgado por uma das sócias Maria Luiza Loyola Colin ou Maria Teresa Colin Halfin.

Cláusula 9ª

Os sócios administradores terão direito a um pró-labore a ser estabelecido pela deliberação dos quotistas que representem mais de 75% do capital e cujo pagamento será levado à conta das despesas gerais da sociedade.

Cláusula 10ª

A investidura no cargo dos administradores somente poderá ocorrer após haverem sido aprovados pelo Poder Concedente.

Cláusula 11ª

ColinHalfin

O procurador nomeado na forma da cláusula 6ª deverá ser aprovado pelo Poder Concedente.

2º Tabelionato de Notas e 3º Ofício de Protestos de Títus 200 Rua Dona Francisca, 363 - Centro - Fone/Fax: (47) 3422-6968 - CEP 89201-250 - Joinv AUTENTICAÇÃO 267647 --

Autentico a presente cópia forostática por ser reprodução fiel do documento que me foi apresentado me foi apresentado. com a qual conferi e dou fé. Joinville, 17 de agosto de 201

Em testemunho da verdade Selo Digital de Fiscalização - Selo hormal CLL94184-FAKO

Confira os dados do ato em: selo/tjsc.jus.br Ruth Silva - Fabrilla Cidedia Maria Fuck da Silva - Tabelia Substituta; U Maria Hits tiel da Silva - Tabeliā Sebstituta; 🔲 Yar 🔲 Cristiano Reinert Kitche - Escrevente; 🖪 Luciano de Borba - Escrevente; 🔲 Maña Cláudía Lino da Silva Saller - Escrevente; 🗐 Milo

Niceia Agoiar Bruns - Excrevente; Vilga Nobli Golhardt de Moura - Escr

Página 7



Deliberações dos Sócios

Cláusula 12ª

As deliberações sociais serão tomadas em reunião ordinária, que se realizará anualmente na sede da sociedade para aprovação das demonstrações contábeis e das contas dos administradores, bem como para outros assuntos que forem incluídos em pauta mediante notificação escrita, com comprovante de recebimento, dos sócios e/ou dos administradores aos demais sócios e/ou administradores com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Cláusula 13ª

As deliberações sociais também poderão ser tomadas em reuniões extraordinárias a serem realizadas em território nacional, cabendo a convocação a qualquer dos sócios. A convocação deve ocorrer mediante notificação escrita, com comprovante de recebimento, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, devendo indicar local, data e horário de realização, sendo a sede da sociedade o local ordinário das reuniões sociais.

Cláusula 14ª

As decisões serão tomadas por sócios que representem a maioria absoluta do Capital Social, salvo disposição contrária do Contrato Social ou se quorum mais qualificado for exigido em lei.

Parágrafo único: Os sócios poderão se fazer representar nas reuniões por procurador constituído com poderes específicos para votar nas matérias que estiverem em pauta, podendo esse procurador com poderes especiais também assinar instrumentos de alteração contratual.

Cláusula 15^a

Dependerão da aprovação dos sócios que representem mais de 75% do Capital Social:

- a) a alienação ou oneração de bens imóveis;
- b) a concessão de garantias ou assunção de obrigações em favor de terceiros, condicionadas sempre à observância do interesse social;

ColinHalfin

Joinville, 17 de agosto de 20

2º Tabelionato de Notas e 3º Ofício de Protestos de Títulos Rua Dona Francisca, 363 - Centro - Fone/Fax: (47) 3422-6968 - CEP 89201-250 - Joinville -

-- AUTENTICAÇÃO 267647 Autentico a presente cópia fotostática por sei reprodução fiel do documento que me foi apresentado, com a qual conferi e dou fé.

Em testemunho da verdade. Selo Digital de Fiscalização /Selo normal CLL94185-7JGC

15:36:45

Confira os dados do ato em selo tisc jus.br Buth Silva - Interior D Cliedia Merie Fect de Silva - Interior D Maria Elica Wetrel de Silva - Interior D Cliedia Merie Fect de Silva - Interior D Maria Elica Wetrel de Silva - Interior D Cliedia Merie Fect de Silva - Interior D Cliedia Merie D Clied Cristiane Reinert Klitzke - Escrevente, 🕟 Luciane de Borba - Escrev Nicéla Aquiar Brano - Escreve nte: 🔲 Maria Clándia Line da Silva Salter - Escr



C

 \mathbb{C}

CCCCCC

- c) a eleição e destituição de administradores, sócios ou não;
- d) a nomeação de liquidante e a aprovação de suas contas.

Cláusula 16ª

As reuniões ordinárias e extraordinárias poderão ser dispensadas se a matéria for regulada em documento escrito assinado pelos sócios bastantes para a tomada da decisão.

Alienação de Quotas e Direito de Preferência

Cláusula 17ª

O sócio que desejar transferir suas quotas a terceiros deverá previamente notificar, por escrito, os demais sócios, discriminando-lhes o preço, a forma e o prazo da proposta em igualdade de condições, para que estes exerçam ou renunciem ao direito de preferência na aquisição, o que deverão fazer no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da notificação, ou em maior prazo, a critério do sócio alienante.

Cláusula 18ª

Findo o prazo aludido na cláusula 17ª e sem prejuízo da Cláusula 19ª, o sócio alienante poderá transferir suas quotas a terceiros, nas mesmas quantidades, preços, prazos e condições oferecidos aos sócios, salvo, quanto às quantidades, se tiver havido aquisição parcial da oferta por um dos sócios. Essa alienação deverá ocorrer no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do não exercício do direito de preferência ou da aquisição parcial feita por um ou mais sócios, valendo como termo o evento que ocorrer por último. Após esse prazo, o sócio alienante deverá oferecê-las, novamente, aos outros quotistas e, assim, sucessivamente.

Cláusula 19ª

O ingresso do novo sócio deve ser autorizado pelo Poder Concedente e dependerá, salvo na hipótese de sucessão *causa mortis*, da aprovação dos quotistas que representem mais de 4/5 (quatro quintos) do Capital Social.

2º Tabelionato de Notas e 3º Officio de Protestos de Títus Rua Dona Francisca, 363 - Centro - Fone/Fax: (47) 3422-6968 - CEP 89201-250 - Joinville - GC

Autentico a presente cópia fotostática por ser reprodução fiel do documento que me foi apresentado, com a qual conferi e dou fé.

Joinville, 17 de agosto de 2011. 15:36:48

Em testemunho da verdade.

Selo Digital de Fiscalização - Selo normal CLL94188-2052

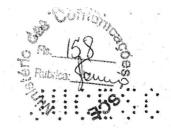
Confira os dados do ato em: selo cisac jus. br.

But Spira Buta Maria Feet à Sina - Inhalia Sabritata: Utaria Maria Clarifa line de Sina Salar: Iscarvente: Utarias é la Bata Clarifa line de Sina Salar: Iscarvente: Utarias de Para Clarifa line de Sina Salar: Iscarvente: Utarias de Para - Iscarvente: Utarias de Para - Iscarvente: Utarias de Maria - Iscarvente: Utarias de Para - Iscarvente: Utarias de Maria - Iscarvente: Utarias de Para - Iscarvente: Utarias de Maria - Iscarvente: Utarias de Para - Iscarvente: Utarias de Maria - Iscarvente: Utaria

Página 9

m. B.

M



Demonstrações Contábeis e Distribuição de Resultados

Cláusula 20ª

O exercício social terá início em 1º de Janeiro e terminará em 31 de dezembro. Ao fim de cada exercício, será levantado o Balanço Patrimonial correspondente ao mesmo período, bem como, preparadas as demais demonstrações financeiras exigidas por lei.

Cláusula 21ª

Os lucros eventualmente apurados, poderão ser:

a.- distribuídos aos sócios de forma proporcional às respectivas participações sociais; ou b. retidos, total ou parcialmente, em conta de lucros suspensos, reservas da sociedade ou capitalizados, inclusive quando se verificar a necessidade de atender a despesas inadiáveis que impliquem no funcionamento normal da estação de radiodifusão.

Cláusula 22ª

A critério dos quotistas, poderão ser levantados Balanços parciais, para fins contábeis e para apurar-se a situação da sociedade. Havendo disponibilidades, terão o destino que lhes for fixado por deliberação dos quotistas.

Falecimento, Incapacidade e Retirada de Sócio

Cláusula 23ª

A morte, incapacidade ou a retirada de qualquer quotista não acarretará a dissolução da sociedade, devendo a mesma continuar com os sócios remanescentes pelo prazo previsto em lei, sendo facultado aos herdeiros do falecido o ingresso na sociedade.

ColinHalfin

2º Tabelionato de Notas e 3º Ofício de Protestos de Títulos Rua Dona Francisca, 363 - Centro - Fone/Fax: (47) 3422-6968 - CEP 89201-250 - Joinvil

AUTENTICAÇÃO 267647 -Autentico a presente cópia fotostática por ser reprodução fiel do documento que me foi apresentado, com a qual conferi e dou fé. Joinville, 17 de agosto de 20%. 15/36:48

Em testemunho da verdade

Selo Digital de Fiscalização - Selo normal CLL94/187-0942 Confira os dados do ato em: selo.tjsc.jus.br

| Algalquer, emenda ou rasura será considerado ncia Elisa Wetzel da Silva - Tabelia Salfa Cristiane Reinert Klitzke - Escrev notic, 🖂 Luciane do Borba - Excrepgio: 📄 Maria Cidudia Lino da Silvi Saltor- Excreve Milocia Agusir Brona - Excreptois: 🗍 Vilma Notis Golibardi do Moura - Excreptois. tio | Marie Claudia Lino da Silva Saller-Entreventer | Michele Potrell - Estrevente



Cláusula 24ª

No caso de saída de sócio da sociedade, seja por qual motivo for, o recebimento do valor das quotas, fixado em função do patrimônio líquido da sociedade, por meio de Balanço levantado especialmente para este fim em até 60 (sessenta) dias após o evento, ocorrerá em 12 (doze) prestações mensais, iguais e consecutivas, corrigidas e com juros de 1% (hum por cento) ao mês, vencendo-se a primeira delas 30 (trinta) dias após o Balanço Patrimonial Especial.

Parágrafo 1º: O ingresso de terceiros deverá ser aprovado pelo Poder Concedente quando a operação implicar alteração do controle societário.

Parágrafo 2º: Em tendo ocorrido o falecimento ou interdição de um dos sócios, o inventariante ou o curador, respectivamente, não terá poderes de administração, a não ser que ele próprio seja sócio, caso em que poderá exercer, acumulando com os próprios, os poderes de administração e representação do sócio falecido ou incapaz.

Liquidação da Sociedade

Cláusula 25ª

A liquidação da sociedade se fará pelo processo estabelecido em lei. O liquidante será indicado por deliberação tomada pelos sócios que detenham mais de 75% do capital social. Os ativos da sociedade serão empregados na liquidação das obrigações e o remanescente, se houver, será rateado entre os sócios em proporção ao número de quotas que cada um possuir.

Disposições Gerais

Cláusula 26ª

A sociedade, por todos os sócios, se obriga a cumprir rigorosamente todas as leis, regulamentos e as instruções vigentes ou que vierem a vigorar, referentes à Radiodifusão e à Segurança Nacional.

Cláusula 27^a

ColinHalfin

Página 11

2º Tabelionato de Notas e 3º Ofício de Protestos de Títuto Rua Dona Francisca, 363 - Centro - Fone/Fax: (47) 3422-5968 - CEP 89201-250 - Joinvill

AUTENTICAÇÃO 267847 Autentico a presente cópia//fotostática por reprodução fiel do documento que me foi apresentado, com a qual conferi e dou fé. Joinville, 17 de agosto de 205

Em testemunho da verdade Selo Digital de Fiscalização Selo normal CLL 94188-S5N6

Confira os dados do ato em: selo.tjsc.jus.br

OTILIFA OS UACIOS CIO ALO ETT: SELO. LISC. JUS. DF

1 OSIQUE emenda ou rasura será considerado como indicio de adulteração ou tentativa de fraude.

1 Barti Salva- Isbelia: Clusteia Maria Fete da Salva- Isbelia Salvatica. Clusteia Maria Claufia lina da Salva Isbelia Sobstitut;

1 Tras Salvane Isanania: Inbelia Salvatica Claufia lina da Salva Salva- Isonewate;

1 Maria Claufia lina da Salva Salva- Isonewate;

1 Mina Maria Calvant da Maria - Isonewate;

1 Mina Maria Calvant da Maria Calvan



Nos termos previstos na legislação que regulamenta o serviço de radiodifusão, será permitida a participação de estrangeiros ou de brasileiros naturalizados há menos de dez anos ou de pessoas jurídicas, no capital da sociedade.

Cláusula 28ª

O quadro de pessoal será sempre constituído, ao menos, de 2/3 (dois terços) de trabalhadores brasileiros.

Cláusula 29ª

O Contrato Social poderá ser alterado em qualquer uma de suas cláusulas, a qualquer tempo observando-se as disposições pertinentes do Código Civil.

Cláusula 30ª

Dependerão de prévia autorização do Poder Concedente, as alterações contratuais que resultem em mudança do objeto social, modificação no quadro diretivo, cessão de cotas ou aumento do capital social que impliquem alteração no controle societário.

Cláusula 31ª

Os sócios declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Cláusula 32ª

A tolerância de qualquer das partes quanto a inobservâncias do presente Contrato ou o não exercício de qualquer direito, faculdade ou prerrogativa não eximirá a parte faltosa nem

ColinHalfin

Página 12

2º Tabelionato de Notas e 3º Ofício de Protestos de Títulos Rua Dona Francisca, 363 - Centro - Fone/Fax: (47) 3422-6968 - CEP 89201-250 - Joinville -

AUTENTICAÇÃO 26764/
Autentico a presente cópia fotostática por ser reprodução fiel do documento que me foi apresentado, com a qual conferi e dou fé Joinville, 17 de agosto de 2011. 15:36:47

Em testemunho da verdade Selo Digital de Fiscalização - Selo normal CLL94189-YVJ9

 mb



implicará renúncia, perdão ou modificação das obrigações e direitos estabelecidos no Contrato.

Cláusula 33ª

Fica eleito o Foro da Comarca de Joinville, Estado de Santa Catarina, para dirimir todo e qualquer litígio oriundo deste contrato, seja entre os sócios, seja entre o sócio e a sociedade, mesmo durante a fase de liquidação, renunciando as partes expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em quatro vias com treze laudas cada, digitadas apenas no anverso, de igual forma e teor, juntamente com as duas testemunhas abaixo identificadas.

Joinville, 27 de agosto de 2009

maria Luiza drogola Colin Maria Luiza Loyola Colin

Testemunhas:

João Bosco Raulo Carneiro CAF 643.880 858-04

107-1 - SSP/SP

Cruz Carneir

and leres a Colin Half

CPF 770.084.808-49

RG 6.651.513-0 SSP/SP

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA CERTIFICO O REGISTRO EM: 14/10/2009 SOB №: 20092754244 Protocolo: 09/275424-4, DE 11/09/2009

Empresa: 42 2 0151736 6 RADIODIFUSAO LTDA

MONIQUE OLINGER PHILIPPI SECRETÁRIA GERAL

ColinHalfin

Página 13

2º Tabelionato de Notas e 3º Ofício de Protestos de Título Rua Dona Francisca, 363 - Centro - Fone/Fax: (47) 3422-6968 - CEP 89201-250 - Joinville

- AUTENTICAÇÃO 267847 ----

Autentico a presente cópia fotostática por ser reprodução fiel do documento que me foi apresentado, com a qual conferi e dou fé.

Joinville, 17 de agosto de 2011.

Em testemunho da verdade. Selo Digital de Fiscalização Selo normal CLL94190-6FYC

Confira os dados do ato em: seló tisc jus br | Sind Silve - Media: | Cluder Maria Freek da Silve - Tabelia Sebsolieto: | Maria Freek da Silve - Tabelia Sebs esa Wetzel da Silva - Tabeliā Substituta; 📝 Yara Silv Maria Cláudia Lino da Silva Saller - Escrevente; 🔲 Michele Patzelt - Escrevente; 🔲 Miledia Agoise Brano - Escrevente; 🎵 Vilma Keldi Gelhardt de Monra - Escraventa



Instrumento Particular de 6ª Alteração do Contrato Social de ColinHalfin Empresa de Radiodifusão Ltda. CNPJ/MF nº 85.221.208/0001-93

Maria Luiza Loyola Colin, brasileira, viúva, advogada, natural de Joinville, Estado de Santa Catarina, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Barão de Capanema, 236, 4º Andar, Jardim América, inscrita na OAB/SC sob o nº 5.678 e no CPF/MF sob o nº 068.149.051-91;

Maria Teresa Colin Halfin, brasileira, viúva, historiadora, natural de Joinville, Estado de Santa Catarina, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Casa Branca, nº 1.143, ap. 71, 7°. Andar, Jardim América, portadora da cédula de identidade RG nº 11.816.087-4 – SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº 152.982.131-20;

Juracy Ribeiro, brasileiro, casado no regime de comunhão universal de bens, técnico em contabilidade, natural de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, residente e domiciliado na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, na Rua Aquidaban, 490, Glória, portador da cédula de identidade RG nº 2/R 137.694 — SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 003.217.299-00,

únicos sócios componentes da sociedade que gira sob a denominação social de **ColinHalfin Empresa de Radiodifusão Ltda.**, com sede e foro na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, na Rua Dr. João Colin, nº. 362, 1º. Andar, Bairro Centro, CEP. 89.201-300, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 85.221.208/0001-93, com Contrato Social registrado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob o nº 422.0151736.6 em 23 de dezembro de 1991 e Alterações Contratuais arquivadas e registradas em 23/12/1991, 02/08/1994, 15/10/1996, e 03/05/2004, sendo a última alteração e consolidação arquivada em 14/10/2009,

ColinHalfin

Página 1

2º Tabelionato de Notas e 3º Ofício de Protestos de Títu Rua Dona Francisca, 363 - Centro - Fone/Fax: (47) 3422-6968 - CEP 89201-250 - Joinville

Autentico a presente cópia fotostática por ser reprodução fiel do documento que me foi apresentado, com a qual conferi e dou fé.

Joinville, 17 de agosto de 2011, 15,89:42

Em testemunho da verdade.

Selo Digital de Fiscalização - Selo normal CLL94174-YEV9

Confirm os diados do ato em selo tiso i usabre de distributo de fraude.

Qualquier emenda ou resura será considerado confirmato de distributo de un gentativa de fraude.

163 Jan

resolvem por esse Instrumento Particular, alterar o Contrato Social da sociedade nas seguintes condições:

Primeira: A sociedade passará a ser administrada exclusivamente e em conjunto pelas sócias Maria Luiza Loyola Colin e Maria Teresa Colin Halfin, podendo estas em conjunto nomear, por prazo determinado e instrumento público ou particular com firma reconhecida, procurador com poderes específicos e detalhados para administração e representação, não podendo dito procurador, ao agir em nome das duas sócias administradoras, contrair obrigações ou garantir dívidas em valores superiores a 20 (vinte) salários mínimos (base nacional).

Segunda: O direito de convocação de reuniões ordinárias e extraordinárias passa a ser exclusivo de sócios detentores de pelo menos 1/5 (um quinto) do capital social.

Terceira: Se frustrada a tentativa de notificação escrita, a convocação do sócio se dará na forma do art. 1.152 do Código Civil, sendo que, se essa frustração se dever à recusa do sócio a apor seu ciente, ou na hipótese de o sócio se esquivar da tentativa de notificação, as despesas de convocação serão cobradas desse sócio, ficando autorizada a compensação com créditos que esse sócio detenha ou venha a deter perante a sociedade.

Quarta: Em razão das alterações previstas nas cláusulas acima, as cláusulas 6^a, 7^a, 12^a e 13^a do Contrato Social passam a ter a seguinte redação:

"Cláusula 6ª

A sociedade será administrada sempre conjuntamente pelas sócias Maria Luiza Loyola Colin e Maria Teresa Colin Halfin, podendo estas e cabendo-lhes com exclusividade e em conjunto, nomear, por prazo determinado e instrumento público ou particular com firma reconhecida, procurador com poderes específicos e detalhados para administração e representação, não podendo dito procurador, ao agir em nome das duas sócias administradoras, contrair

ColinHalfin

Página 2

2º Tabelionato de Notas e 3º Ofício de Protestos de Título DO TAS Rua Dona Francisca, 363 - Centro - Fone/Fax: (47) 3422-6968 - CEP 89201-250 - Joinville Carlo California de Carlo Carlo

Selo Digital de Fiscalização - Selo normal CLL94175-67SL Confira os dados do ato em selo.tjsc.jus.by . Oralnine amanda ou racura será considerado como indicio de adulteração ou tentativa de fraud

| Aggalquier emmenda our assura será considerado como indicio de adulteração ou tentativa de fraude.
| Brith Edna - French | Disead Mario Fuck de Sitea - Dahela Societhate, | Mario Elies Westel da Sitea - Dahela Societado, | Mario Elies Westel da Sitea - Dahela Societado, | Mario Elies Westel da Sitea - Dahela Societado, | Mario Elies Westel da Sitea - Dahela Societado, | Michael Funda - Escrevator, | Michael Funda - Escre



obrigações ou garantir dívidas em valores superiores a 20 (vinte) salários mínimos (base nacional)."

"Cláusula 7ª

Compete exclusivamente às sócias administradoras o uso do nome empresarial e a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial da sociedade, sempre atendendo exclusivamente ao interesse social, sendo vedada a assunção de obrigações em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como a oneração ou a alienação de bens imóveis da sociedade sem prévia deliberação dos sócios."

"Cláusula 12ª

As deliberações sociais serão tomadas em reunião ordinária, a ser convocada, na forma e sob as penas estabelecidas na cláusula 13ª, pelos administradores ou por sócio que detenha pelo menos 1/5 do capital social, realizando-se essa reunião anualmente na sede da sociedade para aprovação das demonstrações contábeis e das contas dos administradores, bem como para outros assuntos que forem incluídos em pauta mediante notificação escrita, com comprovante de recebimento, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias."

"Cláusula 13ª

As deliberações sociais também poderão ser tomadas em reuniões extraordinárias, a serem convocadas pelos administradores ou por sócio que detenha pelo menos 1/5 do capital social, a serem realizadas em território nacional. A convocação deve ocorrer mediante notificação escrita, com comprovante de recebimento, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, devendo indicar local, data e horário de realização, sendo a sede da sociedade o local ordinário das reuniões sociais. Se frustrada a tentativa de notificação escrita, a convocação do sócio se dará na forma do art. 1.152 do Código Civil, sendo que, se essa frustração se dever à recusa do sócio a apor seu ciente, ou na hipótese de o sócio se esquivar da tentativa de notificação, as despesas de convocação serão cobradas desse sócio, ficando autorizada a compensação com créditos que esse sócio detenha ou venha a deter perante a sociedade."

ColinHalfin

Página 3

ADO TABE

2º Tabelionato de Notas e 3º Ofício de Protestos de Títulos Rua Dona Francisca, 363 - Centro - Fone/Fax: (47) 3422-5988 - CEP 89201-250 - Joinville - SC

Autentico a presente cópia forostática por ser reprodução fiel do documento que me foi apresentado,

com a qual conferi e dou fé. Joinville, 17 de agosto de 2011. 18:36

Em testemunho da verdade. Selo Digital de Fiscalização - Selo normal CLL94176-XM99

Confira os dados do ató em: selo.tjsc.jus.br
1 Bysiquer emènda ou rasura será considerado como indició de adultração os fentativa de fraude.

| Reb Sira - Babaic | Diselia Maria fest à Sira - Isbalia Sobetibus; | Márs Ulica Westel da Sira - Isbalia Sobetibus; | Yari Silvane Ismanin - Isbalia Sobetibus; | Márs Ulica Maria da Sira Sobler - Excernent; | Michale Patrol - Excreventa | Maria Edise in de Sira Sobler - Excrevent; | Michale Patrol - Excreventa; | Michal



E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em quatro vias com quatro laudas cada, digitadas apenas no anverso, de igual forma e teor, juntamente com as duas testemunhas abaixo identificadas.

Joinville, 20 de abril de 2010.

p/p Maria Teresa Colin Halfin

MA ILILA C. F faria Teresa Colin Halfin

Juracy Ribeiro

Testemunhas:

RG 43 704554-7

CPF 314 736 998-60

CPF 866.429.529.87

Visto do advogado:

Lucas Fajardo Nunes Hildebrand

OAB/SC 20.533-A

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA CERTIFICO O REGISTRO EM: 04/06/2010 SOB №: 20101310390 Protocolo: 10/131039-0, DE 10/05/2010

Empresa:42 2 0151736 6 COLINHALFIN EMPRESA DE RADIODIFUSAO LTDA -

MONIQUE OLINGER PHILIPPI SECRETÁRIA GERAL

ColinHalfin

2º Tabelionato de Notas e 3º Ofício de Protestos de Títy a Correspondingos de Títy a Correspondi

-- AUTENTICAÇÃO 267647 Autentico a presente cópia fotostática por se reprodução fiel do documento que me foi apresentado,

com a qual conferi e dou (é. Joinville, 17 de agosto de 2017

Em testemunho da verdade. Selo Digital de Fiscalização - Selo normal CLL \$4177-5JNM

Confira os dados do ato em/ selostis cius productiva de fraude.

| Bach Silva | Audit | Citation | Bach Silva | Bach Silva

Página 4

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Ministério das Comunicações CONFERE COM O ORIGINAL

2 6 AGO 2011

RUBRICA



Ministério das Comunicações

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

18 AGR 2011

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Edifício Sede, 9º andar

Sala 907

Brasilia - DF

CEP 70.044-900

A/C Vânea Rabelo – Coord. Geral do Regime Legal de Outorgas



band todo lugar.

COLINHALFIN EMPRESA DE RADIO DIFUSÃO LTDA, Rua: Dr. João Colin, 362 - 1º andar - Centro - CEP 89201-300 - Joinville/SC Fone: (47) 3032-7350 - E-mail: comercial@89fmjoinville.com.br - www.89fmjoinville.com.br

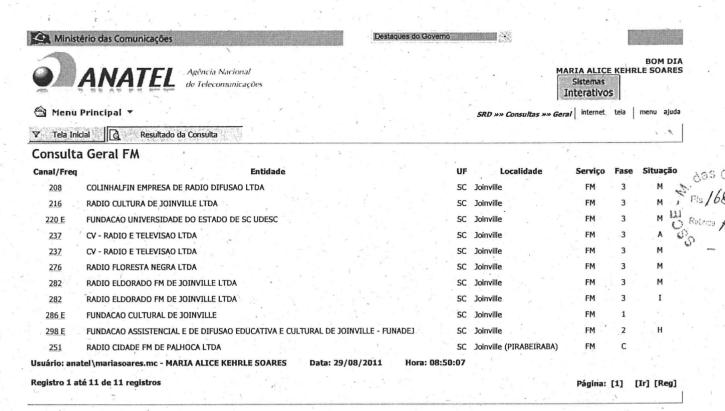


MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA COORDENAÇÃO GERAL DE REVISÃO LEGAL DE REGIME DE OUTORGAS COORDENAÇÃO DE RENOVAÇÃO E REVISÃO DE OUTORGA - COREV



ATESTADO Nº	/2011//CGLO/I	DEOC/SCE-MC
		Brasília, de de 201
Ref.: Processo n Fempestivo.	°: (53000.008986/2011)	(x) Renovação de Outorga() Transferência Direta() Transferência Indireta
	linhalfin Empresa de Radiodifus	o(s) de apuração de infração/penalidades. ão Ltda
eletrônico, pela	JUR, foi realizada, na data d Coordenação de Controle	o em referência está em fase de conclusão para remessa à Consultor e hoje, consulta ao banço de dados disponibilizado, por arquir de Processos de Apuração de Infração, do Departamento o a Secretaria, pelo qual constatou-se:
oor conseguinte, (X) HAVER o(s)	óbice ao prosseguimento do feit e) seguinte(s) processo(s) de apultaram (X) não podem resulta	ação de infração instaurado contra a entidade no período, inexistindo. uração de infração instaurado(s) contra a entidade no período, poré ar em pena de cassação da outorga, o que não obsta, por conseguint
Г	PROCESSO	PENALIDADE APLICADA/PREVISTA
	53000.038144/2010	Multa
	53000.096144/2016	Multa
	rá resultar em CASSAÇÃO I	puração de infração instaurado(s) contra a entidade, no período, cu DA OUTORGA, passível de impedimento ao prosseguimento de SITUAÇÃO ATUAL
	Bra	sília 20/08/2011
	Tank the state of	Hardfullela
		Auction of
	MARIA ANA	ALICE KEHRLE SOARES LISTA RESPONSÁVEL

ÁLVARO AUGUSTO DE SOUZA NETO COORDENADOR DE RENOVAÇÃO E REVISÃO DE OUTORGA



	Par Cay
	AR 45 War 059
The second secon	
PREÈNCHER COM LETRA DE FORMA DESTINATÁRIO DO OBJETO I O DO OBJETO I NOM OU RAISON SOCIA	IE DU DESTINATAIRE
PREENCHER COM DESTINATARIO I NOM OU RAISON SOCIA	
PREENCHER COM LETRA DE FORMA DESTINATÁRIO DO OBJETO I NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO I NOM OU RAISON SOCIA	
NOME OUT OF	
CCLO/DEOC/SCE-MC	JF PAIS / PAYS
OF: 1.759/2011//CGLO/DEOC/SCE-MC Ao Representante Legal da Colinhalfin Empresa de Radiodifusão Ltda. Colinhalfin Empresa de Radiodifusão Ltda. Colinhalfin Empresa de Radiodifusão Ltda.	
Ao Repressor Empresa de Rada - Centro	NATUREZA DO ENVIO I NATURE DE L'ENVOI
ICI Dug: Double -oo Toinville	NATUREZA DO ENVIO I NATURE PRIORITÁRIA I PRIORITAIRE
CEP: 07.20 00086/2011	
Proc.: 55000 de Outorga	II LI SOLVAI EUR DECENTI
Di Renovação	101111111111111111111111111111111111111
	DATA DE RECEBIMENTO UNIDO DE DESTINATION BUESTO DE DESTINATION
SOR I SIGNATURE DU RÉCEPTEUR	1/0/00/11/0
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR	1 6 AGO 2011
NOME LEGIVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR	
THE LEGIVEL DO RECEBEDOR! NOM LISTED	
NOME LEGIVEZ	MPREGADO CLIVEITO SC Mat. 8.708.8840 Mat. 8.708.8840 Mat. 8.708.8840 Mat. 8.708.8840
- ANINALOTT	Was and House
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO EXPEDIDOR RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR	Met. 8 (DOMMIN) COD/JOHNING DANS LE VERS 114 x 186 mm
TO NO VERSO I ADRESSE	DERGIO
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE	3/10
75240203-0	
7024UEUU	





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Nota Técnica nº22402011/CGLO/DEOC/SCE-MC

Assunto: Renovação de Outorga Tempestiva.

Referência: 53000.008986/2011

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Pelo presente processo a entidade abaixo qualificada encaminha, para análise deste Ministério, o pedido de renovação de outorga.

2. Dados Preliminares:

Interessado(a): Colinhalfin Empresa de Radiodifusão Ltda.

Serviço(s): Frequência Modulada. Localidade(s): Joinville/SC.

Período: 22/05/2011 a 22/05/2021.

Atos da Outorga: Portaria nº 76, de 20 de maio de 1981, inicialmente outorgada à Rádio Cólon Ltda.

Atos da última renovação da outorga: Portaria nº 305, de 21 de junho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006.

Data do último vencimento da outorga: 22/05/2011.

Data do pedido: 21/02/2011.

ANÁLISE

3. Visando o prosseguimento dos autos, conferimos, nesta data, a documentação apresentada, objetivando a sua completa instrução, em atendimento às normas vigentes sobre o assunto:

LISTA DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS	JUNTADA
1-Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da	Fl. 02
interessada, dirigido ao Ministério das Comunicações.	1
2-Declaração de conhecimento e adesão às cláusulas que regulam as relações da	F1. 04
concessionária ou permissionária com o Poder Concedente, caso o pedido de	
renovação seja atendido (art. 3°, § 1°, a, Dec. 88.066/1983, de 26/01/1983).	
3-Certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregador (ou	Fls. 06/10
comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos).	

MAKS/COREV/CGLO

· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	
4-Certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregado (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos).	Fls. 12/17
5-Laudo de ensaio do(s) transmissor(es).	Fls. 19/26
6.1 - Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, do laudo de ensaio, quitada.	Fls. 34/35
6.2 - Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, do laudo de vistoria, quitada	Fls. 34/35
7- \(\subseteq \text{Laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, de acordo com as normas técnicas vigentes; \(\subseteq \text{Declaração firmada em conjunto com o representante legal da interessada,} \)	Fls. 28/31
atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Poder Concedente, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva	
licença de funcionamento da estação; Declaração indicando se há pedido(s) não autorizado(s) de alteração de características técnicas da emissora em andamento no Ministério das	Fl. 32
Comunicações; Não apresentou laudo e/ou declaração. Feita vistoria técnica pela ANATEL.	
8- Comprovante de regularidade com o FISTEL.	Fl. 110
9-Declaração de não infringência à vedação do art. 220, §5°, CF.	Fl. 39
10- Prova de regularidade relativa ao INSS.	Fl. 41
11- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	Fl. 43
12- Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, emitida pela Receita Federal.	Fl. 45
13- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da entidade.	FL. 47
14- Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da entidade.	Fl. 49
15- Cópia completa da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS.	Fls. 51/69
16- Documentos atualizados revelando a composição acionária ou de cotas da interessada e eventuais alterações havidas em seu Contrato/Estatuto Social, durante o período de vigência da outorga, ou, no caso de fundação, cópia atualizada do Estatuto, alterações, se houver, e Ata de Nomeação da Diretoria em exercício.	Fls. 117/165
17- Declaração, assinada pelo representante legal da entidade, atestando o cumprimento das normas atinentes à propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias, conforme as disposições constitucionais (artigo 220, § 4°, da Constituição Federal) e legais (Lei nº 9.294/1996), que regem a matéria.	Fl. 95
18- Declaração, assinada pelo representante legal da entidade, atestando o cumprimento dos seguintes percentuais em sua programação: máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do tempo reservado à propaganda comercial e mínimo de 5% (cinco por cento) do tempo reservado ao serviço noticioso, bem como o cumprimento da obrigação de transmitir 5 (cinco) horas semanais de programas educacionais, sendo anexada a esta cópia de sua grade de programação.	Fls. 99 e 100/101
19- Declaração, assinada pelo representante legal da entidade, atestando o cumprimento da finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, II, da Constituição Federal.	Fl. 97

	C.
20- Declaração, assinada pelo representante legal da entidade, atestando o cumprimento aos valores éticos e sociais da pessoa e da família em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, IV, da CF.	Fl. 103
21- Declaração, assinada pelo representante legal da entidade, indicando as	Fls. 105 e
pessoas responsáveis pela gestão das atividades, pela área editorial e pela direção	106/108
da programação, atestando a nacionalidade dessas pessoas e juntando os	
respectivos documentos de comprovação.	
INFORMAÇÕES INTERNAS	
22- Informação do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços	Fl. 167
de Comunicação Eletrônica -DEAA acerca da existência ou não de processos de	
apuração de infração instaurados em desfavor da entidade interessada, relativos a	
nfrações cometidas durante o período de vigência da outorga e, em caso positivo,	
se configuram ou não impedimento ao deferimento do pleito referente à	
renovação.	
23- Foi(ram) verificada(s) transferência(s) direta/indireta da interessada, no	Portaria nº
período de vigência da Outorga, de acordo com o(s) ato(s) abaixo especificado(s)	311,
- cópia(s) juntada na(s) folha(s) indicada(s):	
- copia(s) juntada na(s) noma(s) muicada(s).	publicada no
	DOU de
	13/12/91:
	Cisão
24-Cópia do Contrato de Concessão/Permissão, casó a outorga tenha sido	Não se
concedida a partir de 1997.	aplica
25- Número de Emissoras do Serviço na Localidade (em caso de TV, geradoras e etransmissoras): anexo extrato do SRD.	Fl. 168

26- Nacionalidade dos sócios/acionistas:

Nome	Nacionalidade
Maria Luiza Loyola Colin	Brasileira
Maria Teresa Colin Halfin	Brasileira
Juracy Ribeiro	Brasileira

27- a) Nacionalidade do(s) responsável(eis) pela gestão das atividades:

Nome	Cargo	Nacionalidade
Ricardo Belegante	Gestor de	Brasileira
	atividades	

27- b) Nacionalidade do(s) responsável(eis) pela área editorial:

Nome	Cargo	Nacionalidade	
Cleiton Bernardes dos Santos	Editor	Brasileira	

27- c) Nacionalidade do(s) responsável(eis) pela direção da programação:

Nome	Cargo	Nacionalidade
Sidney Rosa	Diretor de	Brasileira
	programação	

4. Após a citada conferência verificamos que não há pendência de apresentação de documentos, de acordo com o que consta da listagem acima.

Heltz

De acordo. À apreciação do Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 20 de se Empo de 2011.

DERMEVAL DA SILVA JUNIOR

Diretor de Departamento de Outorgas de Serviços de Comunicação Eletrônica

De acordo. À Consultoria Jurídica, para prosseguimento da renovação, tomandose as providências recomendadas.

Brasília, 20 destembo de 2011.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica

MAKS/ 53000.008986-2011/COREV/CGLO

5 de 5



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

COTA № 0183/2011/AAA/CGCE/CONJUR-MC/AGU

PROCESSO Nº 53000.008986/2011

ASSUNTO: Restituição dos autos para informar sobre o Decreto Legislativo relativo ao decênio de 2001/2011.

Senhora Coordenadora-Geral de Regime Legal de Outorgas,

Cumprimentando-a restituo os presentes autos, ao tempo em que solicito informações a respeito do Decreto Legislativo que deve referendar a Portaria nº 305, de 21 de junho de 2006, publicada no Diário Oficial da União do dia 7 de julho de 2006, conforme disposto no art. 223, § 3º, da Constituição da Republica, relativo ao decênio 2001/2011.

2. A presente solicitação se dá com base no fato de que após a busca pelas solicitadas informações, tanto no processo em tela, como na pasta cadastral, não logramos êxito.

Brasília, 27 de setembro de 2011.

ANA PAULA ALMEIDA ARAGÃO
Assistente

Assistence

DANIEL PEREIRA DE FRANCO

Advogado da União

Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica

Esplanada dos Ministérios, Bloco "R" – sala 920 – CEP 70.044-900 – Brasília - DF Telefones: (61) 3311-6535/3311-6248 Fax: (61) 3311-6602 Email: conjur@mc.gov.br





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

COORDENÇÃO-GERAL DO REGIME LEGAL DE OUTORGAS COORDENAÇÃO DE RENOVAÇÃO E REVISÃO DE OUTORGA

DESPACHO

- 1. Pelo processo n°53000.008986/2011, a Colinhalfin Empresa de Radiodifusão Ltda. requereu a renovação da outorga para continuar executando o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada , na Localidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, para o período de 22/05/2011 a 22/05/2021.
- 2. Ao realizar a Nota Técnica nº 2240/2011/CGLO/DEOC/SCE-MC, de 20/09/2011, esta Secretaria propôs a renovação de outorga da mesma para o período em questão. Em contrapartida, essa Consultoria Jurídica devolveu o processo questionando a respeito do Decreto Legislativo que referendasse a renovação da outorga efetivada pela Portaria nº 305, de 21/06/2006, publicada no DOU de 07/07/2006, relativo ao decênio 2001 a 2011.
- 3. O processo nº 53740.000055/2001-10, que motivou a referida portaria de renovação para o decênio anterior foi enviado à Presidência da República em 23/06/2010, conforme atesta tramitação no CPROD anexa. Por sua vez, a Casa Civil da Presidência da República enviou referido processo, mediante Mensagem nº 752, de 28/12/2010, publicada no DOU de 29/12/10, Seção I, à Câmara dos Deputados para providenciar a renovação. Atualmente, constituiu-se o PDC 281, de 2011, já aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça, e o próximo destino será a Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado Federal, para a constituição do Projeto de Decreto Legislativo.
- 4. Assim, opino pela devolução do processo atual à Consultoria Jurídica, com as explicações devidas, a fim de dar prosseguimento à renovação pelo novo decênio 22.05.2011 a 22.05.2021.

À consideração da Srª. Coordenadora-Geral do Regime Legal de Outorgas.

Brasília-DF, D+ de Outubro

de 2011.

ÁLVARO AUGUSTO DE SOUZA NETO

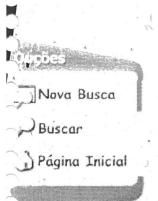
Coordenador de Renovação e Revisão de Outorga

De acordo. À apreciação do Sr. Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília-DF, JU de outubo de 2011.

VÂNEA RABELO

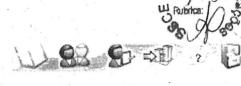
Coordenadora Geral de Regime Legal de Outorgas





Consulta de Processos/Documentos

Consulta um número de protocolo



Número do Processo: 53740.000055/2001-10

Tramite 41

Data do trâmite

Situação

Data do recebimento

TRAMITANDO

23/06/2010 11:20

23/06/2010 11:20

Tramitado por

Unidade de origem

MARCIO BERNARDINO DE

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO E ARQUIVO

LIMA - SEDOC ...

Unidade de destino

MARCIO BERNARDINO DE LIMA - SEDOC ...

Recebido por

PRESIDENCIA DA REPUBLICA-00150

Tramite 40

Situação

Data do trâmite

Data do recebimento

TRAMITANDO

11/06/2010 16:49

22/06/2010 14:10

Tramitado por

Unidade de origem

CREUSA MARIA MATA

ALVES...

SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO

Recebido por MARCIO BERNARDINO DE Unidade de destino

LIMA - SEDOC ...

SERVICO DE DOCUMENTAÇÃO E ARQUIVO

Tramite 39

Situação

Tramitado por

Data do trâmite

Data do recebimento

TRAMITANDO

10/06/2010 16:58

11/06/2010 16:29

JEANE DA PAZ DE LIMA...

Unidade de origem

Recebido por

CONSULTORIA JURÍDICA

Unidade de destino

CREUSA MARIA MATA ALVES...

SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO

Tramite 38

Situação

Data do trâmite

Data do recebimento

TRAMITANDO Tramitado por 07/06/2010 18:01

08/06/2010 08:45

VANESSA CRISTIANE DE

Unidade de origem

OLIVEIRA BEL...

COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE

Recebido por

COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA Unidade de destino

JEANE DA PAZ DE LIMA...

CONSULTORIA JURÍDICA

Tramite 37

Situação

Data do trâmite

Data do recebimento

TRAMITANDO

03/05/2010 16:12

Tramitado por

03/05/2010 11:49

MARIA HELENA ALBERNAS...

Unidade de origem

SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO

Recebido por

Unidade de destino

VANESSA CRISTIANE DE OLIVEIRA BEL...

COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

Tramite 36



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PARECER № 1.531/2011/CAO/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU

PROCESSO Nº 53000.008986/2011.

INTERESSADO: Colinhalfin Empresa de Radiodifusão Ltda.

ASSUNTO: Renovação de outorga para exploração de serviço de radiodifusão sonora.

 I – Renovação da outorga concedida à Colinhalfin Empresa de Radiodifusão Ltda., para exploração de serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, no Município de Joinville, Estado de Santa Catarina.

II - Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República e na Lei nº 5.785/72, regulamentada pelo Decreto nº 88.066/83.

III - Processo devidamente instruído com a documentação necessária ao deferimento do pleito. Competência do Ministro de Estado das Comunicações, conforme art. 33, § 5º, da Lei 4.117/62 e art. 6º do Decreto nº 88.066/83.

Senhor Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica,

Trata-se de processo administrativo de interesse da Colinhalfin Empresa de Radiodifusão Ltda., referente à renovação de outorga para exploração de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Joinville, Estado de Santa Catarina, relativa ao decênio de 2011 a 2021.

I - RELATÓRIO

- 2. A outorga do serviço foi conferida originariamente à Rádio Colon Ltda. por meio da Portaria n° 76, de 20 de maio de 1981, transferida à Colinhalfin Empresa de Radiodifusão Ltda., em decorrência de cisão parcial da Rádio Colon Ltda., por meio da Portaria n° 311, de 5 de dezembro de 1991, publicada no Diário Oficial da União em 13 de dezembro de 1991.
- 3. A entidade protocolou pedido de renovação quanto ao período de 2001/2011. No entanto, não houve manifestação conclusiva do Poder Público sobre o assunto. De acordo com o documento de fl. 174, o processo encontra-se no Senado Federal
- De acordo com o art. 227, inciso I, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 401, de 22 de agosto de 2006, o processo foi submetido à análise técnica da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, que opinou pela renovação da outorga, conforme Nota Técnica n° 2240/2011/CGLO/DEOC/SCE/MC (fls. 170/172).

II - RENOVAÇÃO DA OUTORGA

- A Constituição Federal estabelece, em seu artigo 223, a possibilidade de renovação das outorgas concedidas pelo Poder Público àqueles que exploram serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por sua vez, a Lei nº 5.785/72 determina que a renovação da concessão ou permissão está subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão. A interessada deve comprovar o cumprimento das exigências legais e regulamentares, assim como a observância das finalidades educativas e culturais do serviço. A norma encontra-se regulamentada pelo Decreto nº 88.066/83.
- A renovação da outorga consiste em direito conferido àqueles que exploram o serviço dentro dos padrões exigidos pela legislação regente, desde que haja interesse nacional. As permissões para exploração de serviço de radiodifusão sonora poderão ser renovadas por períodos sucessivos de dez anos e as concessões referentes ao serviço de radiodifusão de sons e imagens por períodos sucessivos de quinze anos (Decreto no 88.066/83, art. 2º). Não há limitação quanto ao número de períodos renovados.
- 7. Ao Presidente da República compete outorgar concessão ou autorização para os serviços de radiodifusão de sons e imagens, serviços de radiodifusão sonora regional e nacional, bem como suas renovações. Quando se tratar de outorgas de permissão relativas à execução do serviço de radiodifusão sonora local e respectivas renovações, a atribuição compete ao Ministro de Estado das Comunicações, nos termos dos artigos 33, § 5º, e 34, §1º, da Lei 4.117/62 e art. 6º do Decreto nº 88.066/83, que regulamenta a Lei no 5.785/72.
- 8. Feitos estes esclarecimentos, passamos ao exame do pedido.

III - ANÁLISE DO PEDIDO

- 9. No que se refere ao pedido de renovação cujo período venceu sem manifestação final do Poder Público, houve perda do objeto, nos termos do art. 9º do Decreto nº 88.066/83. Embora tenha sido expedida a Portaria nº 305, de 21 de junho de 2006, publicada no Diário Oficial da União em 7 de julho de 2006, a qual renovava a permissão por mais dez anos, o ato não teve eficácia, pois não foi referendado pelo Congresso Nacional no prazo legal, conforme determina o art. 223, § 3º, da Constituição da República. Nesta hipótese, considera-se que o serviço foi mantido em funcionamento em caráter precário. Esse fato não impede renovação do novo período pleiteado.
- 10. O requerimento formulado foi apresentado tempestivamente, nos termos do art. 3° do Decreto n° 88.066/83, conforme se verifica do documento de fl. 2, protocolado em 21/02/2011.
- 11. A Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica analisou o processo e opinou pelo deferimento do pedido de renovação, em virtude de terem sido apresentados todos os documentos exigidos, conforme Nota Técnica nº 2240/2011/COREV/CGLO/DEOC/SCE-MC, às fls. 170/172.
- 12. De acordo com as certidões fiscais apresentadas durante a instrução processual, a entidade demonstrou situação regular. No que tange ao cometimento de irregularidades no curso da prestação do serviço, o documento acostado à fl. 167 demonstra que há processos de apuração de infração em curso que poderão culminar em penalidades de multa (Processos n° 53000.038144/2010 e 53000.004620/2006).
- 13. Em atendimento ao disposto nos artigos. 220 a 223 da Constituição da República, a entidade interessada apresentou as seguintes declarações:



- declaração da entidade de radiodifusão de que cumpre as normas atinentes à propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias, fl. 95;
- declaração da entidade de radiodifusão atestando sobre o cumprimento dos seguintes percentuais em sua programação: 25% de tempo reservado à propaganda comercial, 5% do tempo ao serviço noticioso, bem como o cumprimento da obrigação de transmitir 5 horas semanais de programas educacionais, fls. 99 e 100/101;
- declaração da entidade de radiodifusão de cumprimento da finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, fl. 97; e
- declaração da entidade de radiodifusão de cumprimento aos valores éticos e sociais da pessoa e da família em relação ao conteúdo veiculado, fl. 103.
- 14. Por fim, cumpre informar:
 - Número de emissoras do serviço na localidade extrato da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL à fl. 168;
 - Nacionalidade dos proprietários da entidade de radiodifusão a entidade possui quadro societário com a seguinte composição: Maria Luiza Loyola Colin, Maria Tereza Colin Halfin e Juracy Ribeiro;
 - Nacionalidade do responsável pela gestão das atividades: Ricardo Belegante, brasileiro nato (fl. 106);
 - Nacionalidade do responsável pela área editorial: Cleiton Bernardes dos Santos, brasileiro nato (fl. 108); e
 - Nacionalidade do responsável pela direção de programação: Sidney Rosa, brasileiro nato (fl. 107).
- 15. Portanto, restam atendidos todos os requisitos legais necessários à renovação da outorga concedida à entidade interessada.

IV- CONCLUSÃO

- 16. Diante do exposto, esta Consultoria Jurídica, órgão da Advocacia-Geral da União, não vislumbra qualquer óbice jurídico ao deferimento do pedido.
- 17. A outorga deverá ser renovada a partir de 22 de maio de 2011, tendo por referência a data das renovações anteriores.
- 18. Oportuno ressaltar que o ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, conforme disposto no art. 223, § 3º, da Constituição da Republica.

À consideração superior.

Brasília, 22 de novembro de 2011.

ANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL

Advogada a União

Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Auxiliares

13





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

DESPACHO № 3035/2011/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU

PROCESSO Nº 53000.008986/2011.

INTERESSADO: Colinhalfin Empresa de Radiodifusão Ltda.

Renovação de outorga para exploração de serviço de radiodifusão sonora

Aprovo o PARECER № 1.531/2011/CAO/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU, da lavra da Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Auxiliares Dánielle Lustz Portela Brasil.

Encaminhem-se os autos à apreclação pelo Senhor Consultor Jurídico.

Brasília, 4 de /Z de 2011.

DANIEL PEREIRA DE FRANCO

Advogado da União Coordenador-Geral de Assurtos Jurídicos de Comunicação Eletrônica





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

DESPACHO № 3037/2011/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU

PROCESSO Nº 53000.008986/2011.

INTERESSADO: Colinhalfin Empresa de Radiodifusão Ltda.

ASSUNTO: Renovação de outorga para exploração de serviço de radiodifusão sonora.

Aprovo o **DESPACHO Nº 3035/2011/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU** da lavra do Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica, Daniel Pereira de Franco.

Encaminhem-se os autos à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, em prosseguimento.

Brasília, 20 de de la de 2011.

JÓSÉ FLÁVIO BIANCHI Consultor Jurídico

Nacional

nos termos do art. 48,

do que outorga permissão à surve e Santos Ltda. para exviço de radiodifusão frequência modulada na terantim, Estado da Bahia.

e refere a Portaria nº 142, mismão à Mattos, Andery e e des anos, sem direito de nora em frequência modulada

and entra em vigor na data de

rel, em 26 de setembro de 1995 in JOSÉ SARNEY do Senado Federal

Nacional aprovou, e eu,

2816ATXVO 1855

o ato que outorga permissão à FM la lita, para explorar serviço diodifusão sonora em frequência as a cidade de Colorado, Estado

a qua se refere a Portaria nº 127, ga permissão à FM Cinderela Ltda. wos. sem direito de exclusividade, Eraquência modulada na cidade de

ogislativo entra em vigor na data de

io Faderal, em 26 de setembro de 1995 Senador JOSÉ SARWEY Frasidente do Senado Federal

ongresso Nacional aprovou, e eu, Tederal, nos termos do art. 48, item S seguinte

113 DE 1995

Aprova o ato que renova a outorga deferida à Rádio Record S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

coal decreta:

o ato a que se refere o Decreto s/n, de 30 doza a outorga deferida à Rádio Record S.A. acos, a partir de 5 de outubro de 1992,

P/DENT serviço de radiodifusão de sons e imagens (televição). Sem exclusividade, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em viçor na data de sua publicação. sua publicação.

Senado Federal, em 26 de jettabro de 1995

Senador JOSE SARNENA A

o de 1995 de federal A Federal A Federal A Federal do 380 48, Faco saber que o Congresso Nacional José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 114, DE 1995

> Aprova o ato que renova a concessão outorgada à empresa Rádio TV do Amazonas S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/n, de 30 de julho de 1992, que renova a concessão outorgada à empresa Rádio TV do Amazonas Ltda., atual Rádio TV do Amazonas S.A., para explorar, por quinze anos, a partir de 20 de junho de 1988, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifiusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

sua publicação.

Senado Federal, em 26 de setembro de 1995 Senador JOSÉ SARNEY Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO . NY 115, DE 1995

Aprova o ato que renova a permissão da Colinhalfin - Empresa de Rádio Difusão Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 84, de 22 de junho de 1992, que renova, por dez anos, a partir de 22 de maio de 1991, a permissão outorgada à Rádio Colon Ltda., posteriormente transferida à Colinhalfin - Empresa de Rádio Difusão Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.

Art. 2° Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 26 de setembro de 1995 Senador JOSE SARNEY Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte do art. 48,

> DECRETO LEGISLATIVO Nº 116. DE 1995

> > Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Pampeana Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B - 3º andar - ala oeste CEP 70044-900 - Brasília - DF Tel.: (61) 3311-6000

OFÍCIO Nº 440 /2012-CGLO/DEOC/SCE-MC

Brasília, de de fevereiro de 2012.

Ao Representante Legal
Da COLINHALFIN EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA
Rua Doutor João Colin, 362 – Centro
Joinville - SC
CEP.: 89.201-300

Assunto: Pagamento de Taxa de Publicação (Renovação da Outorga)

Referência: Processo nº 53000.008986/2011

Prezado Senhor (a),

Tendo em vista a assinatura da Portaria nº 50, de 3 de fevereiro de 2012, da COLINHALFIN EMPRESA DE RADIODIDFUSÃO LTDA., encaminhamos em anexo guia DARF, para recolhimento da taxa de publicação, devendo o comprovante ser devolvido via FAX para a Imprensa Nacional, no telefone (61) 3441-9555, com a devida confirmação de recebimento pelo número (61) 3441-9500, para que o referido ato seja publicado no Diário Oficial da União.

O não pagamento da citada taxa, no prazo estabelecido na referida guia, implicará em que o ato citado seja tornado sem efeito, tomadas as providências cabíveis em relação aos respectivos autos.

Atenciosamente,

VÂNEA RABELE

Coordenadora-Geral de Regime Legal de Outorgas

MNSF/mnsf/CGLO

182

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República Imprensa Nacional

Envio Eletrônico de Matérias Comprovante de Recebimento



A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 15/02/2012 15:31:02

Origem: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Operador: Maria Noelia Sanchas Falcao

Ofício: 1929965

Data prevista de publicação: 17/02/2012 Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1

Forma de pagamento: Boleto Avulso

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Acompanhe o status da(s) matéria(s) na opção 'Consultar Matérias'

Matérias Matérias					
Seqüencial	Arquivo(s)	Tamanho (cm)	Valor		
	RENOVAR-PORT.50 - 12 - COLINHAFIN EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA.rtf	8,479,513,00			
	Total da matéria	8,479,513,00	R\$ 242,96		
TOTAL DO	OFICIO	8,479,513,00	R\$ 242,96		

		· Comun.
		Sulling
In	primir,	Boleto l
	10111111	S Fis. 199
	Recib	o do Sacado

₩ BANCO DO BRASIL | 001-9

00198.41808 50000.000005 01929.965216 1 52540000024296

Cedente		* ,	Código do Cede	ente	Espécie	Quantidade	Nosso número
PR - Imprensa Nacional		n e e e e e	1607-1 / 55		R\$	0001	0000000001929965
Número do documento		CPF/CNPJ		mento	1	Valor documento	
4		04.196.645/0001-00	25/0	2/2012			242,96
(-) Desconto / Ábatimento	(-) Outras deduções	(+) Mora / Multa	<u> </u>	(+) Outros acréscimo	\$	(=) Valor cobrad	
Sacado							
COLINHALFIN EMPRES		ISÃO LTDA					
Rua Doutor João Colin,	362 - Centro				,		
Joinville, SC - CEP: 89.2	201-300						
Instruções				,			Autenticação mecânica
						,	
				:			
Referente a publicação	do ofício 1929965	Anviado am 15/02/201	2				· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
a publicuguo	40 011010 102000	enviduo em 15/02/201	4		,	*	Corte na linha pontilhada
							Cone na mna ponumava

BANCO DO BRASIL | 001-9 00198.41808 50000.000005 01929.965216 1 52540000024296

Local de pagamento						Vencimento	
Pagável em qualquer B	anco até o venci	mento				25/02/2012	
Cedente						Agência/Còdigo cedente	
PR - Imprensa Nacional						1607-1 / 55573000-X	
Data do documento	No documento		Espécie doc.	Aceite	Data process.	Nosso número	
15/02/2012	4		ND	N	15/02/2012	0000000001929965	
Uso do banco / Convênio	Carleira '	Espécie	Quantidade		Valor Documento	(=) Valor documento	
33804/841805	18 / 124	R\$	0001		242,96	242,96	
Instruções A publicação sómente publicação na edição da 18h, mediante entre (61) 3441-9555, com a Anós vencimento este	(-) Desconto / Abaţimento (-) Outras deduções (+) Mora / Multa						
Após vencimento, este boleto perde a validade.						(1) moral maria	
Referente a publicação	o do ofício 192996	55 enviado em	15/02/2012			(+) Outros acréscimos . (=) Valor cobrado	
			*	~			

COLINHALFIN EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA Rua Doutor João Colin, 362 - Centro Joinville, SC - CEP: 89.201-300

Cód. baixa

Autenticação mecânica - Ficha de Compensação



Corte na linha pontilhada

Continuar



Servico Público Federal Ministério das Comunicações Publicado no C.O.U. em

PORTARIA Nº

FEVEREIRO

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.008986/2011, RESOLVE:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 22 de maio de 2011, a permissão outorgada, originariamente, à Rádio Cólon Ltda., pela Portaria nº 76, de 20 de maio de 1981, publicada no Diário Oficial da União de 22 de maio de 1981, transferida para COLINHALFIN EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA., pela Portaria nº 311, de 5 de dezembro de 1991, publicada no Diário Oficial da União de 13 de dezembro de 1991, e renovada pela Portaria nº 305, de 21 de junho de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 7 de julho de 2006, pendente de apreciação pelo Congresso Nacional, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no Município de Joinville, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão cuja outorga é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

Ministro de Estado das Comunicações

de

Ċ

EM MC

Brasília, de

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

- 1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.008986/2011, acompanhado de Portaria, que renova a permissão outorgada à COLINHALFIN EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA., para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no Município de Joinville, Estado de Santa Catarina, pelo prazo de dez anos, a partir de 22 de maio de 2011.
- A outorga foi deferida, originariamente, à Rádio Cólon Ltda., pela Portaria nº 76, de 20 de maio de 1981, publicada no Diário Oficial da União de 22 de maio de 1981, transferida para COLINHALFIN EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA., pela Portaria nº 311, de 5 de dezembro de 1991, publicada no Diário Oficial da União de 13 de dezembro de 1991, e renovada pela Portaria nº 305, de 21 de junho de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 7 de julho de 2006, pendente de apreciação pelo Congresso Nacional.
- 3. Observo que a renovação das permissões outorgadas para a execução dos serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamenta.
- 4. Os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério manifestaram-se favoravelmente ao pedido, uma vez que todas as disposições normativas regentes foram atendidas.
- Diante do exposto e em observância ao que dispõe a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, o Decreto nº 88.066/83, encaminho o processo a Vossa Excelência, para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 223, §3º, da Constituição da República.

Respeitosamente,

PAULO BERNARDO SILVA Ministro das Comunicações





PORTARIA Nº 46, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta dos Processos nº 53000.047983/2008, e 53830.002887/1998, resolve:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 28 de fevereiro de 2009, a permissão outorgada a RÁDIO SANTOS DU-MONT LIDA, pela Portaria nº 217, de 20 de fevereiro de 1979, publicada no Diário Oficial da União de 28 de fevereiro de 1979, e renovada pela Portaria nº 37, de 13 de fevereiro de 1990, publicada renovada pela Portaria nº 37, de 13 de fevereiro de 1990, publicada publicada no Diário Oficial da União de 28 de fevereiro de 1979, e renovada pela Portaria n' 37, de 13 de fevereiro de 1990, publicada no Diário Oficial da União de 5 de março de 1990, referendada pelo Decreto Legislativo nº 159, de 1991, publicado no Diário Oficial da União de 130 de junho de 1991, para explorar sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no Municipio de Jundial, Estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Te-

renovada por esta Portaria, reger-se-a pelo Codigo Brasileiro de Te-lecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos. Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após de-liberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da "onstituição Federal. Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua pu-

PAULO BERNARDO SILVA

VPORTARIA Nº 50, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, n

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5¹ da Lei n² 5.785, de 23 de junho de 1972, e no árt. 6¹, inciso II, do Decreto n° 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo n² 53000.008986/2011, resolve:

Art. 1² Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3², da Lei n² 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 22 de maio de 2011, a permissão outorgada, originariamente, à Rádio Cólon Lida, pela Portaria n² 76, de 20 de maio de 1981, publicada no Diário Oficial da Unito de 22 de maio de 1981, transferida para COLINHALFIN EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA, pela Portaria n² 311, de 5 de dezembro de 1991, e renovada pela Portaria n² 305, de 21 de junho de 2006, publicada no Diário Oficial da Unitão de 13 de dezembro de 1991, e renovada pela Portaria n² 305, de 21 de junho de 2006, publicada no Diário Oficial da Unitão de 7 de julho de 2006, pendente de apreciação pelo Congresso Nacional, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodítissão Sonora em Frequência Modulada, no Município de Joinville, Estado de Santa Catarina.

difusão Sonora em Freqüência Modulada, no Município de Joinville, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão cuja outorga é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIA Nº 51, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5¹ da Lei n¹ 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6¹, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo n¹ 53000.013059/2008, resolve:

Art. 1¹ Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3¹, da Lei n¹ 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 30 de setembro de 2008, a permissão outorgada à Guimarães, Agostinho & Cia Ltda, pela Portaria n¹ 472, de 29 de setembro de 1988, publicada no Diário Oficial da União de 30 de setembro de 1988, atualmente denominada (CIANORTE FM SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LT-DA., e¹renovada pela Portaria n¹ 2.357, de 5 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 1ª de outubro de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 1ª de outubro de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 1ª de outubro de 2007, para execular, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada, no Município de Cianorte, Estado do Paraná. Art. 2ª A execução do serviço de radiodifusão cuja outorga é renovada por esta Portaria reger-se-à pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3ª do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4¹ Esta Portaria entra em vigor na data de sua pu-

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua pu-

PORTARIAS DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

Diário Oficial da União - Seção 1

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º c art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, resolve. 19 de fevereiro de 1998, resolve. 19 de fevereiro de 1998, resolve. 19 de consecuencia de 1998, resolve. 19 de consecuencia de 1998, resolve. 19 de 1998, resolve. 19 de 1998, resolve. 19 de 1998, resolve. 19 de 1998, resolve. 1998, resolve de 1998, resolve. 1998, resolve.

Nº da Portaria	Nº do Processo	Nome da Entidade	Localidade/UF	
64	53000.026063/10	Associação Rádio Comunitária Barrolândia FM	Barrolándia/TO	
65 -	53000.013501/10	Associação de Apoio aos Carentes de Dom Bosco - AACDB	Dom Bosco/MG	
66	53000.008229/07	Associação Comunitária Educativa, Cultural e Artistica de São Joaquim de Bicas	São Joaquim de Bicas/MG	
67	53000,000729/99	Associação e Rádio Comunitária Amigos Bairro dos Prados Satélite	Peruibe/SP	
68	53000.032183/11	Associação de Radiodifusão Comunitária Rig FM de Río dos Índios	Rio dos Indios/RS	
69	53000.028383/09	Associação de Comunicação e Cultura de Baraúna-RN	Baraûna/RN	
. 70	53000.013996/09	Associação Beneficiente de Radiodifusão Comunitária do Assentamento das Mulheres Organizadas	Piripiri/PI	
71	53000.060292/10	Associação Cultural e Comunitária de Vidal Ramos	Vidal Ramos/SC	
72	53000.012878/10	Associação Rádio Comunitária Kennedy FM	Presidente Kennedy/TO	

PAULO BERNARDO SILVA

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES CONSELHO DIRETOR

DESPACHOS DO PRESIDENTE Em 28 de setembro de 2011

Nº 8.222 - PADO n.º 53500.004536/2000

N° 8.224 - YADO n.º 53500.009350/2000

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração iameniares e regimentais, examinando o regido de Reconsideração com Pedido de Efeito Suspensivo apresentado pela TELEMAR NOR-TE LESTE S/A - Filial Rio de Janeiro, Concessionária do STFC, CNPJ/MF nº 33.000.118/0001-79, em face das determinações do Despacho nº 640/2011-CD, de 26 de janeiro de 2011, decidiu, em su Reunião nº 621, realizada em 8 de dezembro de 2011, conhecer do Pedido de Reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo integralmente a sanção proferida pelo Superintendente de Serviços Públicos, exarda por meio do Despacho nº 5.673/2008/PBCP//PBCP/SPB, de 26 de dezembro de 2008, que apli-5.673/2008/PBCP/PBCP/SPB, de 26 de dezembro de 2008, que aplicou sanção de multa no valor total de RS 822.705,99 (oitocentos e vinte e dois mil, setecentos e cinco reais e noventa e nove centavos), por descumprimento ao art. 18 do Regulamento sobre a Divulgação de Lista de Assinantes e de Edição e Distribuição de Listas Telefônicas Obrigatórias e Gratuitas, aprovado pela Resolução nº 66, de 9 de novembro de 1998, bem como sanção de advertência para as infrações aos artigos 9º e 11 do mesmo Regulamento; pelas razões e fundamentos constantes na Análise nº 427/2011/GCJV, de 19 de maio de 2011.

RONALDO MOTA SARDENBERG

Em 23 de fevereiro de 2012

Nº 1.600 - Processo nº 53500.003385/2012 O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE O CONSELHO DIRETOR DA AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, ao examinar as solicitações de prorrogação do prazo de vigência da Consulta Pública nº 4, de 24 de janeiro de 2012, referente à proposta de Edital de Licitação para Expedição de Autorizações de Uso de Radiofrequências na subfaixa 2500 MHz a 2690 MHz e/ou na subfaixa de 451 MHz a 458 MHz e de 461 MHz 469 MHz rescriedar a Autorizações apras Exploração do Serviço de 460 MHz. 2690 MHz e/ou na subfaixa de 451 MHz a 458 MHz e de 461 MHz a 468 MHz, associadas a Autorizações para Exploração do Serviço de Comunicação Multimidía - SCM, do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC e do Serviço Móvel Pessoal - SMP, decidiu, por meio do Circuito Deliberativo nº 01910/2012, de 23 de fevereiro de 2012, determinar a prorrogação do prazo para recebimento de contribuições sobre a referida Consulta Pública, para até às 18h do dia 2 de março de 2012 para contribuições encaminhadas por meio de formulário eletrônico; pelas razões e fundamentos contidos na Análise nº 73/2012-GCRZ, de 23 de fevereiro de 2012. de fevereiro de 2012.

JARBAS JOSÉ VALENTE

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREOUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

ATO Nº 1.058, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2012

Autorizar 14 BRASIL TELECOM CELULAR S/A, CNPJ nº 05.423.963/0001-11 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Brasília/DF, no período de 22/02/2012 a 06/04/2012.

> JOSÉ JOAQUIM DE OLIVEIRA Superintenden Substituto

ATO Nº L059, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2012

Autorizar 14 BRASIL TELECOM CELLII AR S/A CNPL nº O5.423.963/0001-11 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Brasilia/DF, no período de 22/02/2012 a 04/06/2012.

JOSÉ JOAQUIM DE OLIVEIRA

ATO Nº 1,060, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2012

Autorizar TNL PCS S.A., CNPJ nº 04.164.616/0001-59 a realizar r operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, cidade(s) de Manaus/AM, no período de 22/02/2012 a na(s) cidad 06/04/2012.

JOSÉ JOAQUIM DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PRIVADOS

ATO Nº 8.098, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2011

Processo nº 53504.008707/2009. Aplicar à TIM CELULAR S.A, inscrita sob o CNPJ nº 04.206.050/0001-80, a pena de MULTA, com fundamento no art. 173, inciso II, da Lei nº 9.472 - LGT, de 16 de julho de 1997, no inciso II do artigo 4º, no artigo 7º, nos incisos II e III do artigo 8º, e no § 2º do artigo 8º, todos do Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas, aprovado pela Resolução 344, de 18 de julho de 2003, no valor de R\$ 2.819,05 (dois mil oitocentos dezenove regais e cisos centavos). Jose desenvolvementos de activa dezenove regais e cisos centavos. e dezenove reais e cinco centavos), pelos descumprimentos do artigo 53, inciso IV c/c artigo 13, inciso VIII, ambos do Regulamento Geral de Portabilidade, aprovado pela Resolução nº 460, de 19 de março de 2002.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS

ATO Nº 249, DE 13 DE JANEIRO DE 2012

Processo no 53500.014954/2007. Outorga autorização para uso da radiofrequência 173,83 MHz, em substituição a radiofrequência anteriormente autorizada de 160,15 MHz, à PONTUAL TAXI LTDA ME, CNPJ no 08.977.774/0001-89, associada à autorização para exploração do Serviço de Radiofáxi Especializado, sendo o uso das radiofrequências sem exclusividade, compartilhada no espaço e no tempo com outras estações de outras autorizadas, sem direito à proteção contra interferências prejudiciais de radiofrequências oriundas dessas estações, até 24 de junho de 2018, em caráter precário, prorrogável uma única vez e de forma onerosa, por igual período.

DIRCEU BARAVIERA Superintender Substituto

ATO Nº 636, DE-2 DE FEVEREIRO DE 2012

Processo nº 53500.025169/2011. Expede autorização de uso de radiofrequências à ISIMPLES TELECOM E HARDWARE LTDA, CNPJ nº 09.613.622/0001-60, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, referente ao(s) radioenlace(s) ancilare(s).

> DIRCEU BARAVIERA Supérintenden Substituto

PAULO BERNARDO SILVA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012022400102

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA COORDENAÇÃO GERAL DE REGIME LEGAL DE OUTORGA

DESPACHO

Ref. Processos Administrativo nº 53000.008986/2011

Entidade: ARJONA E CHAVES LTDA

Assunto: Renovação de Outorga.

Tendo em vista que a permissão outorgada à Colinhalfin Empresa de Radiodifusão Ltda, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, no Município de Joinville, Estado de Santa Catarina, foi renovada por meio da Portaria nº 50, de 3 de fevereiro de 2012, publicada no Diário Oficial da União do dia 24 subseqüente, e consoante o disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, encaminhe-se o presente processo ao Gabinete do Ministro, para enviar à Presidência da República.

Brasília, Obde março de 2012

VÂNEA RABELO

Coordenadora-Geral de Regime Legal de Outorgas

MNSF/mnsf/CGLO

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES GABÍNETE DO MINISTRO COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 722

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 722 70044-900 Brasília-DF

Tel.: (61) 311-6242 - 321-7484 - Fax: (61) 311-6583

Ofício nº

80

/2012/GM-MC

Brasília,26 de abril

de 2012.

Ao Senhor

LUÍS ALBERTO DOS SANTOS

Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais Palácio do Planalto, 4º andar 70150-900 Brasília-DF

Assunto: Encaminha anexo(s)

Senhor Subchefe,

Atendendo à orientação dessa Subchefia e ao que dispõe o Decreto nº 3.714, de 3 de janeiro de 2001, referente à transmissão eletrônica de documentos, encaminho, em anexo, os seguintes processos:

MC 00093 2012

- 53000.026063/2010

MC 00094 2012

- 53000.013996/2009

MC 00095 2012

- 53000.050919/2004

MC 00098 2012

- 53000.038213/2010

MC 00099 2012 2 volumes-

- 53000.002237/2011 / 53740.000046/2001

MC 00100 2012 2 volumes

- 53000.047983/2008 / 53830.002887/1998

MC 00101 2012 2 volumes

- 53000.012652/2008 / 53103.000044/2000

MC 00102 2012

- 53000.003140/2004

4 VOLUMES.

MC 00103 2012

- 53000.008986/2011

MC 00104 2012

OFATOSNORMATIVOS9

- 53000.013059/2008

Atenciosamente,

RENATA MORAES CHECCHIO

Coordenador-Geral Substituta

00000000000

PORT. 50/12.

Comunica Com



EM nº 00103/2012 MC

Brasília, 25 de Abril de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

- 1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.008986/2011, acompanhado de Portaria, que renova a permissão outorgada à COLINHALFIN EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA. para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no Município de Joinville, Estado de Santa Catarina, pelo prazo de dez anos, a partir de 22 de maio de 2011.
- 2. A outorga foi deferida, originalmente, à Rádio Cólon Ltda., pela Portaria nº 76, de 20 de maio de 1981, publicada no Diário Oficial da União de 22 de maio de 1981, transferida para **COLINHALFIN EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA.**, através da Portaria nº 311, de 5 de dezembro de 1991, publicada no Diário Oficial da União de 13 de dezembro de 1991, e renovada pela Portaria nº 305, de 21 de junho de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 7 de julho de 2006.
- 3. Observo que a renovação das permissões outorgadas para a execução dos serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamenta.
- 4. Os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério manifestaram-se favoravelmente ao pedido, uma vez que todas as disposições normativas regentes foram atendidas.
- 5. Diante do exposto e em observância ao que dispõe a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, o Decreto nº 88.066/83, encaminho o processo a Vossa Excelência, para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 223, §3º, da Constituição da República.

Respeitosamente,

52 0475 0835.



PORTARIA Nº 50 , DE 3 DE FEVEREIRO

Ministério das Comunicaçõe Publicado no D.O.U. em 24/2012 Seção T Página 1090 Ruivica DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.008986/2011, RESOLVE:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 22 de maio de 2011, a permissão outorgada, originariamente, à Rádio Cólon Ltda., pela Portaria nº 76, de 20 de maio de 1981, publicada no Diário Oficial da União de 22 de maio de 1981, transferida para **COLINHALFIN EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA.**, pela Portaria nº 311, de 5 de dezembro de 1991, publicada no Diário Oficial da União de 13 de dezembro de 1991, e renovada pela Portaria nº 305, de 21 de junho de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 7 de julho de 2006, pendente de apreciação pelo Congresso Nacional, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no Município de Joinville, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão cuja outorga é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA Ministro de Estado das Comunicações

EM/103/MC/2012

PARECER Nº 1.531/2011/CAO/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU

PROCESSO Nº 53000.008986/2011.

INTERESSADO: Colinhalfin Empresa de Radiodifusão Ltda.

ASSUNTO: Renovação de outorga para exploração de serviço de radiodifusão sonora.



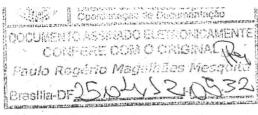
- I Renovação da outorga concedida à Colinhalfin Empresa de Radiodifusão Ltda., para exploração de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Joinville, Estado de Santa Catarina.
- II Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República e na Lei n^{Ω} 5.785/72, regulamentada pelo Decreto n^{Ω} 88.066/83.
- III Processo devidamente instruído com a documentação necessária ao deferimento do pleito. Competência do Ministro de Estado das Comunicações, conforme art. 33, § 5°, da Lei 4.117/62 e art. 6° do Decreto nº 88.066/83.

Senhor Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica,

Trata-se de processo administrativo de interesse da Colinhalfin Empresa de Radiodifusão Ltda., referente à renovação de outorga para exploração de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Joinville, Estado de Santa Catarina, relativa ao decênio de 2011 a 2021.

I – RELATÓRIO

- 2. A outorga do serviço foi conferida originariamente à Rádio Colon Ltda. por meio da Portaria nº 76, de 20 de maio de 1981, transferida à Colinhalfin Empresa de Radiodifusão Ltda., em decorrência de cisão parcial da Rádio Colon Ltda., por meio da Portaria nº 311, de 5 de dezembro de 1991, publicada no Diário Oficial da União em 13 de dezembro de 1991.
- 3. A entidade protocolou pedido de renovação quanto ao período de 2001/2011. No entanto, não houve manifestação conclusiva do Poder Público sobre o assunto. De acordo com o documento de fl. 174, o processo encontra-se no Senado Federal.



C

4. De acordo com o art. 227, inciso I, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 401, de 22 de agosto de 2006, o processo foi submetido à análise técnica da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, que opinou pela renovação da outorga, conforme Nota Técnica nº 2240/2011/CGLO/DEOC/SCE-MC (fls. 170/172).

II - RENOVAÇÃO DA OUTORGA

- 2. A Constituição Federal estabelece, em seu artigo 223, a possibilidade de renovação das outorgas concedidas pelo Poder Público àqueles que exploram serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por sua vez, a Lei nº 5.785/72 determina que a renovação da concessão ou permissão está subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão. A interessada deve comprovar o cumprimento das exigências legais e regulamentares, assim como a observância das finalidades educativas e culturais do serviço. A norma encontra-se regulamentada pelo Decreto nº 88.066/83.
- 3. A renovação da outorga consiste em direito conferido àqueles que exploram o serviço dentro dos padrões exigidos pela legislação regente, desde que haja interesse nacional. As permissões para exploração de serviço de radiodifusão sonora poderão ser renovadas por períodos sucessivos de dez anos e as concessões referentes ao serviço de radiodifusão de sons e imagens por períodos sucessivos de quinze anos (Decreto no 88.066/83, art. 2º). Não há limitação quanto ao número de períodos renovados.
- 4. Ao Presidente da República compete outorgar concessão ou autorização para os serviços de radiodifusão de sons e imagens, serviços de radiodifusão sonora regional e nacional, bem como suas renovações. Quando se tratar de outorgas de permissão relativas à execução do serviço de radiodifusão sonora local e respectivas renovações, a atribuição compete ao Ministro de Estado das Comunicações, nos termos dos artigos 33, § 5°, e 34, §1°, da Lei 4.117/62 e art. 6° do Decreto nº 88.066/83, que regulamenta a Lei no 5.785/72.
- 5. Feitos estes esclarecimentos, passamos ao exame do pedido.

III - ANÁLISE DO PEDIDO

- 2. No que se refere ao pedido de renovação cujo período venceu sem manifestação final do Poder Público, houve perda do objeto, nos termos do art. 9º do Decreto nº 88.066/83. Embora tenha sido expedida a Portaria nº 305, de 21 de junho de 2006, publicada no Diário Oficial da União em 7 de julho de 2006, a qual renovava a permissão por mais dez anos, o ato não teve eficácia, pois não foi referendado pelo Congresso Nacional no prazo legal, conforme determina o art. 223, § 3º, da Constituição da República. Nesta hipótese, considera-se que o serviço foi mantido em funcionamento em caráter precário. Esse fato não impede renovação do novo período pleiteado.
- 3. O requerimento formulado foi apresentado tempestivamente, nos termos do art. 3º do Decreto nº 88.066/83, conforme se verifica do documento de fl. 2, protocolado em 21/02/2011.
- 4. A Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica analisou o processo e opinou pelo deferimento do pedido de renovação, em virtude de terem sido apresentados todos os documentos exigidos, conforme Nota Técnica nº 2240/2011/COREV/CGLO/DEOC/SCE-MC, às fls. 170/172.
- 5. De acordo com as certidões fiscais apresentadas durante a instrução processual, a entidade demonstrou situação regular. No que tange ao cometimento de irregularidades no curso da prestação do serviço, o documento acostado à fl. 167 demonstra que há processos de apuração de infração em curso que poderão culminar em penalidades de multa (Processos nº 53000.038144/2010 e 53000.004620/2006).



Secretaria de Administração
Direidos de Rocument Colisticos
Coordonagos de Decimentação

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE
CONFERE COM O ORIGINADO
Paulo Rogério Magalinãos Mesquito
Brasilia-DF250-V12-H0532

- 6. Em atendimento ao disposto nos artigos. 220 a 223 da Constituição da República, a entidade interessada apresentou as seguintes declarações:
- declaração da entidade de radiodifusão de que cumpre as normas atinentes à propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias, fl. 95;
- declaração da entidade de radiodifusão atestando sobre o cumprimento dos seguintes percentuais em sua programação: 25% de tempo reservado à propaganda comercial, 5% do tempo ao serviço noticioso, bem como o cumprimento da obrigação de transmitir 5 horas semanais de programas educacionais, fls. 99 e 100/101;
- declaração da entidade de radiodifusão de cumprimento da finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, fl. 97; e
- declaração da entidade de radiodifusão de cumprimento aos valores éticos e sociais da pessoa e da família em relação ao conteúdo veiculado, fl. 103.
- 2. Por fim, cumpre informar:
- Número de emissoras do serviço na localidade extrato da Agência Nacional de Telecomunicações ANATEL à fl. 168;
- Nacionalidade dos proprietários da entidade de radiodifusão a entidade possui quadro societário com a seguinte composição: Maria Luiza Loyola Colin, Maria Tereza Colin Halfin e Juracy Ribeiro;
- Nacionalidade do responsável pela gestão das atividades: Ricardo Belegante, brasileiro nato (fl. 106);
- Nacionalidade do responsável pela área editorial: Cleiton Bernardes dos Santos, brasileiro nato (fl. 108); e
- Nacionalidade do responsável pela direção de programação: Sidney Rosa, brasileiro nato (fl. 107).
- 2. Portanto, restam atendidos todos os requisitos legais necessários à renovação da outorga concedida à entidade interessada.

IV- CONCLUSÃO

- 2. Diante do exposto, esta Consultoria Jurídica, órgão da Advocacia-Geral da União, não vislumbra qualquer óbice jurídico ao deferimento do pedido.
- 3. A outorga deverá ser renovada a partir de 22 de maio de 2011, tendo por referência a data das renovações anteriores.
- 4. Oportuno ressaltar que o ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, conforme disposto no art. 223, § 3º, da Constituição da Republica.

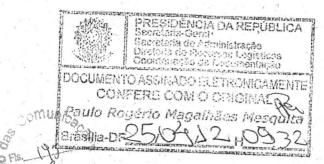
À consideração superior.

Brasília, 22 de novembro de 2011.

DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL

Advogada a União

Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Auxiliares DESPACHO Nº 3035/2011/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU



PROCESSO Nº 53000.008986/2011.

INTERESSADO: Colinhalfin Empresa de Radiodifusão Ltda.

ASSUNTO: Renovação de outorga para exploração de serviço de radiodifusão sonora

Aprovo o PARECER Nº 1.531/2011/CAO/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU, da lavra da Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Auxiliares Danielle Lustz Portela Brasil.

Encaminhem-se os autos à apreciação pelo Senhor Consultor Jurídico.

Brasília, de de 2011.

DANIEL PEREIRA DE FRANCO

Advogado da União

Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica

DESPACHO Nº 3037/2011/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU

PROCESSO Nº 53000.008986/2011.

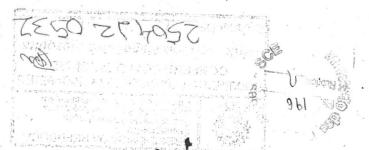
INTERESSADO: Colinhalfin Empresa de Radiodifusão Ltda.

ASSUNTO: Renovação de outorga para exploração de serviço de radiodifusão sonora.

Aprovo o **DESPACHO** Nº 3035/2011/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU da lavra do Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica, Daniel Pereira de Franco.

Encaminhem-se os autos à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, em prosseguimento.

Brasília, de de 2011.



JOSÉ FLÁVIO BIANCHI

Consultor Jurídico





TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

Processo nº: 53000.008986/2011-93

- 1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
- 2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
- 3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

Brasília, 11 de fevereiro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Diego Fernandes Carneiro Silva**, **Chefe de Serviço de Apoio Administrativo**, em 11/02/2015, às 10:49, conforme art. 3°, III, "b", da Porfaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.mc.gov.br/verifica.html informando o código verificador 0369899 e o código CRC FBD1645D.

Criado por diego.silva, versão 1 por diego.silva em 11/02/2015 10:49:12.





Oficio nº 37 /2015 - Supar/SRI.

Brasília, 15 de janeiro de 2015.

À Senhora
ALESSANDRA CRISTINA AZEVEDO CARDOSO
Chefe de Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações
Brasília - DF

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

BRASÍLIA - DF

SEDDO/DIEXP/COGN/GM

26 / O1 /2015

Assunto: Restituição de processos de radiodifusão.

Senhora Chefe de Gabinete,

Restituímos a Vossa Senhoria, conforme relação anexa, 151 Processos de Radiodifusão e respectivas Portarias, para oitiva do atual Ministro dessa Pasta. Informo, também, que as Exposições de Motivos estão sendo restituídas pelo Sidof.

Atenciosamente,

DANILO GENNARI Subchefe-Adjunto

Ordem	NUP	Assunto
1	53740000783200032	MC 00002 2013 Mandaguaçu PR / Licit/FM - 1 (um) volume
2	53000022860200826	MC 00003 2012 Cáceres MT / Renov/FM - 1 (um) volume Apensado processo nº 53690.000864/1998 com 1 (um) volume
3	53740000857200031	MC 00003 2013 Santa Terezinha de Itaípu PR / Licit/FM - 1 (um) volume
4	53000064010201281	MC 00013 2014 Centenário TO / RADCOM - 1 (um) volume
5	53000023661201050	MC 00014 2014 Itumbiara GO / RADCOM - 1 (um) volume
6	53000023655201001	MC 00015 2014 Humberto de Campos MA / RADCOM - 1 (um) volume
7.	53000066201201105	MC 00017 2014 Catuti MG / RADCOM - 2 (dois) volumes
8	53000007834200878	MC 00018 2012 Lapa PR / Renov/FM - 1 (um) volume Apensado processo nº 53740.000488/1998 com 1 (um) volume
9	53000054585201113	MC 00018 2014 Porto Esperidião MT / RADCOM - 1 (um) volume
10	53000036914201136	MC 00019 2014 São Jorge do Patrocínio PR / RADCOM - 1 (um) volume
11	53000055599200760	MC 00020 2014 Palmas TO / RADCOM - 1 (um) volume
12	53000005277200770	MC 00021 2012 Criciúma SC / Renov/FM - 1 (um) volume Apensado processo nº 53820.000056/1997-29 com 1 (um) volume
13	53000027485200991	MC 00022 2014 Assis Chateaubriand PR / RADCOM - 1 (um) volume
14.	53000015437200951	MC 00024 2012 Criciúma SC / Renov/FM - 1 (um) volume Apensado processo nº 53740.002183/1999-14 com 2 (dois) volumes
15	53650000551200174	MC 00024 2013 Viçosa do Ceará CE / Licit/OM - 1 (um) volume
16	53000009365201127	MC 00025 2012 Cesário Lange SP / Renov/FM - 1 (um) volume Apensado processo nº 53830.000087/2001 com 2 (dois) volumes

Ordem	NUP	Assunto
17	53670000962200041	MC 00025 2013 Campo Novo do Parecis MT / Licit/FM - 1 (um) volume
18	53000063165201209	MC 00025 2014 Aparecida do Rìo Doce GO / RADCOM - 2 (dois) volumes
19	53000049325200651	MC 00026 2012 Pelotas RS / Renov/FM - 1 (um) volume
20	53710000579200150	MC 00026 2013 Montalvânia MG / Licit/FM - 1 (um) volume
21	53000029325200987	MC 00026 2014 Santa Bárbara BA / RADCOM - 1 (um) volume
22	53000012434200531	MC 00027 2012 Piracicaba SP / Renov/FM - 2 (dois) volumes
23	53710000579200150	MC 00027 2013 Matias Cardoso MG / Licit/FM - 1 (um) volume
24	53000010676201058	MC 00028 2013 Encantado RS / Licit/FM ~ 1 (um) volume
25	53640000236200247	MC 00029 2013 Campo Formoso BA / Licit/OM - 1 (um) volume
26	53000066680201151	MC 00029 2014 Avaré SP – FME - 1 (um) volume
27	53710000449200206	MC 00030 2013, Araporã MG / Licit/FM - 1 (um) volume
28	53000057408201181	MC 00030 2014 Dourados MS – FME - 1 (um) volume
29	53000041092201024	MC 00031 2013 Lagarto SE / Licit/FM - 1 (um) volume
30	53000008620201203	MC 00031 2014 Estância SE - FME - 1 (um) volume
31	53000022885201125	MC 00032 2012 Blumenau SC / Renov/FME - 3 (três) volumes
32	53000056116201121	MC 00032 2014 Paranaguá PR - FME - 1 (um) volume

Ordem	NUP	Assunto
33	53650000792200113	MC 00033 2012 Orós CE / Renov/FM - 1 (um) volume
34	53000067147201115	MC 00033 2014 Telêmaco Borba PR - FME - 1 (um) volume
35	53000059022201111	MC 00034 2014 Criciúma SC - FME - 1 (um) volume
36	53000009979201117	MC 00035 2012 Niquelândia GO / Renov/FM - 1 (um) volume
37	53000059718201130	MC 00035 2014 Santarém PA - FME - 1 (um) volume
38	53000058587201173	MC 00036 2014 Nova Friburgo RJ - FME - 1 (um) volume
39	53000066082201182	MC 00037 2014 Trindade GO - FME - 1 (um) volume
40	53670000698200215	MC 00038 2013 Novo Gama GO / Licit/FM - 1 (um) volume
41	53000007971201299	MC 00038 2014 Senhor do Bonfim BA - FME - 1 (um) volume
42	53000027954201014	MC 00039 2012 Prata MG / Licit/FM - 1 (um) volume
43	53000007969201210	MC 00039 2014 Serrinha BA - FME - 1 (um) volume
44	53710000613200013	MC 00040 2012 Itamogi MG / Licit/FM - 1 (um) volume
45	53000008174201229	MC 00040 2014 Januária MG – FME - 1 (um) volume
46	53000045699201083	MC 00041 2012 Treviso SC / Licit/FM - 1 (um) volume
47	53000000127201318	MC 00041 2014 São João do Sabugi RN / RADCOM - 1 (um) volume
48	53000026910201069	MC 00042 2012 Cambuquira MG / Licit/FM - 1 (um) volume

Ordem	NUP	Assunto
49	53000028478200915	MC 00042 2014 Japaratuba SE / RADCOM - 1 (um) volume
50	53000003089201011	MC 00043 2012 São Benedito do Rio Preto MA / Licit/FM - 1 (um) volume
51	53000042881201244	MC 00043 2014 Indianópolis PR / RADCOM - 1 (um) volume
52	53710000326200267	MC 00044 2012 Pocrane MG / Licit/FM - 1 (um) volume
53	53000053959201094	MC 00044 2014 Mataraca PB / RADCOM - 1 (um) volume
54	53000060892201125	MC 00045 2014 Capim PB / RADCOM - 1 (um) volume
55	53000047616201171	MC 00046 2014 Chalé MG / RADCOM - 2 (dois) volumes
56	53000028337201290	MC 00049 2014 Virgolandia MG / RADCOM - 1 (um) volume
57	53000055538201189	MC 00053 2014 Jaraguari MS / RADCOM - 1 (um) volume
58	53710000754199814	MC 00056 2014 Alvinópolis MG/RADCOM - 1 (um) volume
59	53000038735200757	MC 00057 2014 Itaquiraí MS/ RADCOM - 1 (um) volume
60	53000003556201266	MC 00060 2014 Itapipoca CE/FM - 1 (um) volume
61	53000015303201235	MC 00061 2014 Castanheira MT/RADCOM - 3 (três) volumes
62	53720000367200234	MC 00062-2013 Novo Progresso PA - Licit/OM - 1 (um) volume
63	53000067466201031	MC 00062 2014 Santa Terezinha de Goiás GO/ RADCOM - 1 (um) volume
64	53000060366201165	MC 00063 2014 Dois Riachos AL/RADCOM - 1 (um) volume

Ordem	NUP	Assunto
65	53000021819201057	MC 00064 2014 Vitória da Conquista BA/RADCOM - 2 (dois) volumes
66	53000003793201227	MC 00066 2014 Porto Grande AP/RADCOM - 1 (um) volume
67	53000000317201335	MC 00067 2014 Amapá do Maranhão MA/RADCOM - 1 (um) volume
68	53000001388201355	MC 00070 2014 Itamaraju BA/RADCOM - 5 (cinco) volumes
69	53000053917201215	MC 00071 2014 Barra do Ouro TO/ RADCOM - 1 (um) volume
70	53000051948200693	MC 00073 2013 Limoeíro PE / Renov/FM 1 (um) volume Apensado processo nº 53103.000408/2000 com 1 (um) volume
71	53000014329201002	MC 00074 2012 Umbaúba SE / Licit/FM - 1 (um) volume
72	53000043799201237	MC 00074 2014 Floral PR/ RADCOM - 1 (um) volume
73	53000056849200941	MC 00075 2012 Coari AM / Licit/FM - 1 (um) volume
74	53000017857201358	MC 00076 2014 Governador Newton Bello MA/ RADCOM - 1 (um) volume
75	53000036335201193	MC 00077 2014 Araruna PA/RADCOM - 2 (dois) volumes
76	53000006756201017	MC 00083 2013 Tamarana PR / Licit/FM - 1 (um) volume
77	53000004706201097	MC 00084 2013 Argirita MG / Licit/FM - 1 (um) volume
78	53000003848201037	MC 00085 2013 Bandeira do Sul MG / Licit/FM - 1 (um) volume
79/	53000043932201093	MC 00086 2013 Santa Fé do Araguaia TO / Licit/FM - 1 (um) volume
80	53790000837200155	MC 00087 2013 Torres RS / Licit/FM - 1 (um) volume

Ordem	NUP	Assunto
81	53790000837200155	MC 00088 2013 Tapejara RS / Licit/FM - 1 (um) volume
82	53000002269201077	MC 00090 2013 Condeúba BA / Licit/FM - 1 (um) volume
83	53000060821201041	MC 00091 2013 Irará BA / Licit/FM 1 (um) volume
84	53000012652200819	MC 00101 2012 Gravata PE / Renov/FM - 1 (um) volume Apensado processo nº 53103.000044/2000-56 com 2 (dois) volumes
85	53000008986201193	MC 00103 2012 Joinville SC / Renov/FM - 1 (um) volume
86	53000064843200785	MC 00105 2012 Jataí GO / Renov/FM - 2 (doís) volumes
87	53000067686201065	MC 00106 2012 Santos SP / Renov/FME - 1 (um) volume
88	53740000559200211	MC 00111 2013 Araucária PR – FME - 1 (um) volume
89	53000034004200902	MC 00117 2013 Goiânia GO / Renov/OC - 2 (dois) volumes
90	53000065263200713	MC 00129 2012 Sananduva RS / Renov/FM - 1 (um) volume
91	53000020768200406	MC 00132 2013 Osório RS - FME - 1 (um) volume
92	53000036097200730	MC 00144 2012 Santa Izabel do Oeste PR / Renov/OM - 1 (um) volume
93 -	53000024523200873	MC 00145 2012 Monte Azul Paulista SP / Renov/OM - 1 (um) volume
94	53000019707200901	MC 00148 2012 Poços de Caldas MG / Renov/OT - 2 volumes apenso processo 53710.000189/2002 com 1 volume e processo 53710.000793/1996 com 1 volume
95	53000010896200867	MC 00149 2012 Sobradinho RS / Renov/FM - 1 (um) volume Apensado processo nº 53790.000305/1998 com 1 (um) volume
96	53000012106201183	MC 00151 2012 Concórdia SC / Renov/FM - 1 (um) volume

Ordem	NUP	Assunto
97	53000026993201096	MC 00156 2012 Rondonópolis RO / Renov/FME - 1 (um) volume
98	53720000299200041	MC 00156 2013 Pacajá PA / Licit/FM - 2 (dois) volumes
99	53000014693200335	MC 00157 2012 Varginha MG / Renov/OM - 1 (um) volume
100	53720000299200041	MC 00157 2013 Jacundá PA / Licit/FM - 2 (dois) volumes
101	53000010790200863	MC 00158 2012 Santo Antônio de Pádua RJ / Renov/OM - 2 (dois) volumes Apensado processo nº 53770.001066/1998-03 com 1 (um) volume
102	53720000225200277	MC 00158 2013 Limoeiro do Ajuru PA / Licit/FM - 1 (um) volume
103	53000056154201183	MC 00160 2013 Rio dos Cedros SC / RADCOM - 2 (dois) volumes
104	53000091533200652	MC 00161 2012 Araguaína TO / Renov/OT - 1 (um) volume
105	53000048738201266	MC 00161 2013 Uirapuru GO / RADCOM - 1 (um) volume
106	53000002920201271	MC 00162 2013 Bacabeira MA / RADCOM - 2 (dois) volumes
107	53000076774200671	MC 00163 2012 Catu BA / Renov/FM - 1 (um) volume Apensado processo nº 53640.001298/1998-39 com 1 (um) volume
108	53000044548201016	MC 00164 2012 Campo Grande MS / Renov/FME - 2 (dois) volumes
109	53000027679201292	MC 00164 2013 Jequitibá MG / RADCOM - 3 (três) volumes
110	53000013790201030	MC 00165 2013 Montes Claros MG / RADCOM - 1 (um) volume
111	53000012984201018	MC 00166 2013 Ibirataia BA / RADCOM - 1 (um) volume
112_	53000026544201129	MC 00169 2013 Embu-Guaçu SP / RADCOM - 1 (um) volume

Ordem	NUP	Assunto
113	53000003387201264	MC 00171 2013 Princesa Isabel PB / RADCOM - 12 (doze) volumes
114	53000038016200655	MC 00173 2013 Amaporã PR / RADCOM - 1 (um) volume
115	53000054603201230	MC 00175 2013 Mutunópolis GO / RADCOM - 2 (dois) volumes
116	53000019859200814	MC 00179 2013 Carrasco Bonito TO / RADCOM - 1 (um) volume
,117	53000006409200942	MC 00180 2013 Arneiroz CE / RADCOM - 2 (dois) volumes
118	53000046729201150	MC 00182 2012 Cassilândia MS / Renov/OM - 1 (um) volume
119	53000006481201011	MC 00185 2012 Jupi PE / Licit/FM - 1 (um) volume
120	53650000357200270	MC 00186 2012 Parambu CE / Licit/FM - 1 (um) volume
121	53000003644201004	MC 00187 2012 Lagoa da Prata MG / Licit/FM - 1 (um) volume
122	53790000211200068	MC 00188 2012 Chui RS / Licit/FM - 1 (um) volume
123	53000013513201027	MC 00190 2012 Campo Belo do Sul SC / Licit/FM - 1 (um) volume
124	53000008281200285	MC 00227 2012 Águas Belas PE / Licit/FM - 1 (um) volume
125	53000004483201068	MC 00228 2012 Glaucilândia MG / Licit/FM - 1 (um) volume
126	53000042680201085	MC 00229 2012 Olho DÁgua PB / Licit/FM - 1 (um) volume
127 .	53000062713200716	MC 00230 2012 Joinville SC / Renov/FM - 1 (um) volume Apensado processo nº 53820.000061/1998 com 1 (um) volume
128	53720000345200274	MC 00231 2012 Água Azul do Norte PA / Licit/FM - 1 (um) volume

Ordem	NUP)	Assunto
129	53720000345200274	MC 00232 2012 Aurora do Pará PA / Licit/FM - 1 (um) volume
130	53000026644201074	MC 00237 2012 Angelândia MG / Licit/FM - 1 (um) volume
131	53000006271201015	MC 00238 2012 Betânia PE / Licit/FM - 1 (um) volume
132	53640000323199721	MC 00239 2012 Salvador BA / Renov/FM ~ 2 (dois) volumes Apensado processo nº 53000.016821/2007 com 1 (um) volume
133	53000007818201008	MC 00241 2012 Rio Bonito do Iguaçu PR / Licit/FM - 1 (um) volume
134	53000045150201099	MC 00242 2012 Santa Rosa do Sul SC / Licit/FM - 1 (um) volume
135	53000058819200979	MC 00247 2012 Olho d'Água das Cunhãs MA / Licit/FM - 1 (um) volume
136	53740000259200223	MC 00249 2012 Matos Costa SC / Licit/FM - 1 (um) volume
137	53000005447201011	MC 00250 2012 Maturéia PB / Licit/FM - 1 (um) volume
138	53740000282200218	MC 00251 2012 Iomerê SC / Licit/FM - 1 (um) volume
139	53000026104201091	MC 00252 2012 Paranapuã SP / Lícit/FM - 1 (um) volume
140	53000042099201063	MC 00267 2012 Bom Jesus PI / Licit/FM - 1 (um) volume
141	53830000286200297	MC 00269 2012 Jaci SP / Licit/FM - 1 (um) volume
142	53790001359199707	MC 00272 2012 Igrejinha RS / Renov/FM - 1 (um) volume Apensado processo nº 53000.051345/2004-72 com 1 (um) volume
143	53000015250200523	MC 00278 2012 Viamão RS / Renov/FM - 1 (um) volume
144	53000019342200825	MC 00290 2012 Aquidauana MS / Renov/FM - 1 (um) volume Apensado processo nº 53700.000177/1998-18 com 1 (um) volume

Ordem	NUP	Assunto
145	53000005831201103	MC 00291 2012 Itabaiana SE / Renov/FM - 1 (um) volume
146	53000039692201022	MC 00292 2012 Estreito MA / Licit/FM - 1 (um) volume
147	53830000887199862	MC 00874 2011 Presidente Venceslau SP / Renov/FM - 1 (um) volume Apensado processo nº 53000.014729/2008-95 com 1 (um) volume
148	53790000368200093	MC 00889 2011 Itaara RS / Licit/FM - 1 (um) volume
149	53000001057199706	MC 00294 2012 Canguçu RS - cancelamento de outorga FM - 2 (dois) volumes
150	53000000039200425	MC 00159 2012 Rio Grande RS - Renov/FM - Retificação de Portaria - 1 (um) volume
151	53000022272200892	MC 00174 2012 Divinopolis MG / Renov/FM - 2 (dois) volumes Apensado processo nº 53710.000610/199/-04 com 1 (um) volume



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial

DESPACHO

Processo n.: 53000.008986/2011-93.



Considerando que os órgãos técnicos e jurídicos desta Pasta já se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, conforme os termos do PARECER Nº 1.531/2011/CAO/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU, às fls.180 a 184; e que os presentes autos retornaram a esta Pasta para reavaliação pelo seu novo Titular, entende-se ser despiciendo realizar nova instrução do feito, razão pela qual propõe-se a remessa destes autos, acompanhados das minutas dispostas no campo próprio abaixo, ao gabinete do Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica, para submissão do assunto à deliberação do senhor Ministro de Estado das Comunicações.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira**, **Coordenador do Subgrupo Legal de Pós - Outorga**, em 10/06/2015, às 11:11, conforme art. 3°, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.mc.gov.br/verifica.html informando o código verificador 0541172 e o código CRC 83804DF4.

Minutas e Anexos

MINUTA DE PORTARIA

PORTARIA Nº

, DE

. DE

DE 2015.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5° da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6° inciso II, do Decreto n.º 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.008986/2011-93,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 22 de maio de 2011, a permissão outorgada à Colinhalfin Empresa de Radiodifusão Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Joinville, estado de Santa Catarina, serviço esse outorgado originariamente à Rádio Colon Ltda., por meio da Portaria nº 76, de 20 de maio de 1981, publicada no Diário Oficial da União de 22 de maio de 1981, transferida posteriormente à permissionária em referência, mediante os termos da Portaria nº 311, de 5 de dezembro de 1991, publicada no Diário Oficial da União de 13 de dezembro de 1991.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta

Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3ºdo art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

Ministro de Estado das Comunicações



MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MC

Brasília, de de 2015.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

- 1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.008986/2011-93, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 22 de maio de 2011, a permissão outorgada à Colinhalfin Empresa de Radiodifusão Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Joinville, estado de Santa Catarina.
- 2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223,§ 3°, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

RICARDO BERZOINI

Ministro de Estado das Comunicações

Criado por sonia.monteiro, versão 7 por altair.pereira em 10/06/2015 11:11:25.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5° da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6° inciso II, do Decreto n.º 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.008986/2011-93, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 22 de maio de 2011, a permissão outorgada à COLINHALFIN EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA., para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Joinville, estado de Santa Catarina, serviço esse outorgado originariamente à Rádio Colon Ltda., por meio da Portaria nº 76, de 20 de maio de 1981, publicada no Diário Oficial da União de 22 de maio de 1981, transferida posteriormente à permissionária em referência, mediante os termos da Portaria nº 311, de 5 de dezembro de 1991, publicada no Diário Oficial da União de 13 de dezembro de 1991.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3ºdo art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI, Ministro de Estado das Comunicações, em 15/06/2015, às 12:43, conforme art. 3°, III, "a", da Portaria MC 89/2014.

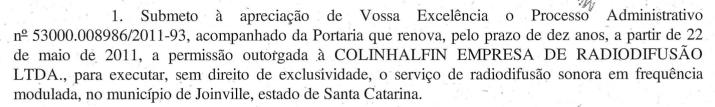
Nº de Série do Certificado: 1237855



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.mc.gov.br/verifica.html informando o código verificador 0546281 e o código CRC E5D27BA6.

Criado por denielle silva, versão 2 por denielle silva em 10/06/2015 15:19:59.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,



2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223,§ 3°, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

RICARDO BERZOINI

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI, Ministro de Estado das Comunicações, em 15/06/2015, às 12:43, conforme art. 3°, III, "a", da Portaria MC 89/2014.

Nº de Série do Certificado: 1237855



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.mc.gov.br/verifica.html informando o código verificador 0546297 e o código CRC B5FB609C.

Criado por denielle silva, versão 2 por denielle silva em 10/06/2015 15:21:02.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial



DESPACHO

Processo n. 53000.008986/2011-93

Encaminhe-se os autos ao Subgrupo de Documentação e Informação de Radiodifusão Comercial - SDCOM, para que adote as medidas cabíveis com vistas à publicação da Portaria n.º 2495/2015/SEI-MC no Diário Oficial da União. Ressalta-se que a publicação do referido ato deve ser custeada por esta Pasta.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira**, **Coordenador do Subgrupo Legal de Pós - Outorga**, em 15/06/2015, às 17:45, conforme art. 3°, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.mc.gov.br/verifica.html informando o código verificador 0553860 e o código CRC BDE631BD.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Criado por altair.pereira, versão 2 por altair.pereira em 15/06/2015 17:44:56.



Art. 1º Alterar o § 2º do art. 8º da Resolução CONTRAN nº 157, de 22 de abril de 2004, com redação dada pelas Resoluções CONTRAN nº 333, de 06 de novembro de 2009, 516, de 29 de janeiro de 2015 e 521, de março de 2015 que passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 80

\$ 1°...
\$ 2° A partir de 1° de outubro de 2015, os veículos automotores só poderão circular equipados com extintores de incêndio com carga de pó ABC."

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua pu-

ALBERTO ANGERAMI

JERRY ADRIANE DIAS RODRIGUES p/Ministério da Justiça

RICARDO SHINZATO

EDUARDO DE CASTRO

ALEXANDRE EUZÉBIO DE MORAIS p/Ministério dos Transportes

DJAILSON DANTAS DE MEDEIROS

ARISTEU GOMES TININIS

p/Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação

DARIO RAIS LOPES p/Ministério das Cidades

EDILSON DOS SANTOS MACEDO

THOMAS PARIS CALDELLAS p/Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

RESOLUÇÃO Nº 537, DE 17 DE JUNHO DE 2015

Dispõe sobre a implantação do Sistema Nacional de Identificação Automática de Veículos - SINIAV em todo o território na-

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, e nos termos do disposto no Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que trata da coordenação do Sistema Nacional de Trânsito e;

Considerando o que consta do Processo nº 80000.038562/2009-10;

Considerando o que consta do Processo nº 80000.038562/2009-10;

Considerando a necessidade de participação de todos os órgãos do Sistema Nacional de Trânsito no processo de implantação do Sistema Nacional de Identificação Automática de Veículos;

Considerando a necessidade de prévia homologação dos cupiamentos que irão operar no SINIAV e adequação dos sistema informatizados do DENATRAN, o que exigirá ajuste no prazo para a implantação do Sistema Nacional de Jdentificação Automática de Veículos nas Unidades da Federação, resolve:

Art. 1º Fica instituído em todo o território Nacional o Sistema Nacional de Identificação Automática de Veículos - SINIAV, baseado em tecnologia de identificação por radiofreqüência.

Parágrafo único. O SINIAV é composto por dispositivo de identificação eletrônico denominado "placa eletrônica" instalado no veículo, subsistemas de leitura de placas eletrônicas - SLP, Equipamentos Configuradores SINIAV - ECS, centrais de processamento e sistemas informatizados.

Art. 2º Nenhum veículo automotor, elétrico, reboque e semirreboque poderão ser licenciados e transitar pelas vias terrestres

mirreboque poderão ser licenciados e transitar pelas vias terrestres abertas à circulação sem estar equipado com a placa eletrônica de que trata esta Resolução.

§1º A placa eletrônica será individualizada e terá um número

de série único e inalterável para cada veículo. §2º Os veículos de uso bélico estão isentos desta obriga-

§3º Os ciclomotores, motonetas, motocicletas, triciclos e quadricicios, reboque e semirreboque terão prazos diferenciados para a instalação da "placa eletrônica", à serem divulgados posteriormente pelo DENATRAN.

pelo DENATRAN.

Art. 3º O processo de emplacamento eletrônico de veículos do Sistema Nacional de Identificação Automática de Veículos - SI-NIAV será iniciado em todo território Nacional a partir de 01 de janeiro de 2016, sendo facultada a antecipação pelos órgãos do Sistema Nacional de Testado de 100 d tema Nacional de Trânsito

Art. 4º O processo tratado no artigo anterior seguirá cronograma a ser definido pelo DENATRAN.

Art. 5º Os requisitos técnicos dos elementos do sistema definidos no artigo 1º, bem como os regulamentos aplicáveis às aplicações derivadas do uso da placa eletrônica no veículos definidos no
artigo 2º e seus parágrafos, serão especificados pelo DENATRAN.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as Resoluções CONTRAN Nº 412/2012 e
a Nº 432/013

a Nº 433/2013.

ALBERTO ANGERAMI

JERRY ADRIANE DIAS RODRIGUES p/Ministério da Justiça

RICARDO SHINZATO

EDUARDO DE CASTRO

ALEXANDRE EUZÉBIO DE MORAIS

DJAILSON DANTAS DE MEDEIROS p/Ministério da Educação

ARISTEU GOMES TININIS p/Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação

> DARIO RAIS LOPES p/Ministério das Cidades

EDILSON DOS SANTOS MACEDO p/Ministério das Cidades

THOMAS PARIS CALDELLAS p/Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.441, DE 10 DE JUNHO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS CÓMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5° da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6° inciso II, do Decreto n.º 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.005831/2011-03, resolutiva de consta de c

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 12 de junho de 2011 a permissão outorgada à RÁDIO FM PRINCESA LTDA., para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Itabaiana, estado de Sergipe, serviço esse outorgado meio da Portaria nº 25 de 01 de fevereiro de 1990, publicada no Diário Oficial da União de 05 de fevereiro de 1990.

fevereiro de 1990. Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro

de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos. Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após de-liberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 2.452, DE 10 DE JUNHO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de sus atribuições, que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º inciso II, do Decreto n.º 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista con comparto de 1983, e tendo em vista con comparto de 1983, e tendo (2007). o que consta do Processo Administrativo n. 53000.009979/2011-17,

resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº
4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 10 de junho
de 2011, a permissão outorgada à RÁDIO FM NIQUELÂNDIA LTDA., para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de rai
diodifusão sonora em frequência modulada, no município de Niquelândia, estado de Goiás, serviço esse outorgado meio da Portaria
nº 49, de 23 de fevereiro de 1990, publicada no Diário Oficial da
União de 28 de fevereiro de 1990. União de 28 de fevereiro de 1990.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga está sendo renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso-Nacional, nos termos do § 3ºdo art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

blicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 2.495, DE 15 DE JUNHO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º inciso II, do Decreto n.º 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo "º 53000.008986/2011-93,

resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº
4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 22 de maio
de 2011, a permissão outorgada à COLINHALFIN EMPRESA DE
RADIODIFUSÃO LTDA., para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no
município de Joinville, estado de Santa Catarina, serviço esse outorgado originariamente à Rádio Colon Ltda., por meio da Portaria nº
76, de 20 de maio de 1981, publicada no Diário Oficial da União de
22 de maio de 1981, transferida posteriormente à permissionária em
referência, mediante os termos da Portaria nº 311, de 5 de dezembro
de 1991, publicada no Diário Oficial da União de 13 de dezembro de
19911.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais, após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3ºdo art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

blicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 2.496, DE 16 DE JUNHO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, que lhe confere o art. 87, parágrafo único, niciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º inciso II, do Decreto n.º 88.066, de 26 de janeiro de 1983; e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.012106/2011-83, resolve:

o que consta do Processo Administrativo nº 53000.012106/2011-83, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei n.

4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 10 de junho de 2011, a permissão outorgada à RÁDIO CONCÓRDIA FM LTDA., para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Concórdia, estado de Santa Catarina, serviço esse outorgado por meio da Portaria nº 24, el 1º de fevereiro de 1990, publicada no Diário Oficial da União de 5 de fevereiro de 1990.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3ºdo art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

DESPACHO DO MINISTRO Em 16 de junho de 2015

Em 16 de junho de 2013

Nº 482 - O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o § 2º do art. 96 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodífusão, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.074623/2013-16, resolve acolher o disposto no Parecer nº178/2015 SEI-MC, de sorte a INDEFERIR o pedido de autorização formulado pela Empresa de Comunicação Internacional Ltda., permissionária do serviço de radiodífusão sonora em frequência modulada, nos municípios de Itajai, no estado de Santa Catarina, e Vila Maria, no estado do Río Grande do Sul, para realizar a transferência indireta da outorga, nos termos da minuta da oitava alteração contratual, datada em 15 de outubro de 2013.

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES CONSELHO DIRETOR

ACÓRDÃO Nº 151, DE 28 DE ABRIL DE 2015

Processo nº 53500.011546/2014-25
Conselheiro Relator: Marcelo Bechara de Souza Hobaika.
Fórum Deliberativo: Reunião nº 774, de 23 de abril de 2015. Recorrente/Interessado: ACESSA TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
(CNPJ/MF nº 06.338.921/0001-45)

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial



DESPACHO

Processo n. 53000.008986/2011-93

Tendo em vista a publicação da Portaria n.º 2.495/2015/SEI-MC no Diário Oficial da União de 19.6.2015, remeta-se os autos à Coordenação-Geral de Serviços de Gabinete - CGGM, para adoção da medidas cabíveis com vistas ao envio dos autos à Casa Civil da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira**, **Coordenador do Subgrupo Legal de Pós - Outorga**, em 19/06/2015, às 12:13, conforme art. 3°, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.mc.gov.br/verifica.html informando o código verificador 0563426 e o código CRC AE5D159B.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Criado por altair pereira, versão 2 por altair pereira em 19/06/2015 12:12:40.